



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

**TRANSFORMAÇÕES NA FAVELA DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA DE
1980 A 2013.**

Eliane Campos dos Santos

João Pessoa – PB

Março de 2015

Eliane Campos dos Santos

**TRANSFORMAÇÕES NA FAVELA DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA DE
1980 A 2013.**

**Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Geografia
da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.**

ORIENTADOR: Prof^ª. Ms. Araci Farias Silva

João Pessoa – PB

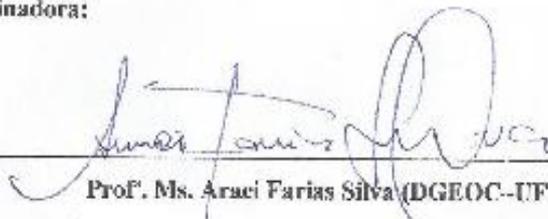
Março de 2015

Eliane Campos dos Santos

**TRANSFORMAÇÕES NA FAVELA DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA DE
1980 A 2013.**

Aprovada em: 03/03/2015

Banca Examinadora:



Prof. Ms. Araei Farias Silva (DGEOC-UFPB)

Orientador



Prof. Dr. Eliana Alda de Freitas Calado (DGEOC-UFPB)

Examinador Interno



Ms. Ismael Xavier de Araújo (Doutorando/PPGG)

Examinador Externo

Nota: 10,0

João Pessoa - PB

Março de 2015

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN
Josélia M. O. Silva - CRB15 nº113

S237t Santos, Eliane Campos dos.
Transformações na Favela do Timbó em João Pessoa de 1980
a 2013 / Eliane Campos dos Santos. – João Pessoa, 2015.
133p. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade
Federal da Paraíba.

Orientador: Pro^{fa} Ms. Araci Farias Silva.
Inclui referências.

1. Urbanização. 2. Geografia demográfica - Transformações
do espaço urbano. 3. Requalificação urbana - Favela do Timbó.
4. Programas habitacionais. I. Título.

UFPB/BS-CCEN

CDU: 911.375.1(043.2)

DEDICATÓRIA

Ao meu querido amigo de sempre, que esteve ao meu lado de forma gratuita, pelo tempo que lhe foi roubado durante a pesquisa, pela paciência do esquecimento, companheiro mais que fiel em todas as horas. Ao meu cão Pingo dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a mãe Terra que nos move com sua energia, por permitir que alcançasse mais este ciclo. Aos até então presentes na minha vida.

A minha família que em momentos não souberam compreender o afastamento. A minha irmã Elizangela pela força na tabulação dos questionários. Ao meu eterno companheiro Martinho Ramalho de Melo, todo meu agradecimento, pela paciência de sempre, ao incentivo na vida acadêmica e na vida.

A minha orientadora Araci Farias Silva, pela contribuição e aceitação. Agradeço por todas as orientações, pelas sugestões, pelas conversas, pelo entusiasmo que foi transmitido, meu sincero agradecimento.

Em especial a Professora Eliana Calado que aceitou o convite de está presente na minha banca, à mesma em sala me fez perceber que a geografia urbana está além dos traçados retilíneos das grandes cidades “perfeitas”, e dos becos estreitos das favelas, que se tornou uma amiga na minha lista de “devo seguir, gente boa”.

A professora Doralice Maia com sua calma e sabedoria em sala de aula que nos faz sentir orgulho de sermos seus alunos. Muito mais que professora uma referência para vida.

Ao querido professor Ismael Araújo, pelo incentivo e força, desde época da licenciatura, também se mostrou um excelente educador, agradeço imensamente o aceite para minha banca.

Ao Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna, pela oportunidade de conhecimento e aprendizado de vida, pois mesmo que os caminhos se estreitem, haverá sempre a segunda opção.

Ao professor Marcelo Moura pelo incentivo e amizade, ao caro professor Utaiguara Borges pela grande contribuição.

Agradeço imensamente a Francisco pela paciência, ajuda de grande importância em varias situações e pelas conversas mais que intelectuais nas tardes do LEGAT. A todos os membros LEGAT, Cecilia Silva, em especial Natieli Tenório, Camila Ruffo, Michael Douglas, Raoni Lima e Daniel pela ajuda nas entrevistas dos questionários.

Aos colegas de turma como Maria do Carmo uma referência para vida, Veronica Suayze, Valdeniza Delmondes, Caio Rodrigues, Bruno Havic, Diego Monteiro. Enfim todos os que passaram e estiveram na graduação.

Agradeço a todos que compõe o Departamento de Geociências, em especial a secretária Elvira sempre muito prestativa.

A querida Patrícia presidente da associação dos moradores do Timbó, de forma especial agradeço a todos os moradores do Timbó.

Por fim agradeço a vida por mais uma etapa.

“Importante não é ver o que ninguém nunca viu, mas sim, pensar o que ninguém nunca pensou sobre algo que todo mundo vê.”

Schopenhauer

RESUMO

As mudanças das cidades em seu contexto urbano assumiram grande visibilidade, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, com o fortalecimento industrial. A década de 1980 em sua conjuntura de desenvolvimento transformou rapidamente o cenário das cidades brasileiras, não sendo diferente na cidade de João Pessoa – PB. Entretanto o rápido crescimento urbano pelo qual a cidade de João Pessoa passou nas últimas décadas também fez emergir diversas formas de produção e reprodução do espaço urbano, uma destas foram o surgimento e o crescimento das favelas que contribuem para expansão da malha urbana municipal, como é o caso da favela do Timbó. Desta forma esta pesquisa tem como objetivo compreender as transformações ocorridas na favela do Timbó do período de 1980 a 2013, apresentando como elemento modificador a implementação dos programas sociais de habitação com requalificação urbana. A pesquisa foi realizada devido à necessidade de cenarizar as modificações ocorridas no espaço referente à favela levando em consideração como norteador às políticas públicas de habitação por meio de programas federais executados em escala municipal, juntamente com as políticas públicas para habitação social em Zona Especial de Interesse Social – ZEIS. O presente trabalho utilizou o método comparativo, pois através do mesmo podemos descobrir regularidades, deslocamentos e transformações, continuidades e descontinuidades. Nesta pesquisa será visualizado a transformação realizada durante o crescimento da favela, e as diferenças existentes que ressaltam o cenário urbano da favela. A requalificação urbana visa à melhoria da qualidade do ambiente e da vida das pessoas. A adoção e implementação de programas urbanos revelam que a infraestrutura do novo espaço para viver tem objetivo melhorar as suas condições de uso e função das novas habitações.

Palavras-chaves: Favela do Timbó; Transformação; Programas Habitacionais; Requalificação.

ABSTRACT

The changes of cities in its urban context assumed great visibility, especially from the second half of the 20th century, with the industrial growth. The 1980s in its development conjuncture quickly changed the scenario of Brazilian cities, not unlike in the city of João Pessoa - PB. However rapid urban growth through which the city of João Pessoa passed the last few decades has also made evident various forms of production and reproduction of urban space, one of these were the emergence and growth of favelas that contribute to expansion of municipal urban grid, as is the case of Timbó favela. In this way this research aims to understand the changes occurring since 1980 to 2013 at the Timbó Favela, presenting as an element modifier implementation of social housing programs with urban renewal. The research was conducted by the need to identify the changes in space of favela considering as a guide to the Public Policy of Housing through federal programs implemented at the municipal level, together with the Public Policies for social housing in area of special social Interest. This study used the comparative method, because through it we can discover regularities, displacements and changes, continuities and discontinuities. In this will be displayed the transformation performed during the growth of favela, and the differences that highlight the urban scenario of the favela. The urban requalification aims to improve the quality of the environment and people's lives. The adoption and implementation of urban programs show that the infrastructure of the new living space has aimed to improve their conditions of use and function of new housing.

Keywords: Favela Timbó; Transformation; Housing programs; Requalification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Habitação operária em cortiços 1930.	30
Figura 02 – Av. General Osório 1871 – 1920.	40
Figura 03 – Planta da cidade da Parahyba de 1855.	41
Figura 04 – Rua do Melão atual Beaurepaire Rohan.	42
Figura 05 – Abertura da Avenida Eptácio Pessoa.	43
Figura 06 – Imagem Aérea da favela do Timbó46	46
Figura 07 – Ortofocarta de 1987.	48
Figura 08 – Modelado Tridimensional da favela do Timbó 79	79

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Favela do Timbó em 201418	18
Fotografia 02 – Favela do Timbó em 2014 27	27
Fotografia 03 – Rua Rosa Lima dos Santos – Timbó II 2000.50	50
Fotografia 04 – Rua Rosa Lima dos Santos – Timbó II 2012.51	51
Fotografia 05 – Rua Rosa Lima dos Santos – Timbó 2013.....51	51
Fotografia 06 – Favela do Timbó junho de 2012.75	75
Fotografia 07 – Favela do Timbó junho de 2012.75	75
Fotografia 08 – Casas interditadas em 06/20175	75
Fotografia 09 – Casas danificadas pela chuva75	75

Fotografia 11 – Mosaico fotográfico 01: Timbó I.	55
Fotografia 12 – Mosaico fotográfico 02: Timbó II.	57
Fotografia 13 –. Mosaico fotográfico 03: Obras de infraestrutura no Timbó.	77
Fotografia 14 – Mosaico fotográfico 04: Deslizamento e transtornos causados pela chuva...80	
Fotografia 15 – Mosaico fotográfico 05: Transtornos causados pela chuva.....	81
Fotografia 16 – Mosaico fotográfico 06: Transtornos causados pela chuva.....	82
Fotografia 17 – Favela do Timbó 2014.....	84
Fotografia 18 – Mosaico fotográfico 07: Condições atuais no Timbó II.	94
Fotografia 19 – Mosaico fotográfico 08: Remoção das casas em áreas de risco.	98
Fotografia 20 – Mosaico fotográfico 09: Conjunto Novo Timbó.	99
Fotografia 21 – Favela do Timbó: Timbó I	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Idade do trabalhador por domicílio.	61
Gráfico 02: Localização do bairro.	61
Gráfico 03: Profissões.	62
Gráfico 04: Residência Anterior.	63
Gráfico 05: Tempo de residência no Timbó.	64
Gráfico 06: Problemas existentes na favela.	65
Gráfico 07: Opinião sobre as obras de urbanização realizadas no Timbó.....	66
Gráfico 08: Grau de instrução escolar.....	68
Gráfico 09: Desejos para melhorar o Timbó.....	69

Gráfico 10 – Precipitação do mês de junho de 2012, evidenciando os episódios dos dias 07, 20 e 28/06/2012.	76
--	----

LISTA DE MAPA

Mapa 01 – Mapa 01: Zoneamento da cidade e áreas especiais.....	45
Mapa 02 – Localização do Bairro Bancários.....	54
Mapa 03 – Localização da favela do Timbó.....	55
Mapa 04 – Posição e tipologia dos domicílios na favela do Timbó.....	59
Mapa 05 – Morfologia do Timbó em 1978.	70
Mapa 06 – Morfologia do Timbó em 1998.	70
Mapa 07 – Uso e ocupação do solo 1978.	71
Mapa 08 – Uso e ocupação do solo 1989.	72
Mapa 09 – Uso e ocupação do solo 1998.	73
Mapa 10 – Modelado Tridimensional.	78
Mapa 11 – Declividade do Timbó.	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Tipologia dos domicílios particulares permanentes no Timbó por setor censitário.	58
Tabela 02 – Grupos de ZEIS.....	90
Tabela 03 – Tabela de assentamentos do Grupo 2 - médio risco.	92

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAENG – Construção Administração e Engenharia

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CAGEPA – Companhia de Água e Esgoto da Paraíba

DGEOC – Departamento de Geociências

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAC – Fundação de Ação Comunitária

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIPLAN – Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba

FUNDURB – Fundo Municipal de Urbanização

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IAPS – Institutos de Aposentadoria e Pensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDW – *Inverse Distance Weigthing*

INOCOOP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU-HABITAT – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

OGU – Orçamento Geral da União

PAIH – Plano de Ação Imediata para Habitação

PIZIS – Plano Para Instituições de Zonas de Interesse Social

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP

PRODEMA – Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente

PSH – Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

TIN – Triangular Irregular *Netwok*

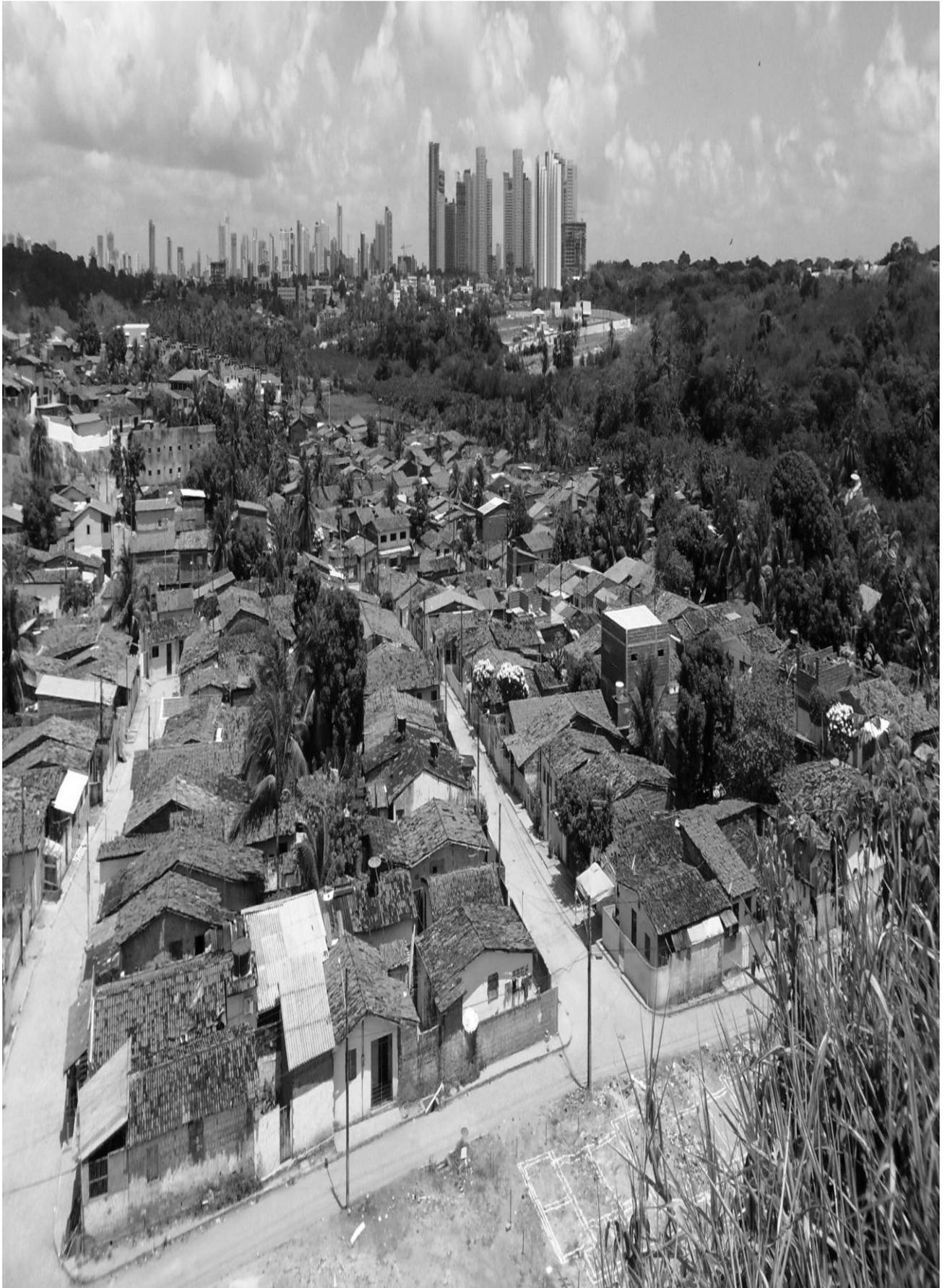
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Justificativa	21
Objetivos	22
Procedimentos metodológicos	22
Método comparativo	25
Estrutura do trabalho	26
Capítulo I – NOTAS HISTÓRICAS: PROGRAMAS HABITACIONAIS NO BRASIL.	28
1.1 Programas habitacionais brasileiros	28
1.2 Favela sua origem	34
1.3 A Definição: O que define uma favela?	35
1.4 A cidade de João Pessoa e a origem das favelas.....	39
Capítulo II – TRANSFORMAÇÕES DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA FAVELA DO TIMBÓ.	47
2.1 A favela do Timbó.....	53
2.2 Diagnóstico socioeconômico e ambiental da favela do Timbó.....	59
2.3 Ocupação e uso do solo da favela do Timbó.....	69
2.4 A favela do Timbó e as chuvas.	75
Capítulo III – POLITICAS PÚBLICAS PARA HABITAÇÃO SOCIAL NA ZEIS TIMBÓ E SUA REQUALIFICAÇÃO.	85
3.1 REQUALIFICAÇÃO URBANA HABITACIONAL NA FAVELA DO TIMBÓ.....	97
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	101

5.	REFERÊNCIAS.	104
6.	APÊNDICE.	111



Favela do Timbó 2014. Fonte: Acervo da Autora.

INTRODUÇÃO

A urbanização é um fenômeno mundial crescente, contudo ela pode ocorrer em tempo diferente entre países. No Brasil esse processo se intensificou a partir da segunda metade do século XX, principalmente devido à industrialização, que provocou nas cidades um espantoso crescimento populacional, acelerando a necessidade de moradia.

No contexto histórico, a ineficiência de políticas públicas habitacionais forçou o aumento de áreas urbanas irregulares e ilegais. As áreas ocupadas ilegalmente são expressões da formação das favelas no Brasil, que estão diretamente relacionadas ao processo excludente da urbanização e da produção de habitação pelo Estado. As ocupações estão presentes na maioria dos municípios brasileiros, evidenciando uma infeliz realidade social: a falta de habitação.

Atualmente as favelas se multiplicam, não importa o tamanho da cidade, as favelas são para grande parte da população a única opção de moradia, por isto a residência própria representa maior estabilidade dessas famílias, contribuindo não apenas materialmente, mas também moral, tendo em vista que o lar é a base que assegura a sobrevivência e permite a representação de um grupo social, garantindo seu direito básico de cidadãos independente do lugar onde vivam.

De acordo com Carlos (2007),

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007, p. 17).

Até mesmo no caso daqueles que apresentam renda insuficiente, como acontece com a grande parte da população que não consegue trabalho formal e estável, necessitam de uma moradia. No cenário real a desigualdade social contribui para as diferenças habitacionais, devido principalmente às características de baixos salários da população, como aponta RODRIGUES (1991),

Desde mansões até os cortiços e favelas a diversidade é muito grande. Esta diversidade deve-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno quanto pelos equipamentos e serviços

coletivos. Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, em casas com certo grau de conforto. Os que não podem pagar vivem em arredos de cidades, nas extensas e sujas “periferias” ou em áreas centrais ditas “deterioradas”. Nesses arredos de cidades há inclusive aqueles que “não moram”, vivem embaixo de pontes, viadutos, em praças, em albergues, não tem um teto fixo ou fixado no solo. Nestes arredos de cidade, mergulha-se num turbilhão de miséria, de sujeira, o que torna cada vez mais difícil ter força para resistir a estas cidades e aos efeitos da miséria. (RODRIGUES, 1991, p.12).

Deste modo as diferenças dos lugares e as possibilidades de quem pode habitar estão associados a fatores do mercado capitalista imobiliário que tem apresentado, sobretudo nas décadas passadas e atual, processos sócio espaciais significativos para o cenário urbano e social da cidade de João Pessoa como: valorização do solo, especulação imobiliária, segregação e fragmentação urbana, terras ociosas e estoque especulativo, condomínios horizontais por fim a ocorrência de favelas.

O mercado imobiliário capitalista, os baixos salários e a desigualdade social presente desde o início da formação da sociedade brasileira, impossibilitaram o acesso à moradia. Rodrigues (1992) aponta que, “o preço da terra se define originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do trabalhador sem recursos a terra”. Isto ainda hoje reflete através da grande parte da população, que principalmente nas últimas décadas, vêm sendo produtor dos processos de periferização, segregação, degradação ambiental, má qualidade de vida e violência nas cidades.

Dentro deste ciclo do capitalismo da especulação da terra urbana Sposito (2005, p.67) afirma que “a nível de urbano esta diferenciação se concentra em áreas residenciais em termos de padrão habitacional, infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.”

Para Marcelo Lopes de Souza (2003),

Em termos muito gerais, essa diferenciação entre as áreas residenciais de uma cidade – diferenciação, em última análise, em matéria de condições de qualidade de vida, incluindo aí tanto aspectos materiais como coisas imateriais como prestígio e poder – reflete uma diferenciação entre grupos sociais. Em outras palavras: diferenças econômicas, de poder, de *status* etc. entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinando ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver. (SOUZA, 2003, p. 67).

Diante da problemática que envolve a habitação social brasileira foi tomada como objeto de pesquisa a favela do Timbó situada no Bairro dos Bancários em João Pessoa na

Paraíba.

A pesquisa partiu do interesse em conhecer intimamente a favela as condições de moradia existentes no lugar, também pelo fato de residir há apenas duas quadras e saber que o campo de futebol em frente ao prédio onde moro é utilizado pelos moradores como principal fonte de lazer para jovens e crianças, como caminho particular que liga o acesso da favela para dentro do bairro Bancários. Ao mesmo tempo foram aparecendo perguntas como: a favela é um lugar perigoso, de violência, de tráfico? Mas quem mora lá, por quê? Deste modo foi despertada a curiosidade especialmente para conhecer os problemas existentes na favela.

Desta forma a pesquisa foi desenvolvida devido a problemas ainda existentes referentes às obras de urbanização realizadas na favela do Timbó, no que se refere às questões de infraestrutura e habitação.

JUSTIFICATIVA

Do mesmo modo que ocorrera propagação das favelas no Brasil, em João Pessoa também ocorreu o aparecimento destas, trazendo consigo formas precárias de habitação que foi também resultado da crise econômica onde o país afundou a partir do final da década de 1970 do século passado.

O rápido crescimento urbano pelo qual a cidade de João Pessoa passou nos últimos dez anos fez emergir diversas formas de produção e reprodução do espaço urbano, dessa forma se faz necessário entender as dinâmicas e estruturas que o configuram.

Para a requalificação urbana da favela podemos afirmar que a parceria ente projetos federais e municipais possibilitou melhor aproveitamento de recursos públicos, melhorando a vida dos seus moradores.

A pesquisa foi realizada devido à necessidade de cenarizar as modificações ocorridas no espaço referente à favela do Timbó, levando em consideração como norteador às Políticas Públicas de Habitação do Governo Federal. A partir dessa perspectiva, foram levantados aspectos positivos e negativos referente às obras realizadas na favela do Timbó, no que tange os inúmeros problemas de infraestrutura e de moradia. Desta forma este estudo poderá ser utilizado pelos moradores como documento e instrumento de reivindicações para futuras melhorias.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar as transformações ocorridas na favela do Timbó no período de 1980 a 2013, apresentando como elemento modificador a implementação dos programas sociais de habitação com requalificação urbana.

Objetivos Específicos

Caracterizar a área de estudo desde seu período de formação.

Identificar as alterações na morfologia da área de estudo; por meio de mapas temáticos de uso e ocupação do solo.

Verificar as relações existentes entre as obras realizadas pela prefeitura municipal de João Pessoa e as determinações para a constituição de ZEIS.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos consistiram inicialmente em duas etapas: gabinete (teórico-conceitual) e campo (empírico).

O primeiro passo foi obter embasamento teórico, onde destaco SABINO (2001), SANTOS (2009), SOUZA (2013), RODRIGUES (1991), BONDUKI (2011), além de levantamento bibliográfico e cartográfico em bibliotecas públicas no formato virtual e analógico, incluindo pesquisa em sites oficiais, como da Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP, Secretaria de Planejamento – SEPLAN, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação de Ação Comunitária – FAC, somado a visitas a biblioteca central da UFPB e biblioteca setorial do CCEN.

De forma introdutória foi realizado o levantamento histórico da evolução urbana brasileira e dos programas de habitações sociais, posteriormente foi pesquisado sobre a urbanização da cidade de João Pessoa.

A observação que foi fundamental para compreender a dinâmica da favela.

Trabalho de laboratório: que versa sobre a elaboração de questões que serviram de roteiro para as entrevistas que ocorreram em campo, seguido da construção da base cartográfica, que será utilizada na construção dos mapas temáticos.

Levantamento de campo: consistiu em diversas visitas ao campo, que tiveram a finalidade de fazer uma interlocução entre o pesquisador e o objeto da pesquisa. O trabalho de campo foi a atividade que considero fundamental, pois está possibilitou conhecer a realidade que é vivida pelos moradores locais.

O registro fotográfico foi artifício metodológico imprescindível, com ele foi possível realizar a captura do cenário atual e dos processos de mudança ocorridas no espaço, a partir das obras realizadas pela prefeitura, por fenômenos naturais e os possíveis arranjos espaciais daquele lugar.

A fotografia como instrumento de pesquisa científica tem sido utilizada com diversas finalidades que vão muito mais de um simples registro. Atualmente tem sido utilizada como grande apoio metodológico e em análise de dados e vai além, a fotografia permite uma representação dos fenômenos observáveis do cenário.

A primeira fotografia conhecida mundialmente foi feita em 1826, pelo francês Joseph Nicéphore Niépce. Naquela época a fotografia não era considerada uma arte nem tão pouco um instrumento científico. No entanto hoje ela abrange várias áreas servindo de apoio nas pesquisas científicas. Nesta pesquisa a fotografia registra a vida e um pouco do cotidiano da favela do Timbó, sendo uma construção que permite arquivar as mudanças urbanas ocorridas naquele lugar.

A aplicação de entrevistas e questionários com moradores foi outro fator importante, pois através destes, moradores revelaram suas memórias orais.

A história oral como metodologia foi introduzida na década de 1970. A partir dos anos 1990, o movimento em torno da história oral cresceu muito, se tornando importante instrumento nas pesquisas. As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos.

No segundo momento foram elaborados mapas temáticos comparativos de grande escala, que subsidiará a análise de mudança e ocupação da favela do timbó. Para a construção dos mapas foram utilizadas as informações contidas na ortofocarta - Escala 1: 2000, Folha (90/97), Fotografias Aéreas Faixa 22 Foto: 814/816; Fotografias Aéreas - Faixa - 05. Foto: 96/ 97; Fotografias Aéreas Faixa 16A, Foto 547, Faixa 17 Foto 077.

A base dos dados cartográficos foram resgatados por meio de ortofotocartas na Escala 1:2000, Fotografias aéreas fornecidas pelo portal da SEPLAN/PMJP/PB, e especialmente pela dissertação de SABINO. Genilda Maria, apresentada ao Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA em 2001.

Na confecção do Modelado Digital foi utilizado o Sistema de Posicionamento Global – GPS modelo *TrackMacker* E10 Garmin para coleta dos pontos que totalizaram 115, em seguida os pontos foram descarregados no software *TrackMacker*, após este procedimento os mesmos foram convertidos em *shapfile* no software *Global Mapper*.

Para melhor representação do modelado foram criados nos pontos, com o objetivo de inferir a cota de determinada localização, com base nas cotas dos pontos vizinhos coletados em campo. Esta técnica é conhecida como interpolação de pontos, onde foi utilizado o procedimento *Inverse Distance Weigthing* – IDW (Ponderação do Inverso da Distância). A utilização deste procedimento foi fundamental para que as curvas de nível fossem criadas automaticamente. Após a criação das curvas de nível foi feito um Triangular Irregular *Netwok* – TIN ou Modelo Triangular Irregular que é uma estrutura do tipo vetorial que representa uma superfície através de um conjunto de triângulos.

Após estes procedimentos foi adquirida a imagem do *Google Earth* para realização do georreferenciamento da imagem adquirida. Depois de georreferenciada foi sobreposta à imagem TIN, onde foi possível fazer a análise do modelado tridimensional gerado pelo software.

A confecção do mapa temático de classes de declividade se mostrou uma técnica importante na detecção de áreas críticas para deslizamento de encostas, da paisagem e análises de terreno para contextualização urbana, bem como, na identificação de áreas suscetíveis à ocorrência de inundações.

O modelado de imagem tridimensional foi utilizado como dado de base e a classificação da declividade das formas de relevo adotada como referência foi a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

– EMBRAPA que corresponde (Plano 0 a 3%, Suave ondulado 3 a 8%, Ondulado 8 a 20%, Forte ondulado 20 a 45%, Montanhoso 45 a 75% e Escarpado > 75%).

Os mapas da evolução urbana da favela do Timbó foram constituídos no formato digital e georreferenciados em ambiente de sistema de informação geográfico.

MÉTODO COMPARATIVO

O presente trabalho utilizou o método comparativo, pois através do mesmo podemos descobrir regularidades, deslocamentos e transformações, continuidades e descontinuidades.

Para Brandão o método comparativo é:

Em outras palavras, o ato de comparar é uma etapa concreta da investigação, um dos caminhos possíveis para se chegar à inteligibilidade daquilo que se quer elucidar, sendo um apoio metodológico circunscrito a uma dada fundamentação filosófica. (BRANDÃO, 2012, p. 170).

O método comparativo está associado a estudos dos fenômenos sociais sendo empregado principalmente na Sociologia, Geografia, História, mas também na Biologia, Física, Química, Psicologia, entre outros, já que apresentam resultados significativos em casos individuais.

De acordo com Barros 2007,

A comparação nos ajuda a precisamente a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças. Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha. (BARROS, 2007. p.10).

A comparação e seu papel na construção do conhecimento estão presentes nas obras de Adam Smith, Augusto Comte, Émile Durkheim e Max Weber entre outros.

Para TARGA 1991 apud BLOCH (1983),

Marc Bloch assinala que, em história, a comparação consiste em" (...) fazer a escolha, em um ou mais meios sociais diferentes, de dois ou

mais fenômenos que pareçam, à primeira vista, apresentar entre si certas analogias, descrever as curvas de suas evoluções, constatar as semelhanças e as diferenças e, dentro do possível, explicar umas e outras "Bloch acrescenta, logo a seguir, que duas condições são necessárias para haver comparação em história:"(...) uma certa similitude entre os fatos observados e uma certa dessemelhanças entre os meios onde eles foram produzidos"(Bloch,1983,p.17) .É importante reter esses dois aspectos: meios sociais diferentes onde se apresentam fenômenos que são, pelo menos aparentemente, análogos. A analogia, a semelhança, é o que nos aparece como o principal e inicial passo metodológico na proposição da análise comparativa de Bloch. (TARGA 1991 p. 267 apud BLOCH 1983).

A comparação se torna um requisito fundamental em termos de objetividade científica, sendo fundamental na análise metodológica, porque através deste método será possível analisar as mudanças ocorridas no Timbó nas últimas décadas.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O conteúdo introdutório apresentará questões sobre programas de habitação social no Brasil, justificativa, o objetivo geral e os específicos, metodologia e seus procedimentos e o método utilizado, o referencial teórico se apresentará em toda a pesquisa.

O primeiro capítulo terá como teor uma breve evolução histórica dos programas de habitação social no Brasil, conceituação do significado de favela e timbó, o crescimento urbano da cidade de João Pessoa e o surgimento das favelas.

No segundo capítulo serão identificadas as alterações na morfologia da área através de mapas temáticos de uso e ocupação de solo, e as diferenças entre as condições de moradia do Timbó I e II por meio de uma caracterização socioeconômica.

No terceiro capítulo será verificada a relação das políticas habitacionais de acordo com e as determinações do Plano para Instituição de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) da prefeitura municipal de João Pessoa e a requalificação da favela, por fim as com considerações finais.



Favela do Timbó 2014. Fonte: Acervo da Autora.

1. Capítulo I – NOTAS HISTÓRICAS: PROGRAMAS HABITACIONAIS NO BRASIL.

O primeiro capítulo apresenta breve contextualização panorâmica dos programas habitacionais sociais brasileiros, aponta o surgimento das favelas no Brasil, aborda os conceitos sobre aglomerados subnormais do IBGE e da ONU, assinala o conceito epistemológico de favela e apresenta o crescimento urbano da cidade de João Pessoa e o surgimento das favelas.

Compreender os programas de habitação social no Brasil se faz necessário para entender toda conjuntura da expansão urbana nas cidades principalmente as mudanças que ocasionaram o crescimento e o surgimento das favelas.

1.1 Programas habitacionais brasileiros.

O problema da habitação social no Brasil no século XIX, já era um indicador de segregação espacial. Acontecimentos como o fim da escravidão, chegada de imigrantes europeus e o começo da industrialização foram determinantes para o aumento da população nas cidades, ocasionando o problema da falta de moradia (MARICATO, 1997). Logo as cidades se expandiram devido à atração industrial trazendo enormes quantidades de trabalhadores, fazendo com que estes se dirigissem para o centro da cidade onde viviam em cortiços e ainda para a periferia urbana, ou próxima das fábricas, desta forma foram aparecendo às vilas operárias.

Um dos primeiros fatores que levaram a transformações urbanas nas cidades brasileiras principalmente no Rio de Janeiro no século XX e São Paulo durante o século XIX, foi a revolução sanitária adota por higienistas médicos e engenheiros. Como expõe Nabil Bonduki em seu livro **Origens da Habitação Social no Brasil**, onde os relatos de surtos contra a saúde pública estavam ligados aos imigrantes pobres que viviam em cortiços minúsculos no bairro de Santa Ifigênia e que a epidemia ocorrida em julho de 1893 pôs em risco a saúde da população. Bonduki, afirma que:

A deterioração das condições de vida na cidade, provocada pelo afluxo de trabalhadores mal remunerados ou desempregados, pela falta de habitações populares e pela expansão descontrolada da malha urbana obrigou o poder

público a intervir para tentar controlar a produção e o consumo das habitações. (BONKUDI, 2011, p 27).

Seguindo o modelo sanitariazista trazido da Europa as casas-cortiços e vilas que abrigavam dezenas de moradores. “A população trabalhadora era a mais visada pela vigilância estatal, pois suas habitações eram consideradas o principal foco de doenças infecciosas” (BONDUKI, 2011, p.34). Todavia as casas logo foram sendo retiradas em nome da saúde, da modernização e do progresso.

Conforme Sá,

A higiene era, portanto utilizada enquanto justificativa para estas determinações, por ser apontada como único meio capaz de combater a disseminação de doenças, ou seja, os hábitos higiênicos eram divulgados enquanto norma para uma população que não possuía acesso ao conhecimento médico e científico e que, portanto, enquadrava-se nas prescrições da elite, dos médicos e engenheiros, responsáveis em sua grande maioria pela administração da cidade, através de punição e do policiamento. (SÁ, 2009. p. 74-75).

Contudo estes lugares eram considerados pobres e favoreciam a criminalidade e a epidemias, o que os tornavam uma grande ameaça à sociedade. Com a intenção de controlar possíveis epidemias, o governo apresou-se em eliminar futuros focos de doenças, e por meio de leis impediu novas construções, forçando a população pobre para as áreas mais afastadas dos centros. De toda forma essa medida não impediu novas formas de habitações, transferindo o problema para outro lugar.

Já no início do século XX, esses cortiços e vilas (figura 01) deixaram de ser importantes para os olhares de sanitaristas e engenheiros, porque a produção habitacional ficou sendo de responsabilidade privada estimulada por investimentos estatais. “As condições econômicas no período de 1900 a 1920 foram bastante favoráveis a produção de habitações e edificações” (Bonduki 2011, p. 44).

Neste momento o Estado tinha outros planos e projetos políticos que envolviam o desenvolvimento do país, como por exemplo, consolidar o país com o sistema político-econômico agroexportador, e fortalecer as bases para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Figura 01- Habitação operária em 1930: cortiços.



Fonte: BONDUKI, Nabil G. Origens da habitação social do Brasil.

O princípio da intervenção estatal na questão da habitação de interesse social no Brasil teve destaque para o período de Vargas (1930-1954), que colocou em prática uma nova estratégia de fortalecimento para uma cidade industrial capitalista.

De acordo com Bonduki (1994), entre as medidas mais importantes implementadas pelo governo no que diz respeito à questão social habitacional, estiveram:

o decreto-lei do inquilinato, em 1942, que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiada se, em parte, viabilizaram o financiamento da Promoção imobiliária, e o Decreto-lei n.º 58, que regulamentou a venda de Lotes urbanos a prestações. (BONKUKI, 1994, p. 711).

Conforme Bonduki (1994), depois de muita pressão dos movimentos: operário e anarquista, para que houvesse produção de habitação coletiva em maior escala, viabilizada através da criação de um instrumento legislativo, culminou na regulamentação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs.

Logo veio à crise da Fundação Casa Popular que foi primeiro órgão nacional destinado exclusivamente a fornecimento de moradias para a população de baixa renda,

representou o que o Estado brasileiro tinha obrigação enfrentar o problema grave problema da falta de moradias por meio de uma intervenção direta.

Este projeto foi a resposta a crise de moradia no pós-guerra em 1946. No entanto se tratando de um programa tão grandioso e da descentralização dessa super agência, estes fatos foram aos poucos minando seu arcabouço institucional por falta de desarticulações com outros órgãos, sua carência financeira e fragilidades em recursos gerais.

Outro destaque importante que deve ser ressaltado a lei do inquilinato que transformou os aluguéis em uma mercadoria especial, logo se tornou insustentável já que a grande maioria dos inquilinos eram trabalhadores da classe operaria, sendo o aluguel uma parcela fixa de seus salários gerando um enorme impacto em suas vidas a inflação não se deu em primeiro momento pelos altos preços de alugues, mas sim ao custo de vida, por exemplo, em roupas e alimento. De tal modo que os aluguéis ficaram congelados por dois anos os investidores e proprietários das casas viram a desvalorização do seu capital, obrigando-os a vender os imóveis para não entrarem em um colapso econômico, o que gerando uma das primeiras crises no setor.

Contudo todos estes projetos descritos acima foram um fracasso, mas após o golpe militar de 1964 o Brasil passa por nova transformação econômica chamado de “milagre econômico” ocorrendo aceleração industrial, faz com que ressurgja uma nova preocupação no setor de habitação principalmente em moradias para trabalhadores industriais.

Veloso et al. acredita que:

O período 1968-1973 é conhecido como "milagre" econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do "milagre" é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos. Embora esse período tenha sido amplamente estudado, não existe um consenso em relação aos determinantes últimos do "milagre". As interpretações encontradas na literatura podem ser agrupadas em três grandes linhas. A primeira linha de interpretação enfatiza a importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações. Uma segunda vertente atribui grande parte do "milagre" ao ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. Já uma terceira linha de interpretação credita grande parte do "milagre" às reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) do Governo Castello Branco (1964-1967), em particular às reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento. (VELOSO. et al, 2008, p.-).

Foi nesta época que surgiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), instituído pela Lei 4.380/64, que objetivava a dinamização da política de captação de recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de poupança e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através do Banco Nacional de Habitação (BNH).

O BNH entre (1964-1986) em seu sistema que possui uma política habitacional baseada na casa própria, foi um dos primeiros programas a se preocupar de fato, com uma política a nível nacional voltada para a questão da habitação.

Lucena ressalta que:

Um aspecto importante a ser destacado quanto ao SFH/BNH é o fato de esse ter sido o primeiro momento em que o país teve de fato uma Política Nacional de Habitação, cujo sistema SFH, estruturava-se através dos recursos arrecadados do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS, criado em 1967), obtido através de poupança compulsória, dos trabalhadores, inseridos formalmente no mercado de trabalho, e da poupança voluntária, que constitui o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Dessa forma definiu-se uma estratégia de intervir no problema habitacional do Brasil, nos anos 1960, baseada numa estrutura institucional de abrangência nacional, com administração direta de um banco – o BNH – e de sua rede de agentes promotores e financeiros (privados/ou estatais), como as companhias de Habitação Popular – as COHABS – e os Institutos de Orientação as Cooperativas habitacionais – os INOOCOPS – entre outros. (LUCENA, 2014. p. 63).

Um dos objetivos, além de fornecer residência para essa demanda da população, era de consolidar a construção civil como um poder econômico, já que o principal meio de adquirir a habitação era por conta de financiamentos para a compra da casa própria. Essa abordagem político-econômica transformou a construção civil num polo de investimento ideológico, lançando ideais progressistas.

Entretanto os recursos do BNH eram divididos em ramos diferentes para a classe média e alta gerido por agentes privados ligados à construção civil, e o outro, voltado para a classe de baixa renda, que era operado por agências estatais, por meio de companhias estaduais e municipais de habitação, mas para as duas classes seria necessário o autofinanciamento onde o adquirente comprovasse capacidades para pagamento. Desta forma a população da classe baixa acabou se prejudicando já que, seu ganho não poderia suportar a dívida.

O resultado é o que SFH beneficiou muito mais as classes com renda mais elevada do que aquelas de baixa renda, e no contexto que o país estava, dentro de um colapso econômico ocasionou a expansão acelerada das áreas ilegais entre as décadas de 1970 e 1980.

O período entre 1970 e 1980 foi marcado por sucessivo aumento da população e conseqüentemente pelo surgimento de focos de aglomerados subnormais. A disseminação destes focos deveu-se a falta de recursos da população que não pode recorrer ao mercado imobiliário, assim terrenos públicos ou privados foram invadidos.

Este fato não se deu apenas no Brasil, Davis (2006) destaca que:

desde 1970, o crescimento das favelas em todo o hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita”. [...] 80% do crescimento das cidades tem-se dado em nas favelas, privadas, em sua maior parte de serviços públicos e transportes municipal tornando assim sinônimo “urbanização” e “favelização. (DAVIS, p. 27).

Para Milton Santos, o problema habitacional das favelas está intimamente ligado ao crescimento demográfico, renda da população e o trabalho que possui e reconhece que,

A existência deste tipo de habitações na maior parte das cidades dos países subdesenvolvidos, é comumente considerada o resultado, de um lado da expansão demográfica, do outro da falta de dinamismo das cidades, incapazes de fornecer o número de empregos necessários. Todavia para interpretar o fenômeno das favelas pode-se pArt.ir de uma ótica diferente. Seriam principalmente o resultado da atração irresistível das massas implantadas na cidade pelas novas formas de consumo. De fato, nas condições atuais de higiene coletiva, os novos produtos adquiridos com dinheiro ou com crédito disponível oferecem certo número de condições de conforto ou de prestígio, produtos estes, considerados indispensáveis e que têm preferência mesmo sobre a procura de uma habitação decente. (SANTOS, 1986, p.63).

Santos (2009) ressalta que até 1980, mais de 70% da população que se apropriava das terras ociosas nas urbes havia sido expulsa do campo devido à crise rural em decorrência da modernização da agricultura, que eram obrigados a procurar melhores condições de vida, migrando para as cidades e aglomerando as periferias.

A década de 1980 foi marcada pelo desequilíbrio do setor de habitação, em meio à crise financeira e contenção de gastos o BNH foi fechado e extinto. Assim a Caixa Econômica

Federal ficou sendo responsável pelas atribuições do banco, porém os programas habitacionais estavam fragmentando-se devido à falta de verbas.

Em 1990 a política habitacional se voltou para Ministério da Ação Social que lançou o PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação), que consistia em: programas de moradias populares, lotes urbanizados com ou sem cesta de básica de materiais de construção e o programa ação municipal de casas populares.

O Governo Federal em 2002 propôs uma nova política habitacional que promovia a Política Nacional de Habitação e Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que visava à facilitação do acesso a moradia para população com condições mínimas de moradias. No ano seguinte é criado o Ministério das cidades e o Programa Habitacional – Minha Casa Minha Vida – que vem modificando esse quadro, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido devido à pobreza e a grande desigualdade social.

1.2 Favela: sua origem epistemológica.

A origem das favelas no Brasil remete a um fato marcante ocorrido na nossa história, na passagem do século XIX para o século XX. A guerra de Canudos, na Caatinga Nordestina, onde era muito comum encontrar uma planta espinhenta e altamente resistente chamada de favela¹.

De acordo com Sousa (2003), a palavra favela é própria da botânica e significa um tipo de arbusto que existe no Brasil nas regiões Nordeste e Sudeste, que designava também uma serra existente na Bahia.

Segundo Sousa (2003), entre 1896 e 1897 liderados por Antônio Conselheiro, milhares de sertanejos, cansados das dificuldades de sobrevivência impostas por latifundiários improdutivos e das secas, criam a cidade de Canudos no interior da Bahia revoltados pela situação calamitosa em que viviam. Em canudos muitos sertanejos viviam aos arredores do morro que era coberto de favela.

Com medo que a revolta minasse a república recém-instaurada, foi realizado um verdadeiro massacre com milhares de mortos.

¹ *Cnidoscolus quercifolius* (sin. *C. phyllacanthus*). Anteriormente conhecida como *Jatropha phyllacantha* Müll.Arg.), popularmente chamada de favela, faveleira, é uma planta da família das euforbiáceas. É endêmica do Brasil.

Quando os soldados republicanos voltaram para o Rio de Janeiro deixaram de receber seus salários e por falta de condições de vida mais digna, instalaram-se em casas de madeiras sem nenhuma infraestrutura em morros da cidade o primeiro foi o morro da Providência.

Alguns proprietários dos terrenos autorizaram a ocupação da mesma. Com a ocupação permitida, os soldados passaram a morar com outros desabrigados que faziam parte da população expulsa dos cortiços do centro da cidade devido à reforma higienista e passaram a chamar de favela. Não se sabe ao certo por que denominaram o morro da Providência como morro da Favela, mas deve-se possivelmente ao fato de se assemelhar ao morro existente em Canudos onde havia em abundância a vegetação do tipo favela.

Este tipo de moradia já era utilizado há alguns anos pelos ex-escravos que sem condições financeiras de viver na cidade, passaram a habitar o morro.

Segundo o Dicionário Aurélio Timbó é uma palavra de origem tupi que significa "o que tem cor branca ou cinzenta"; "vapor"; "exalação" ou "fumaça" designa um conjunto de plantas, diferenciadas aparentemente por associação da palavra timbó a outra característica como, por exemplo: guara-timbó, timbó-iurari, cipó-timbó, timbó-cipó. Timbó é uma planta da família das Leguminosas e das Sapindáceas. Utilizada na confecção de cestos e suas folhas trituradas produzem um suco venenoso, que causa entorpecimento, era utilizado pelos índios na captura de peixes.

1.3 A Definição: O que define uma favela?

As definições sobre o que caracteriza uma favela se tornaram obsoletas tendo em vista as diferenças regionais, das diversidades sociais, econômicas e culturais. Portanto a favela deve ser compreendida em sua totalidade e complexidade local.

A favela caracteriza o oposto do que seria ideal para cidade, por apresentar ruas irregulares, ocupação ilegal, falta de infraestrutura, como destaca Rodrigues (1991).

O termo favela, de acordo com o mesmo IBGE, diz respeito a um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na sua maioria carentes de infra-estrutura – e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores. O que distingue a favela de outros locais de moradia, também sem infra-estrutura é a natureza da ocupação das terras. Os mais variados termos são utilizados: invasão de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, câncer urbano (RODRIGUES, 1991, p. 36).

Devido as singularidades locais as favelas adotam características que não são comuns a todas existentes como, por exemplo, não podemos comparar uma favela urbana ribeirinha como é o caso da favela do Timbó, que possui água encanada, energia elétrica e casas de alvenarias, com uma favela ribeirinha no Amazonas com casas de madeira sem água tratada, esgotamento sanitário, entre outros.

As favelas não podem ser generalizadas por características comuns, elas são parte da cidade, e generalizações não explicam totalmente este fenômeno.

Diante disto vejamos as definições sobre favela apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A definição do conceito de aglomerado subnormal foi resultado de reuniões, realizadas no final da década de 1990, entre o IBGE, representantes da comunidade acadêmica e de instituições governamentais.

De acordo com o IBGE (2010), o conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo Demográfico 1992. Possui certo grau de generalização de forma a incluir a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros.

Conforme o IBGE (2010) considera-se um aglomerado:

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.
(IBGE, 2010, p. 27).

Para o IBGE (2010) os aglomerados subnormais são identificados por apresentar:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos);
- b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos;
- c) precariedade de serviços públicos essenciais.

Os Aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias:

- a) invasão;
 - b) loteamento irregular ou clandestino;
 - c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.
- (IBGE, 2010, p. 27).

Segundo o IBGE (2010), o país possuía 6.329 aglomerados subnormais. Eles concentravam 6% da população brasileira 11. 425. 644 pessoas, distribuídas em 3. 224. 529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total).

De acordo com o IBGE os aglomerados subnormais predominam nas regiões metropolitanas: 20 delas abrigam 88,6% do total de domicílios em aglomerados, com destaque para as regiões metropolitanas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belém, as quais, somadas, concentram quase a metade (43,7%) do total de domicílios em aglomerados subnormais do país.

As maiores proporções de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados da Região metropolitana estavam em Belém (52,5%), Salvador (25,7%), São Luís (23,9%) e Recife (22,4%).

Os dados do IBGE (2010) apontam que a Paraíba tem 90 áreas de aglomerados subnormais, onde mais de 130 mil habitantes moram em 36.380 domicílios com estas características. As cidades onde se encontram em maior densidade são João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Cabedelo e Santa Rita.

Como podemos observar a classificação do IBGE deixa falhas quando objetiva em quantificar um número acima de 50 moradias, excluindo desta forma aglomerações inferiores.

De acordo com a ONU (2002) em varias cidades do mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, mais da metade da população urbana são moradores de favelas, com restrição ao acesso de moradia, água e saneamento básico. O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) foi estabelecido em 1978, implementando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que diz respeito à melhoria das vidas de pelo menos 100 milhões de moradores de favelas – o equivalente acerca de 10% da população dos moradores de favelas em todo o mundo – até 2020.

Conforme a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em 1996, o direito à moradia adequada está aplicado em vários órgãos internacionais de direitos humanos, entre estes estão a Declaração Universal dos Direitos

Humanos em 1948 no (Art.. 25.1) ² e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (Art.. 11.1).

Segundo as Nações Unidas cinco características definem uma favela:

- ✓ O acesso inadequado à água potável;
- ✓ O acesso inadequado ao saneamento e infraestrutura;
- ✓ Qualidade estrutural pobre da habitação;
- ✓ Superlotação;
- ✓ Status residencial inseguro.

Como pode ser observado o problema habitacional não pode ser analisado isolado, pois a habitação não se resume a morada, mas sim todo o seu entorno, bem como serviços de infraestrutura: de redes de energia, água e de esgotos, pavimentação entre outros.

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, [...]. (RODRIGUES, 1991, p. 11).

A moradia digna é um direito assistido pela Constituição Federal, fundamentado em princípios cuja moradia apresenta-se como uma condição básica para o ser humano, não apenas como abrigo, mas alicerçada por um conjunto de fatores como salubridade, definida a partir das condições de higiene da edificação e segurança, vista como as condições de confiabilidade estrutural da construção, além de levar em consideração as condições de acessibilidade à educação, saúde, lazer e cultura.

A palavra favela é carregada de conotação negativa, slums a tradução para inglês implica miséria. Estas moradias precárias nascidas na ilegalidade são o grande desafio para melhorias urbanas das cidades. Por mais que os discursos mudem, para amenizar a aparência da violência e da pobreza, a favela não deixará de ser o que é se chamarmos de comunidade ou mesmo aglomerados subnormais. A favela não é em seu todo uma comunidade se mesmo dentro de uma única favela podemos encontrados grupos rivais, e em grande maioria o poder do tráfico e violência são as autoridades, ou aglomerados subnormais se este conceito exclui de forma radical as habitações que não se adequam de acordo com o proposto.

² Proclama que todos têm o direito a um padrão de vida adequado à saúde e bem-estar de sua família, incluindo alimentação, vestimenta, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais necessários, bem como o direito à segurança em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez, velhice ou outras circunstâncias além de seu controle.

Entretanto estes fatos não negam os laços culturais e sociais enraizados em um lugar, que são representados pelas pessoas que moram e precisam da favela para sobreviver.

1.4 A cidade de João Pessoa e a origem das favelas.

A cidade de João Pessoa está situada entre o Rio Sanhauá e o mar, apresentando relevo plano com altitude média em torno de 50 metros, possui rede de drenagem composta por rios e riachos, sua topografia dividiu-a em cidade Baixa e Alta. A cidade Baixa ocupou a margem direita do Sanhauá e a cidade Alta o planalto costeiro, cresceu em direção ao mar.

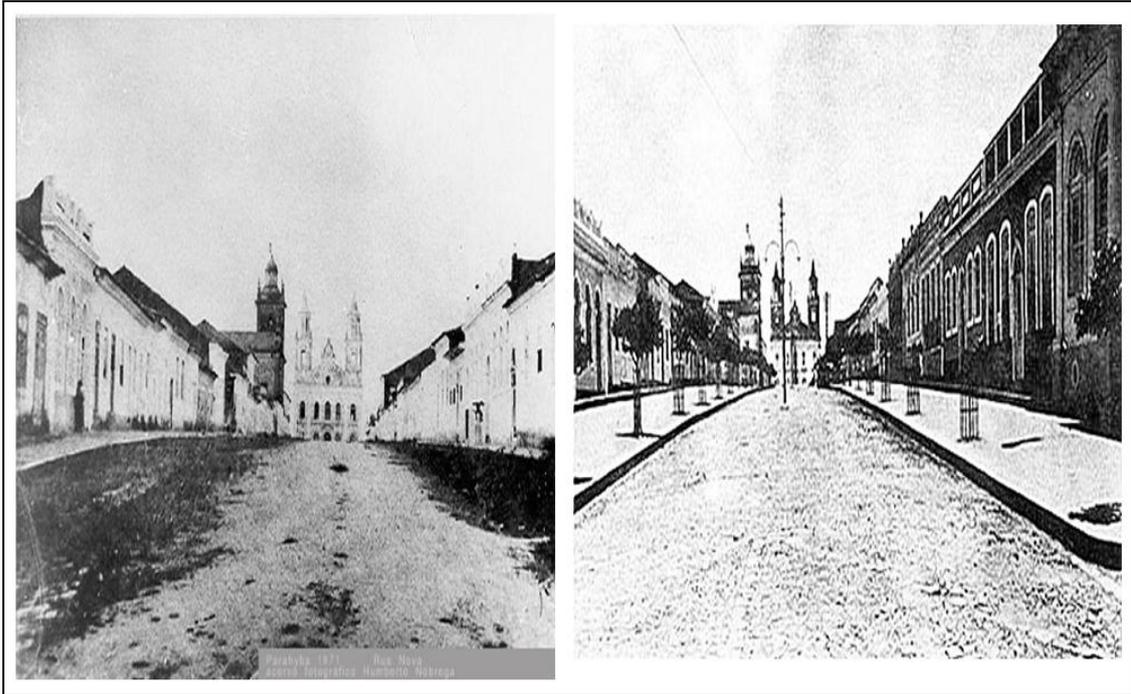
De acordo com a PMJP 2009.

As funções da cidade colonial em suas conexões com a produção rural, explica não somente a origem do urbano no Brasil, mas também, a produção espacial, ou seja, o espaço geográfico é parte integrante da produção social e do mecanismo de controle da sociedade, cujo papel, no mundo capitalista, tem sido o de acumulação de riqueza e de poder. A ocupação do espaço brasileiro pelos europeus atendeu à lógica do capita mercantil. (PMJP, 2009. p.33).

Durante o século XIX a então Cidade da Parahyba³ apresentava seus iniciais traços urbanos. A cidade alta caracterizada pela presença de casas, pertencentes aos coronéis, políticos e comerciantes. Estas famílias habitavam as melhores casas e sobrados que estavam localizados em torno dos pátios das igrejas (foto 02).

³ João Pessoa é a 3ª cidade mais antiga do Brasil, nasce entre o rio e o mar com o nome de Nossa Senhora das Neves (1585), depois Filipéia em homenagem ao rei da Espanha, Felipe II (1588); seguida de Frederiskstadt (1634) sob o domínio Holandês; depois Parayba (1654) com a volta do domínio português, e João Pessoa (1930) em homenagem ao Presidente do Estado da Paraíba assassinado naquele ano.

Figura 02: Av. General Osório 1871 – 1920.



Fonte: Acervo Fotográfico Humberto Nóbrega.

As fotografias tiradas em 1871 e posteriormente em 1920 confirmam o fato. Já os pobres habitavam casebres erguidos com barro, cobertos com palha e de chão batido, o que chamou atenção das autoridades, neste momento a cidade iniciava a modernizar-se juntamente com as políticas higienistas, sendo assim as habitações dos pobres eram vistas como um possível foco de epidemias. A construção de praças, a abertura de novas avenidas, o calçamento de ruas e novas construção também foram fatos que aceleraram a retida desta moradias.

Com a expansão da cidade ainda no século XIX foi elaborado pela Câmara Municipal um conjunto de normas e regulamentações urbanas que recebeu o nome de Código de Posturas, com objetivo de ordenar e disciplinar o uso do solo pelos habitantes, pelo poder público e pelos agentes produtores da cidade.

De acordo com Nascimento (2012),

O movimento que incita todas as cidades a submeter-se às exigências da higiene moderna, sob pressão enérgica da opinião pública, é irresistível. Torna-se felizmente, de mais a mais temerários de evitá-lo (...). A morada pode ser comparada a um organismo vivo, si as leis que regem a natureza que nos envolve e que vive de ar, de luz, e d'água são respeitadas. As casas insalubres, as casas de taipas, as

cobertas de folhagens, receptáculo de insetos e outros, sacrificam esses elementos.
(Nascimento 2012, p. 61).

Deste modo o Código de Posturas proibia à construção e a permanência de casas de palhas, casebres e cortiços, pois estes eram considerados moradias insalubres.

A figura 03 que corresponde a planta da Cidade da Parahyba de 1855 apresenta as áreas pobres onde estavam localizadas as casas de palha.

Figura 03: Planta da cidade da Parahyba de 1855.



Fonte: Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória – UFPB.

Deste modo o Código de Posturas proibia a construção e a permanência de casas de palhas, casebres e cortiços na parte central da cidade, pois estes eram considerados moradias insalubres, assim a classe pobre iniciou a migrando para as periferias. Entretanto, as medidas higiênicas não fizeram com que o número de pobres diminuísse contrário, estes estavam apenas afastados dos olhos da elite.

No final do século XIX, os pobres habitam principalmente a Rua da Imperatriz e a Rua do Melão (Figura 04). Essa população residia nas mais precárias habitações, marcando o cenário.

Figura 04: Rua do Melão atual Beaurepaire Rohan.



Fonte: Acervo Walfredo Rodriguez.

Essa população residia nas mais precárias condições de moradia, na figura pode ser observado que suas casas possuíam coberturas de palha.

Na década de 1920 ocorreu um forte processo de urbanização no Brasil que foi marcado por mudanças políticas, a década de 1920, para o Brasil, representa um processo de transição econômica e social, com modelo exportador onde o complexo cafeeiro paulista predominava, rumo a industrialização, que se firmaria a partir de 1933. Por isso na capital da Paraíba, os reflexos somente vieram aparecer na década de 1940, em consequência da abertura da avenida Epitácio Pessoa (figura 05), ocorrida em 1933, deu início a expansão urbana das

faixas litorâneas de Cabo Branco e Tambaú.

Figura 05: Abertura da Avenida Eptácio Pessoa.



Fonte: Acervo Fotográfico Humberto Nóbrega.

A partir da década de 1950 a cidade apresentava cada vez mais sinais de mudança e modernização.

Durante o século XX, a cidade de João Pessoa começou a se modernizar por meio investimentos estatais que impulsionaram a expansão da cidade. Até 1960 a cidade estava compacta ao redor do centro. Após 1970 a rede urbana se expandiu em direção ao litoral, para onde se deslocou a população de maior renda, provocando alterações significativas na paisagem urbana da cidade.

A burguesia rural e urbana que antes habitava os bairros de Tambiá e Trincheiras passaram a residir na Avenida Eptácio Pessoa. Como também as antigas residências utilizadas para veraneio foram aos poucos se transformando em moradias permanentes.

Posteriormente, em direção à porção sul-sudeste, área constituída pelos grandes conjuntos habitacionais populares. A partir da década de 1970 a expansão urbana de João Pessoa passou a ocorrer de forma mais intensa. O crescimento urbano impulsionou altos índices de migração. Nessa mesma época o Estado iniciou a construção de grandes conjuntos habitacionais populares, seguindo o eixo de expansão sul-sudeste da cidade, entre eles: José Américo de Almeida, Valentina, Castelo Branco, Mangabeira e Bancários, estes atualmente na

condição de bairro.

De acordo com Moraes (2011) o período entre 1963 e 1985 teve como caracterização a grande expansão impulsionada pela criação do Distrito Industrial, a inauguração do Hotel Tambaú, as obras da UFPB no Castelo Branco. O processo de uso e ocupação do solo para norte intensificou-se devido a abertura de loteamentos na faixa litorânea de Manaira e Bessa.

À medida que a cidade passou a apresentar equipamentos urbanos ocorreu de uma enorme valorização das áreas centrais, expulsando a classe trabalhadora mais pobre para a periferia. Com esse processo de urbanização intenso as cidades cresciam desordenadamente por todo país, não sendo diferente em João Pessoa.

A necessidade crescente de moradias por parte da população de baixa renda deu origem a ocupações ilegais.

Nos anos de 1980, intensificou-se a processo de favelização, com a instalação de favelas em vales de rios, entre os conjuntos habitacionais, bem como em outros espaços públicos da cidade.

Por ser cortadas por rios proporcionou a aparição de favelas em suas margens. Atualmente João Pessoa possui 65 bairros, dos quais 44 possuem favelas.

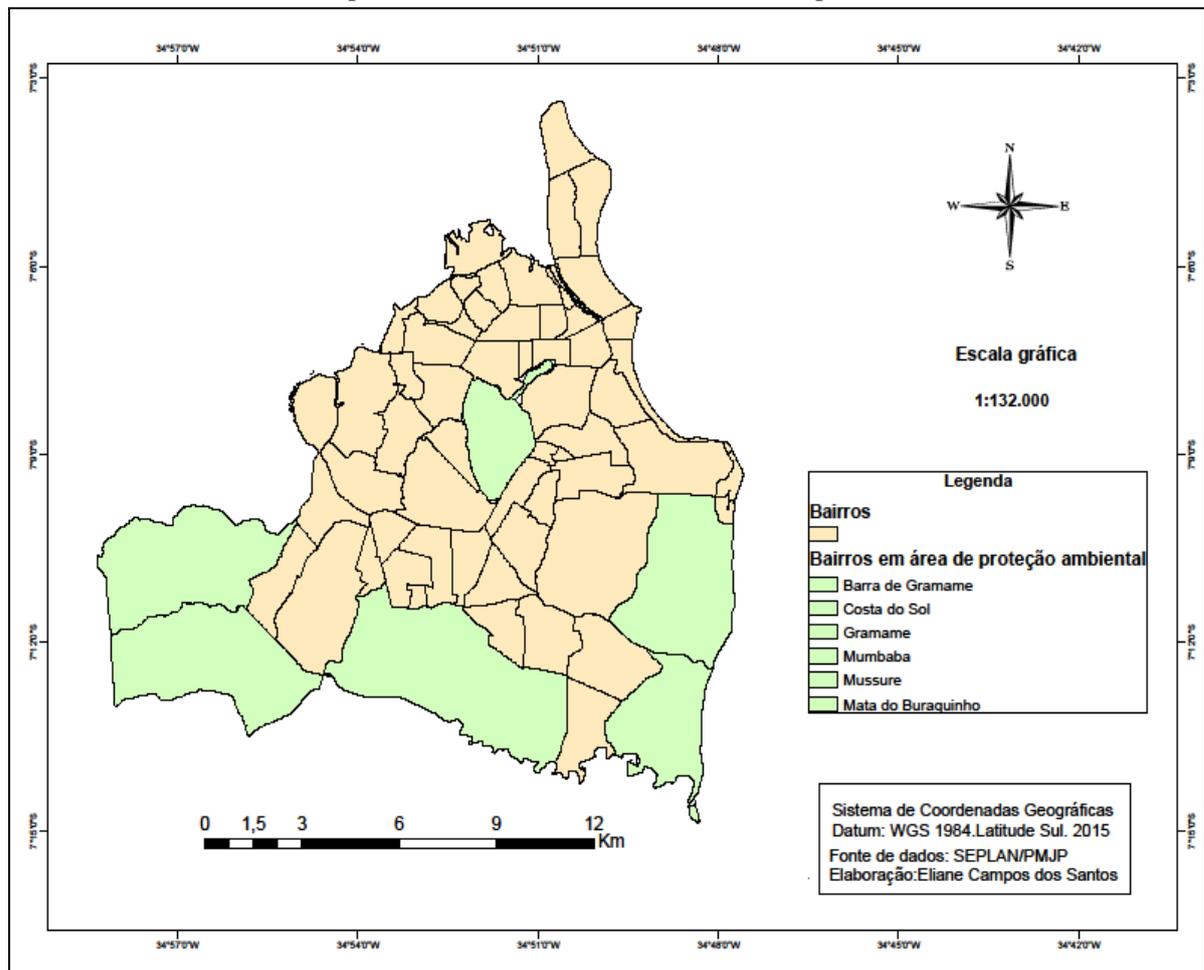
O princípio das favelas na cidade de João Pessoa deriva da diferenciação socioeconômica dos padrões habitacionais já existentes no século XIX, onde os pobres habitavam em casebres de palhas e posteriormente foram transferidos para lugares mais afastados da parte central.

De acordo com pesquisas realizadas pela FIPLAN (Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba) até o final da década de 1970 existiam 16 favelas na cidade de João Pessoa. Na década de 1980 surgiram mais 15 favelas, principalmente nas margens do rio Jaguaribe, no final da década de 1980 João Pessoa já contava com 31 favelas conforme a FIPLAN, em estudo realizado na mesma década.

Segundo dados da FAC 2002, a cidade de João Pessoa passou a ter 60 bairros, dos quais 38 possuíam favelas.

João Pessoa por possuir como características em seu relevo litorâneo a presença de rios proporcionou a aparição de favelas em suas margens.

Mapa 01: Zoneamento da cidade e áreas especiais.



Fonte:SEPLAN/PMJP
Por Elaboração da autora.

De acordo com PMJP (2009) a cidade possui bairros 65 bairros, sendo 59 bairros e 6 regiões especiais as quais estão destacadas em cor verde e branco no mapa acima. Estas regiões correspondem a áreas de proteção ambiental.



Favela do Timbó 2013. Fonte: Google Earth.

2 Capítulo II – TRANSFORMAÇÕES DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA FAVELA DO TIMBÓ.

Neste capítulo será abordada a origem da favela do Timbó, sua localização por meio de mapas, as características e as diferenças entre Timbó I e Timbó II serão visualizadas através de fotografias e mosaicos. Um pouco da história será conhecida por meio de depoimentos de moradores antigos. Será compreensível o uso do método comparativo para analisar as mudanças sofridas na favela. Ainda pode ser coferido de forma incipiente um diagnóstico socioeconômico e ambiental do Timbó.

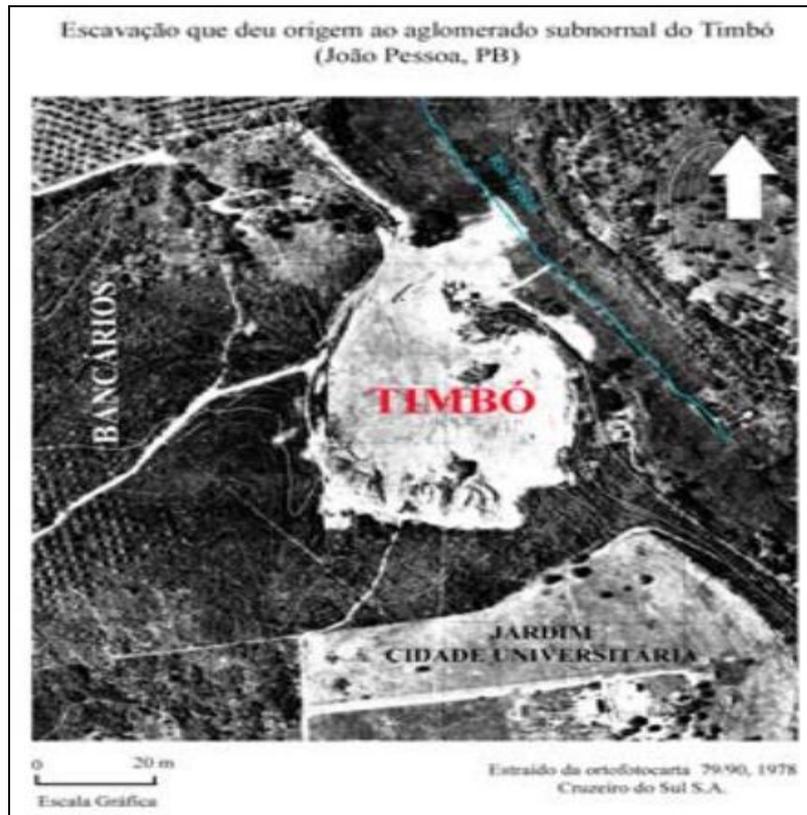
O bairro dos Bancários está localizado na zona leste da cidade, foi fundado em 20/06/1978, através de uma cooperativa cujos associados foram os bancários e os servidores da UFPB, com a denominação de Loteamento Itubiara, financiado pelo Banco Nacional de Habitação – BNH e Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP. (PMJP, 2009).

De acordo com Sabino 2001, a favela do Timbó tem sua origem no final da década de 1970, quando trabalhadores da construção civil vindos do interior do estado atraídos pela oferta de empregos, trazem consigo alguns costumes como criação de animais, alguns destes operários frequentavam as margens do rio Timbó em busca de capim, pastoreio e cultivo. Desta forma foram abertas as primeiras trilhas e caminhos. Como pode ser observado na figura 07.

As visitas ao vale do Timbó se tornaram rotineiras, e foram ocorrendo os desmatamentos. A área antes de ser ocupada também era utilizada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, que explorava saibro⁴, retirando esse material com finalidade de aterrar algumas avenidas na cidade. Vale destacar que no mesmo período foi criado o bairro dos Bancários e alguns blocos da Universidade Federal da Paraíba – UFPB estavam em construção.

⁴ É um produto de decomposição química incompleta, material devido à decomposição *in situ* do granito ou do gnaisse, com a partida de silicatos aluminosos hidratados (argila), que são levados pelas águas do lençol de escoamento superficial. Areia grossa, encontrada em jazidas próprias, de cor avermelhada ou amarelo escura. É uma rocha incoerente devido à caulinição dos feldspatos, mas apresenta uma textura bem conservada.

Figura 07: Ortofocarta de 1987.



Fonte: PMJP 2009.

Com o passar do tempo alguns dos trabalhadores migrantes das cidades do interior, não tendo onde morar passaram a habitar a saibreira, com o fim das obras os mesmos com novas expectativas de trabalho, trouxeram seus familiares.

De acordo com os relatos dos moradores mais antigos, no primeiro momento as habitações eram improvisadas, houve casos de pessoas que dormiam em redes entre as árvores, ou construíam somente um teto para se abrigar da chuva.

As lembranças são capazes de reproduzir o espaço vivido, tendo como produto a convivência social de um grupo, lembranças são resgates da transformação do lugar.

Por meio da linguagem, o homem transforma a realidade em que vive e a si mesmo. O homem constrói a existência humana, ou seja, confere-lhe sentido. E é essa capacidade do homem de atribuir, incessantemente, sentidos que promove seu constante devir, e o das coisas, que interessa à Análise do Discurso. (Silva, 2005, p.16)

Os depoimentos foram colhidos em visitas de campo para conhecimento do lugar, as entrevistas foram realizadas no fevereiro de 2014.

Um resgate dessa história é lembrado em depoimentos a seguir:

Tá perto de completar 30 ano, que eu nem tô lembrado quando eu cheguei pra qui era tudo barro, era barreira, aí essas casas aí nun tinha essas casas não. Era barreira aí onde é aquele primeiro andar ali era a Teixeira guardava os troços aí, trator tudo aí, era a Texeira era Plancor e a Enarc que tivara barro daqui, aí eu morava no Gesiel, quando eles tavão fazendo aquela pista de Valentina, aí ficava tirando barro daqui, aí eu ficava de olho na casamba, disseram que aqui tava dando casa, que podia ficar aqui, aí eu vim um dia olhar.

Aonde eu morava passou um dia mesmo na porta aí o dono da casa, que eu pagava alugue, ficou muito aperriado que eu ficava vindo pra cá, e tinha que sair mermo, aí pediu a casa, aí foi eu entreguei a casa. Aí eu vim na casamba, aí fiquei olhando pra banda de cá, ah mais faz muito tempo isso foi no tempo de Wilson Braga. Aí eu vi, eles tava fazendo aquilo dali, mais era lona, era palha de coqueiro, madeira de mangue. Disse que um tempo que caiu um pedaço da barreira aí tiraram os povos pra qui, só tinha aquela rua da mangueira uma banda do lado de lá, o resto pra cá era tudo a barreira. Aí eu vim aí fumo cuidar em fazer, aí fumo fazeno, fumo fazeno nessa mesma casa aqui. Quando eu terminei de fazer essa, já tinha umas casinhas aí, mais era poquinha, era aqui alí. (Sr. Joaquim, 80 anos, Timbó II, 2014).

Podemos perceber que a história oral transmitida, nos dá outra dimensão da percepção do ambiente vivido que foi modificado a partir das invasões na área. Neste caso a memória se faz apenas de um individuo, porém os fatos são coletivos, tornando assim a memória coletiva da favela em fatos. Esta afirmação se confirma nas entrevistas quando os moradores relatam onde e quantas casas existiam.

Faz 29 anos é isso, então aqui era um sofrimento muito grande, graças a Deus mudou. Inclusive meu irmão que morava ali também, quando chovia era só a graça de Jesus, tinha que levantar geladeira, cama, cadeira perdia tudo. Tinha gente que ficava sem nada num sabe. Aqui era uma tristeza, era só a graça, eu vim morar aqui pelo milagre de Jesus por que eu não tinha condição, vivia sofrendo muito no interior. E meu marido veio se operar aqui, ele opreose e vim morar aqui com 4 filhos pequeno, num cantinho tão pequeno que eu amarava as redes uma em cima da outra, e no interior eu não tinha do que viver, aqui graças a Deus eu tinha saúde, trabalhava lavando roupa, fazeno faxina e meus filhos não passava fome né.

Ali pra cima tinha umas casinhas, mas era menas casa, a rua era mais por aqui, do outro lado de lá era tanto do buraco, que quando eu cheguei aqui a prefeitura tirava terra pra aterro num sei de onde. Tinha cada buraco que inté uma vez morreu uma criança dentro do buraco, caiu lá dentro do buraco e morreu.

E quando chuvia inxia d'agua. E os morador forum chegano, que não tinha onde morar ia ajuntano terra, ajundanto e hoje tá esse mundão de casa né, que hoje tem casa no Timbó, hoje nós tamo num paraíso.

Quando eu vim pra morar aqui, num tinha nem um banheiro, fazia tudo dentro de uma lata. O rio num tinha água suja, agente olhe agente tomava água desse rio, lavava roupa nesse rio, tudo era nesse rio que não tinha

água só tinha energia, só tinha luz. A água era limpa que agente via até a área.

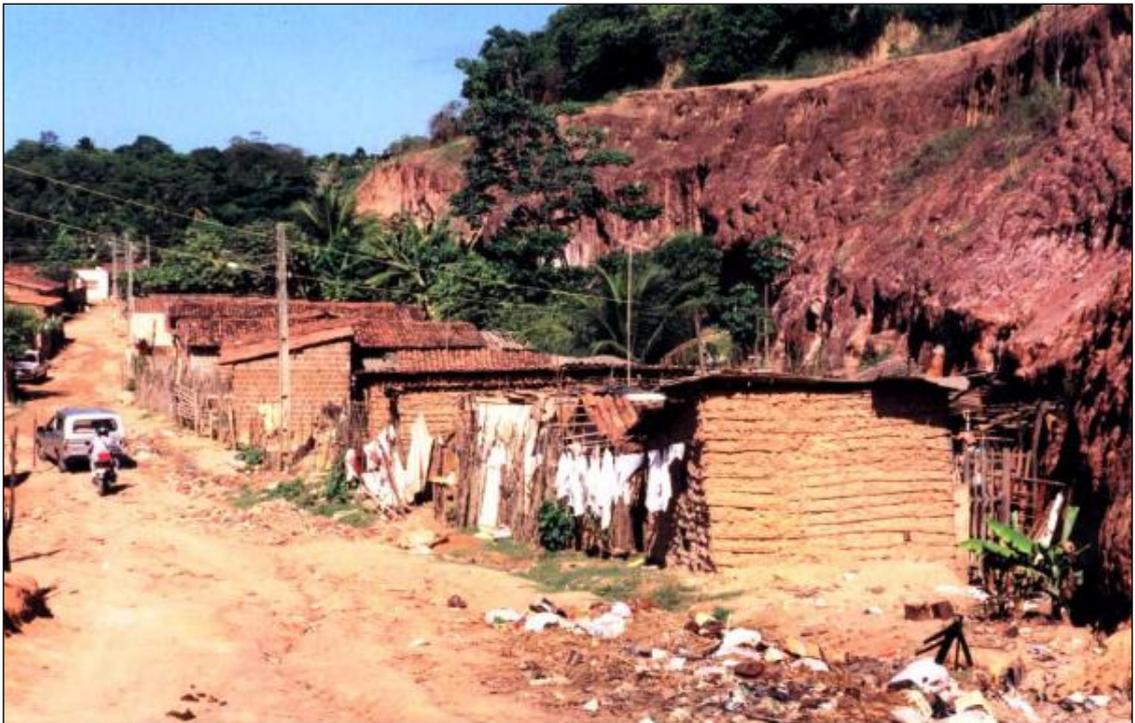
Aí depois veio a Lucia Braga, a Lucia Braga colocou água que foi uma bença pra gente né que agente carregava agua na cabeça. Então pra mim hoje isso aqui né mem mais uma favela isso aqui é uma cidade. Mais hoje eu tô num paraíso. Meus filhos tudo mora aqui, é e as ezes o pessoal fala muito do Timbó, mas o Timbó é um canto maravilhoso, tem muitas coisa errada, mais onde não tem? Né.

(Dona Maria 57anos. Timbó II, 2014).

Inicialmente, a prefeitura de João Pessoa, tentou impedir a ocupação da área, derrubando as casas já erguidas e outras em fase de construção. Ainda por relatos de uma moradora a aprovação de permanência no terreno partiu de Lúcia Braga. Com a permanência das pessoas no lugar, as mesmas começaram a reivindicar serviços básicos como energia elétrica e água e saneamento. O prefeito na época o Sr. Wilson Braga autorizou a instalação dos serviços, atraindo mais pessoas aumentando cada vez mais o número de casebres.

Em quase quarenta anos de ocupação a favela do Timbó sofreu mudanças, principalmente quanto ao perfil da moradia e infraestrutura como pode ser observado nas fotografias abaixo:

Fotografia 03 – Rua Rosa Lima dos Santos – Timbó II em 2000.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 04: Rua Rosa Lima dos Santos –Timbó2012.



Fonte: Acervo da autora, 22/06/2012.

Fotografia 05: Rua Rosa Lima dos Santos – Timbó 2013.



Fonte: Acervo da autora, 13/06/2013.

As fotografias apresentadas anteriormente nos revelam as transformações urbanas ocorridas na favela do Timbó, a fotografia 01 da década de 2000, apresenta a favela sem os serviços básicos de infraestrutura, sem pavimentação, com casas muito pequenas e algumas ainda de taipa, praticamente juntas à encosta com pouca vegetação, percebe-se também a presença de lixo em céu aberto.

Na fotografia do ano de 2012, as mudanças são visíveis quanto à infraestrutura no que se refere a respeito da pavimentação da rua e nas melhores condições das casas junto a encosta que apresenta bastante vegetação, porém o lixo se faz presente na rua como verificado na fotografia anterior.

A fotografia do ano de 2013 revela as consequências ocasionadas pelo deslizamento, no momento da retirada da encosta, as casas na mesma posição das fotografias anteriores estão praticamente soterradas. Aqui a encosta se encontra completamente desnuda de vegetação o que facilitou o deslizamento ocasionado pela grande quantidade de chuva que encharcou o solo.

A falta de alternativas de moradias potencializou o surgimento de favelas como é o caso do Timbó. A maior parte das favelas ocupam terras públicas, da União, Estado ou Município, assim as pessoas que moram em favelas não são proprietários jurídicos, pois não detém o título de posse. A favela caracteriza-se por ser uma ocupação por quem não tem onde morar, as famílias que não conseguem pagar aluguel ou comprar um terreno buscam uma solução que em geral são as ocupações de terrenos privados e logo em seguida a autoconstrução de suas casas.

Bonduki afirma que:

A característica básica, porém, é sempre edificadas sob gerencia direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa. (BONDUKI 2011, p. 281).

Segundo Rodrigues, a autoconstrução que é uma marca da dinâmica da produção das favelas, é realizada no tempo livre, principalmente nos fins-de-semana, pela própria família ou com ajuda de vizinhos, é uma forma de economizar a renda familiar.

É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve seu problema de moradia, principalmente nas grandes cidades brasileiras e de modo geral na América Latina. A construção da casa

se prolonga por muitos anos, absorvendo a maior parte do “tempo livre” da família. (RODRIGUES, 1991, p. 30).

O objetivo da autoconstrução é livrar-se de mais uma despesa. A produção da casa por esse processo é longa, não só porque o curto tempo que deveria ser destinado ao lazer é utilizado para a construção, mas também pela pequena disponibilidade de financiar a obra dessa forma o término da obra pode durar muito tempo.

2.1 A favela do Timbó.

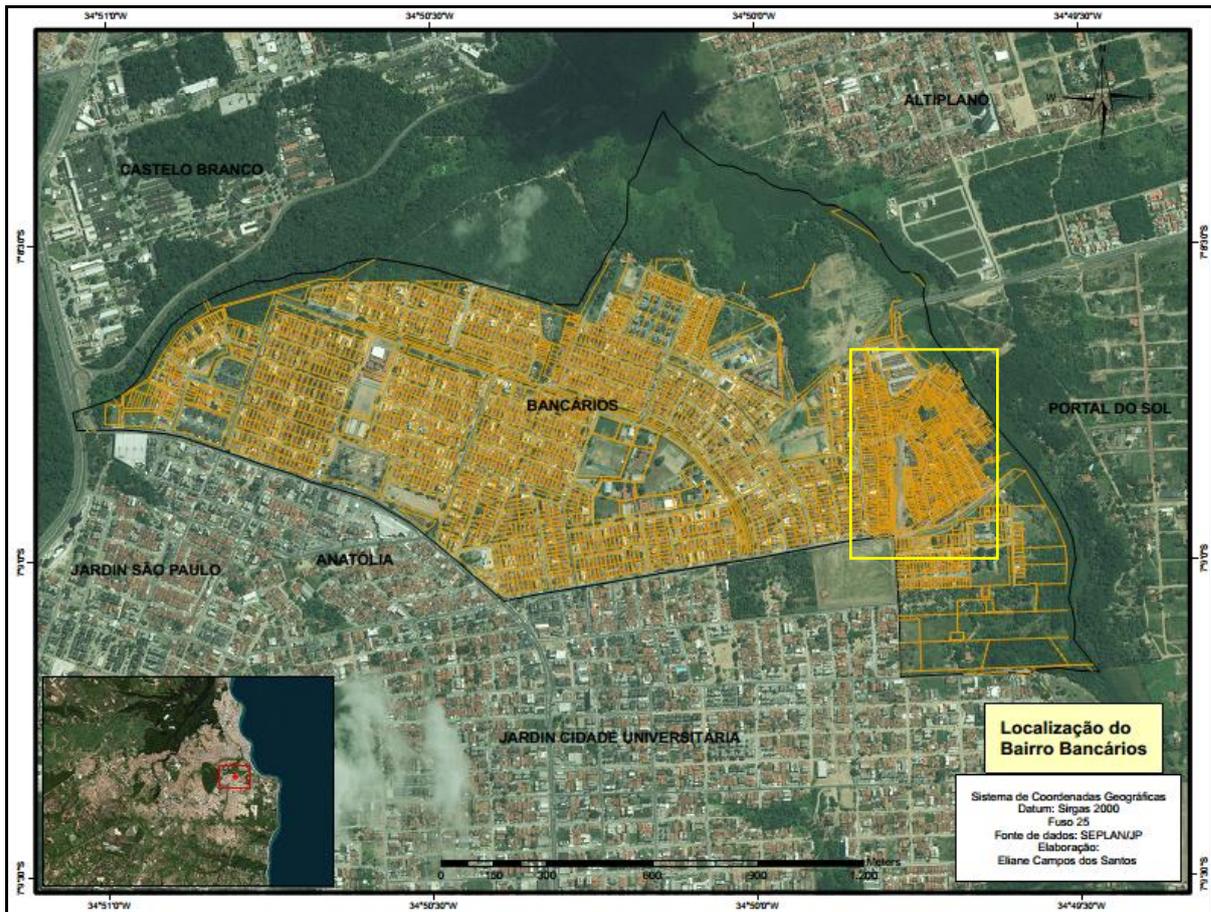
A favela do Timbó está situada no bairro dos Bancários (mapa 01), em sentido leste, às margens do rio homônimo. O rio Timbó é o principal afluente do rio Jaguaribe que forma uma pequena sub-bacia, típica da faixa costeira. O rio Timbó apresenta larguras variáveis, declividades acentuadas no setor de vertentes-encostas, terrenos baixos sujeitos a inundação.

A favela do Timbó é produto de uma ocupação irregular, e ocupa uma área de aproximadamente 16 hectares.

A favela se encontra ao lado de uma das principais vias de acesso para à orla marítima do Cabo Branco e dos bairros: Altiplano, Jardim Cidade Universitária, Portal do Sol.

De acordo com o censo demográfico de 2010, apresentado pelo IBGE a favela possuía 824 domicílios com 3.117 habitantes. No entanto de acordo com a Fundação Ação Comunitária no ano de 1998 a favela possuía cerca de 710 domicílios, em 2002 o número passou para 800. Em 2007 um levantamento feito pela prefeitura apontou quase 900 domicílios com aproximadamente 4.600 habitantes. Esses fatos nos levam a crê que os dados do IBGE não são confiáveis.

Mapa 02: Localização do Bairro Bancários. Dados cartográficos SEPLAN/JP.

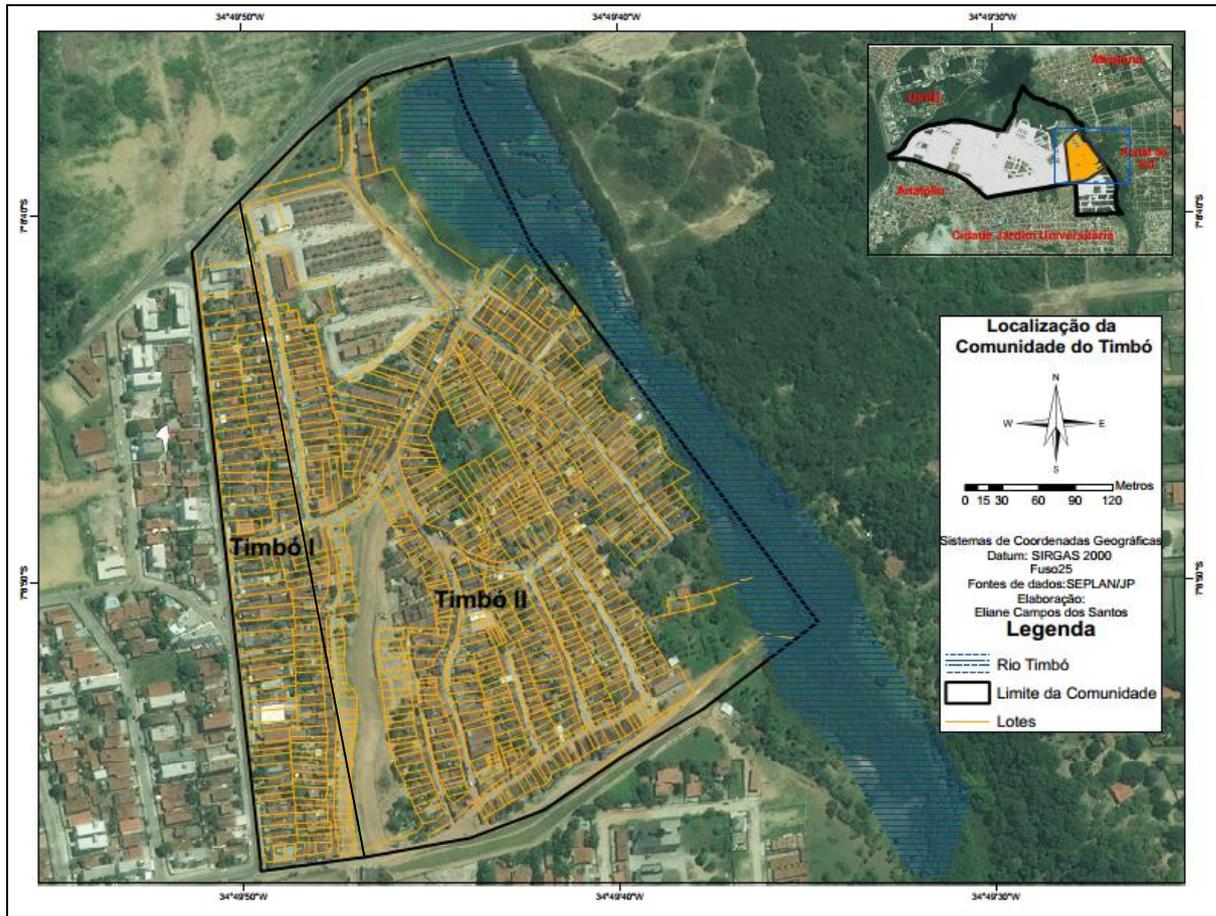


Por: Eliane Campos dos Santos /2014.

A favela do Timbó (mapa 02) apresenta duas condições topográficas distintas gerando a divisão em Timbó I (Timbó de cima), no topo da encosta onde sua cota mais alta atinge 52 metros e Timbó II (Timbó de baixo), que nas margens do rio apresenta 8 metros em sua cota mínima em relação ao nível do mar.

Em função de sua ocupação ter ocorrido, da base, na planície fluvial e posteriormente para o topo da encosta, é importante destacar que a favela se divide fisicamente devido ao declive natural da encosta ou barreira como os próprios moradores falam, esta transição se define ao logo da Rua Margarida Maria Alves, esta divisão revela também características diferenciadas quanto à moradia infraestrutura e serviços, privilegiando o Timbó I.

Mapa 03: Localização da favela do Timbó. Dados cartográficos SEPLAN/JP.

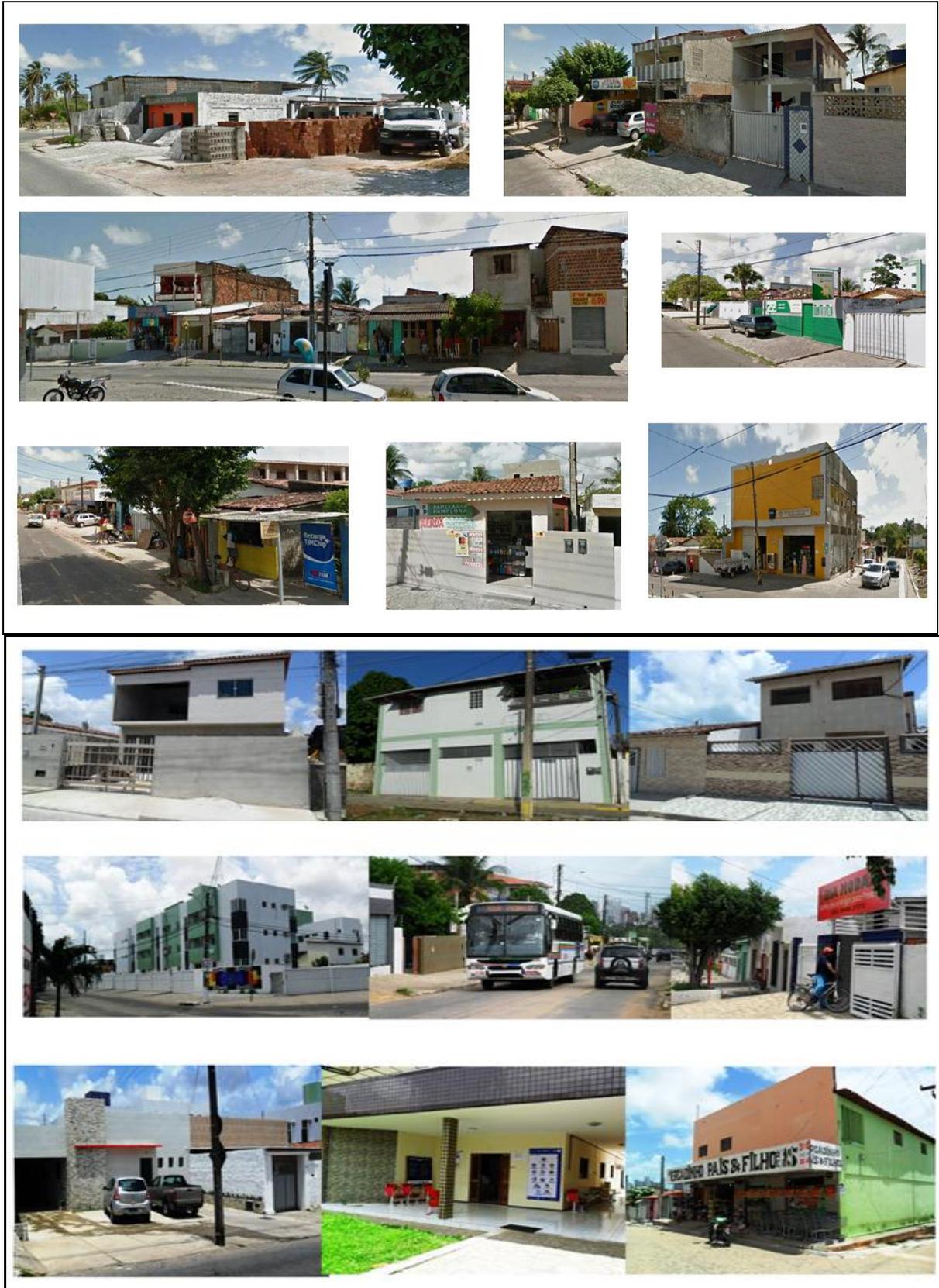


Por: Eliane Campos dos Santos /2014.

O Timbó I (de cima) que está ligado ao bairro de forma mais precisa pela Rua Abelardo Pereira dos Santos a oeste, via de importância para a favela, à mesma divide o bairro da favela, nesta ocorre maior concentração de serviços, dispendo de supermercado, padaria, frigorífico, lojas de roupas, salões de beleza entre outros, e por onde circula a linha de ônibus do bairro dos Bancários, a mesma sendo de fundamental importância mobilidade da população que lá habita.

Esta porção da favela apresenta maior valor comercial no mercado imobiliário o que vem atraindo as construtoras por possuir casas mais amplas, algumas com segundo piso, revestimento cerâmico, ruas mais largas, como aponta os mosaicos fotográficos a seguir:

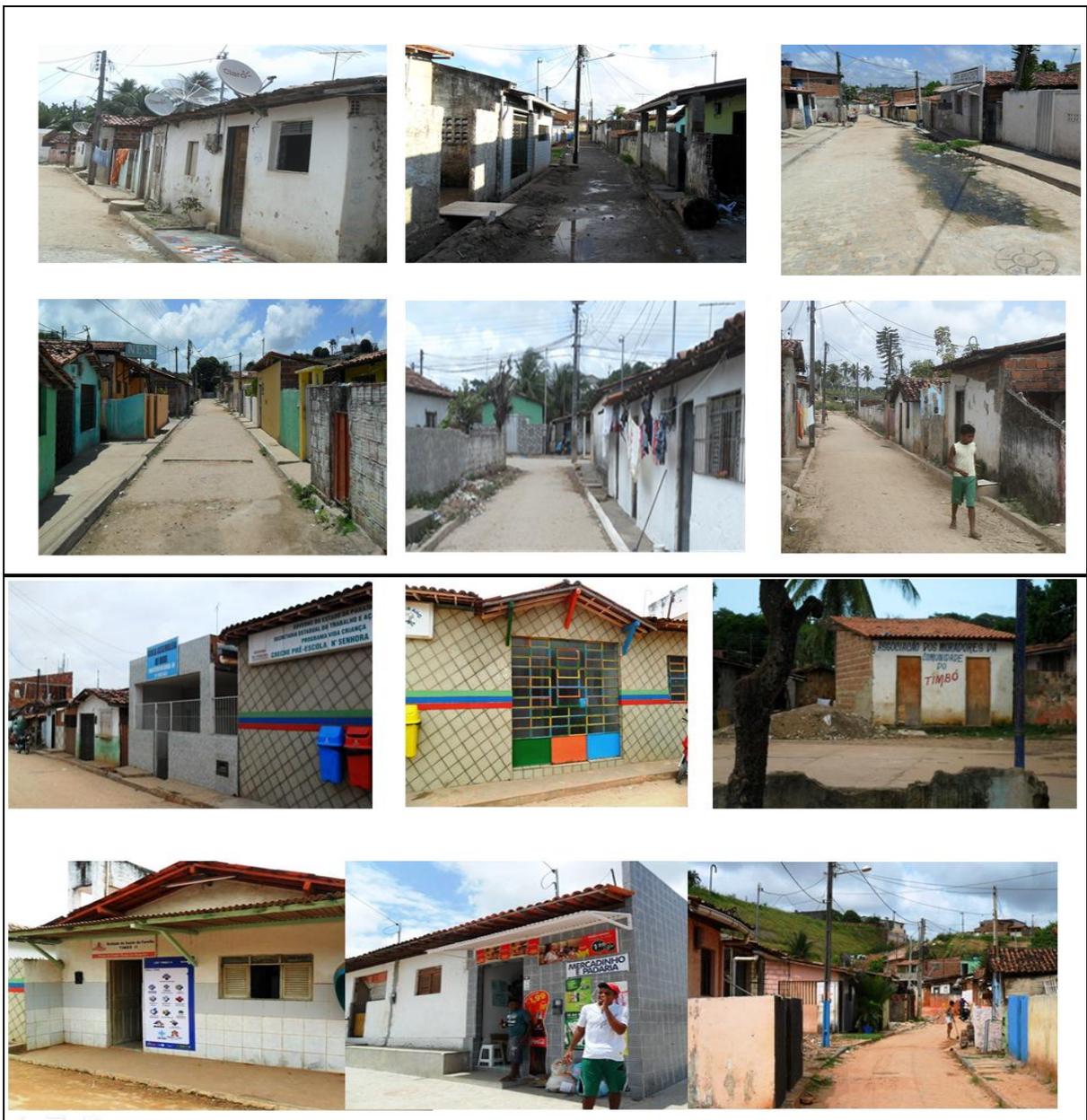
Mosaico fotográfico 01: Timbó I.



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo 2012/2013.

O timbó de baixo ocupa uma área que apresenta uma densidade habitacional mais elevada, com casas de padrão construtivo mais baixo se comparado ao Timbó de cima. A população sofre com a precariedade de algumas ruas, nesta parte da favela, quando chove a situação piora em decorrência da argila que escorre das encostas e ainda pela falta de um sistema de esgotamento sanitário adequado. A maioria das casas são pequenas e pouco confortáveis, algumas com uma única janela, e também por acomodarem famílias com elevados numero de moradores.

Mosaico fotográfico 02: Timbó II



Fonte: Acervo da autora. Pesquisa de Campo 2013.

Segundo o IBGE os domicílios no Timbó seguem três tipologias: casa, vila/condomínio, apartamento. Na tabela 1 abaixo os setores estão divididos com as letras A; B; C; que representaram as divisões da ocupação. A porção “A” corresponde à parte leste da favela do Timbó e se estende pela margem do rio, enquanto a “B” corresponde a uma porção central da favela, entre a encosta e a primeira parte. Estas partes correspondem ao Timbó de “baixo” ou Timbó II e apresenta ocupação principalmente por casas. Já a porção C corresponde ao Timbó de cima, ou Timbó I, e se estende a oeste, apresentando em sua porção casas com mais de um pavimento e muitos pontos comerciais.

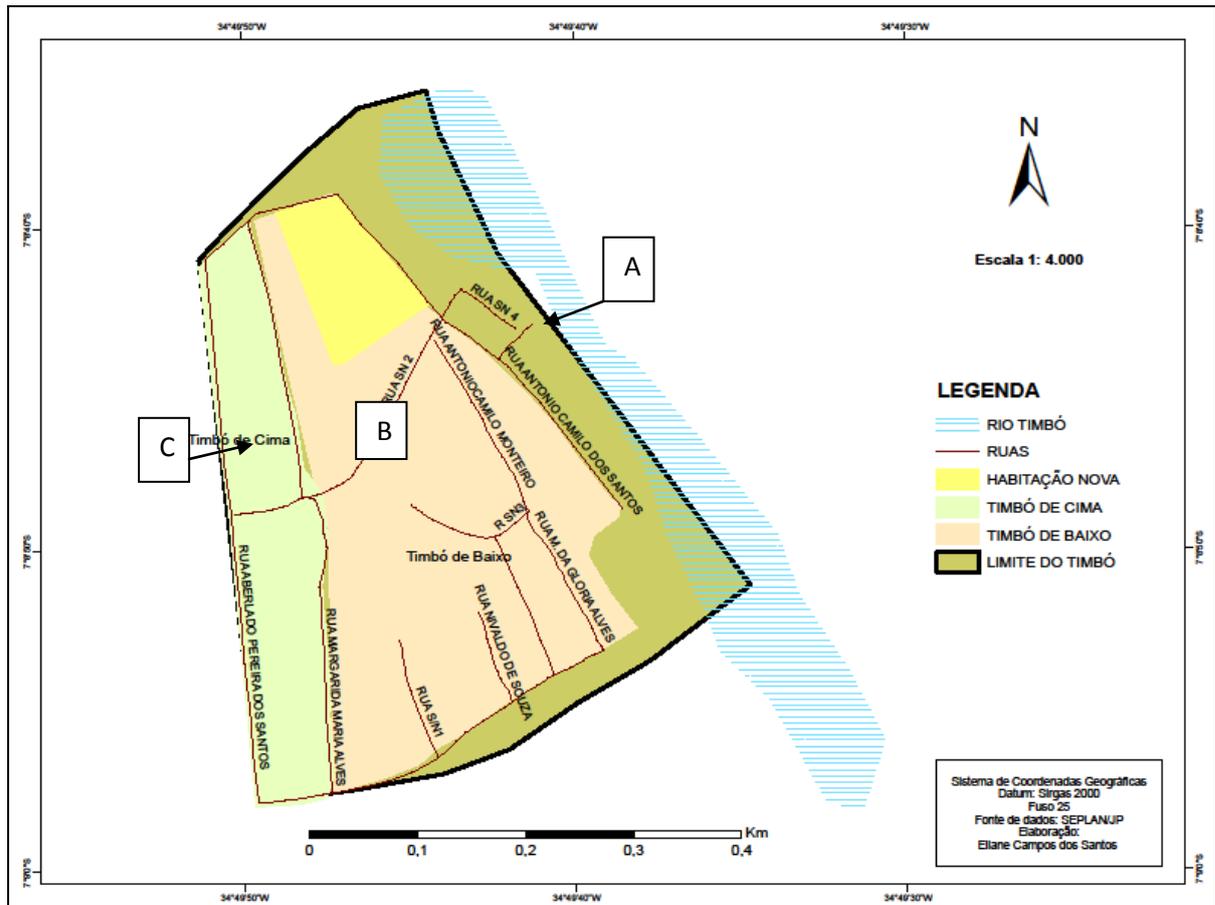
Tabela 1 – Tipologia dos domicílios particulares permanentes no Timbó por setor censitário

TIPOLOGIA DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO TIMBÓ POR SETOR CENSITÁRIO – 2010				
	A	B	C	TOTAL
Casa	214	295	267	776
Casa de Vila ou em condomínio	7	21	18	46
Apartamento	0	0	2	2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

De acordo com o mapa 03 é possível compreender melhor a espacialização da favela e o seguimento A; B; C; de acordo com a tabela acima e visualizar as principais ruas de acessibilidade interna.

Mapa 04: Posição e tipologia dos domicílios na favela do Timbó.



Fonte: SEPLAN/JP.

Por: Eliane Campos dos Santos /2014.

No segmento “AB” que corresponde ao Timbó II (de baixo) apresenta de acordo com o censo do IBGE a maior concentração de casas e também apresenta maior falta de infraestrutura. O segmento C corresponde ao Timbó I (de cima) que consiste em melhor infraestrutura com ruas bem definidas e amplas.

2.2 Diagnóstico socioeconômico e ambiental da favela do Timbó.

Para a obtenção da amostragem do diagnóstico socioeconômico da favela do Timbó foram realizadas entrevistas e aplicados oitenta e cinco questionários, número que foi levado em consideração os dados fornecidos pelo censo 2010 do IBGE onde a favela possui 824 habitações desta forma foram aplicados oitenta e cinco questionários que corresponde a pouco mais de 10%. O questionário (vide apêndice) que consiste em seis partes com perguntas abertas, fechadas e semiestruturadas divide se em: I. Ocupação do domicílio; II.

Características de ocupação; III Procedência; IV Perfil do domicílio; V Condições Sanitárias; VI Perfil da unidade familiar.

De acordo com resultado dos questionários sobre a ocupação do domicílio na pergunta sobre posse domiciliar, 21% respondeu que era alugada e 79% disse que a casa era própria. Na pergunta dois; Como adquiriu? 57% disse que foi por recursos próprios, 21% adquiriu por meios de programas de programas governamentais, 5% disseram que foi cedida 2% respondeu que foi trocada e 15% não respondeu. Quando perguntado se já foram realizadas reformas na casa 59% respondeu sim e 40% disse não e 1% não respondeu. Sobre o tipo de utilização 89% é de uso comercial, 4% comercial e 7% é utilizado para as duas modalidades residência-comercial.

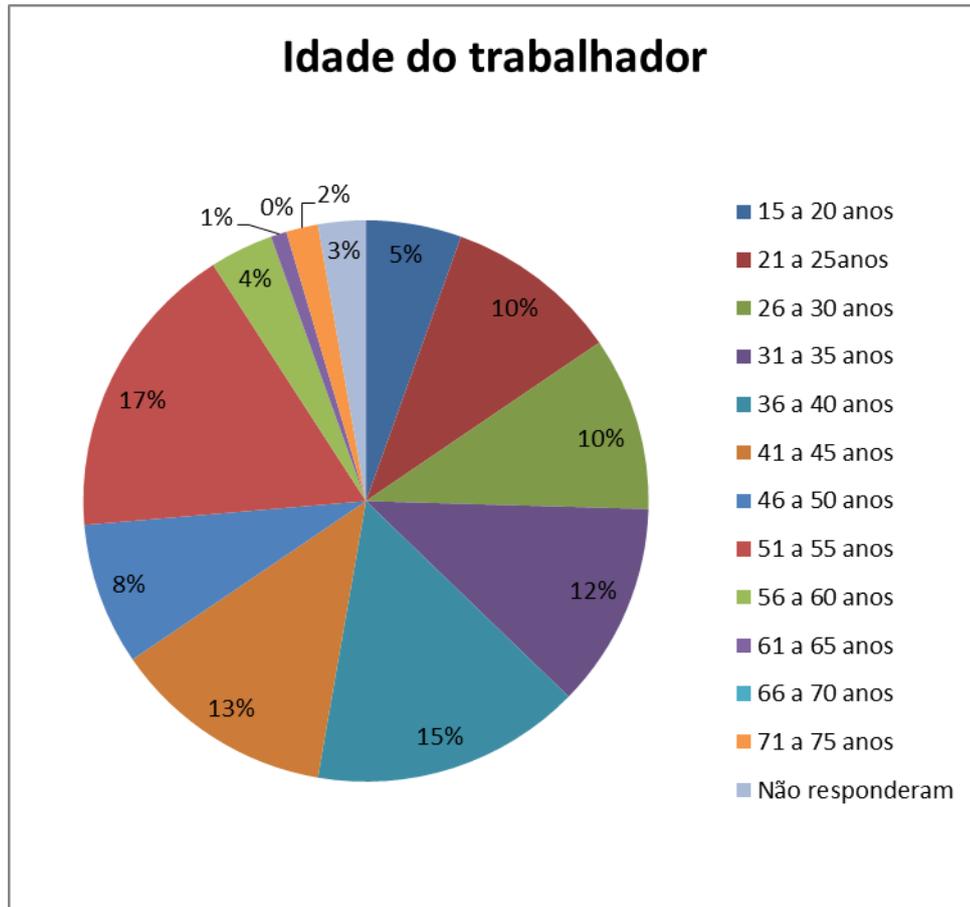
Nas características de ocupação, no que se refere à ao total de pessoas por domicílio o resultado foi: uma pessoa por domicílio corresponde a 8%; duas pessoas 13%; três pessoas 24%; quatro pessoas 21%; cinco pessoas 19%; seis pessoas 5%; sete pessoas 6%; oito pessoas 2% e dez pessoas 2%.

Quanto à presença de crianças por domicílio verificou-se que 37% não tem crianças em casa; 27% correspondeu a uma criança; 19% igual a duas crianças por domicílio; 8% três crianças; 7% quatro crianças por domicílio; 1% corresponde a seis e sete crianças por domicílio.

Sobre idosos constatou que 73% correspondem a zero idoso nos domicílios, 14% apresentam um idoso; 13% dois idosos por domicílio. A propósito das pessoas que trabalham por domicilio 7% corresponde a nenhuma pessoa, 54% para uma pessoa, 30 % para duas pessoas, 7% para três pessoas e 1% para quatro e cinco pessoas que trabalham.

A respeito da idade do trabalhador pode ser observado no gráfico a seguir que as pessoas que trabalham apresentam idades ente 15 e 75 anos.

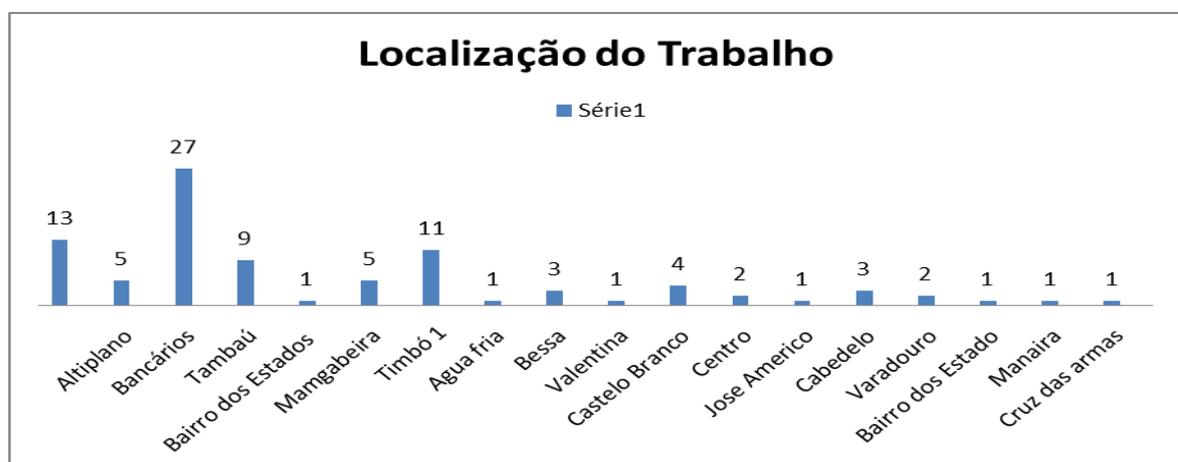
Gráfico 01: Idade do trabalhador por domicílio.



Fonte: Questionários da pesquisa em campo 01 /2015.
Por Eliane Campos.

O gráfico abaixo mostra a localização dos bairros onde os moradores do Timbó trabalham.

Gráfico 02: Localização do bairro.

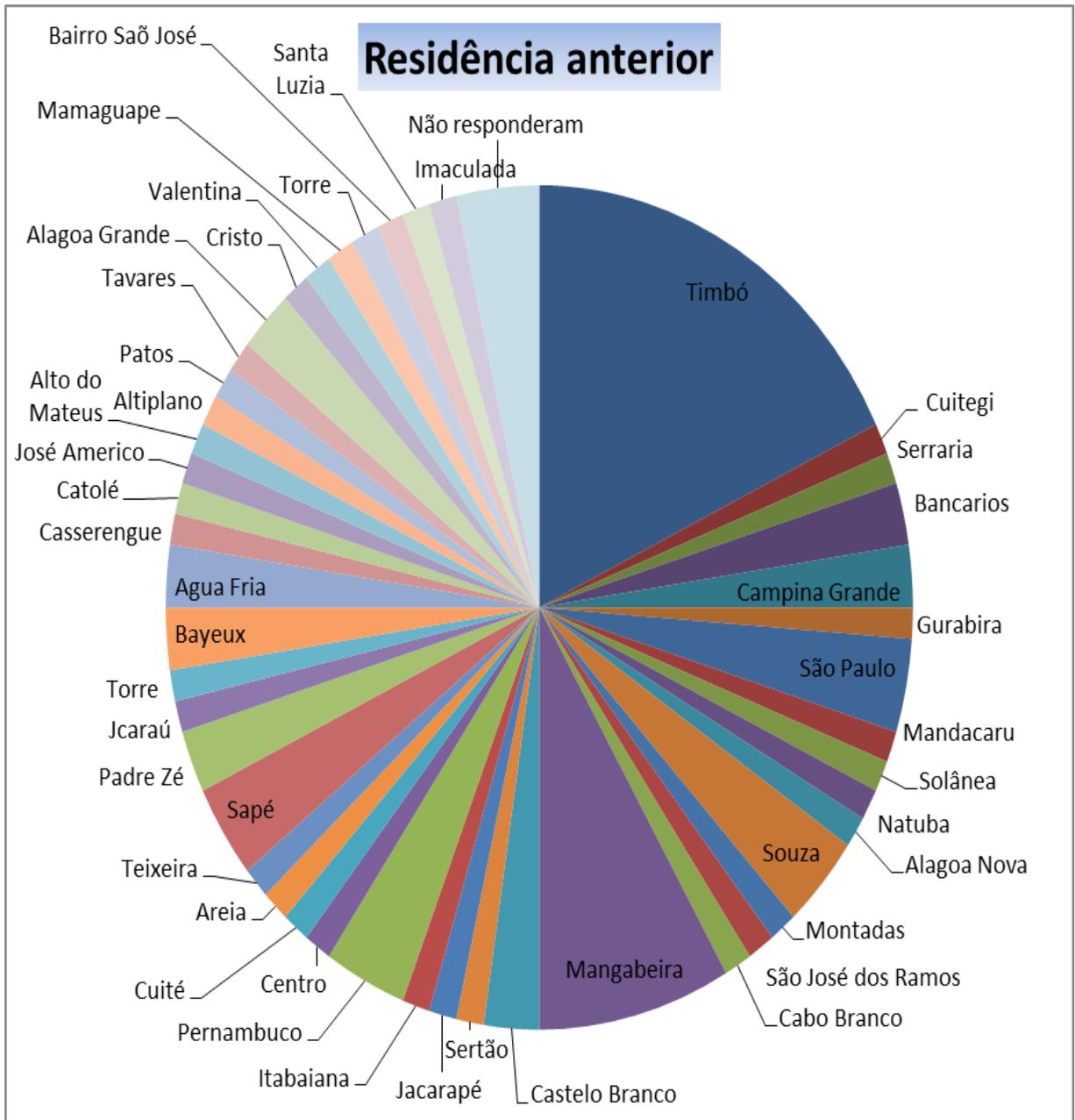


Fonte: Questionários da pesquisa em campo 01/2015.
Por: Eliane Campos.

Para as respostas sobre as famílias que possuem algum tipo de benefício por meio projeto municipal, estadual ou federal constatou-se 59% não possuem nenhum benefício, 33% disse que possui bolsa família, 2% disse que possui bolsa escola, 4% recebe pão e leite e 2% recebem benefício do INSS.

Sobre a procedência da residência anterior ao Timbó o gráfico 04 abaixo apresenta as localidades.

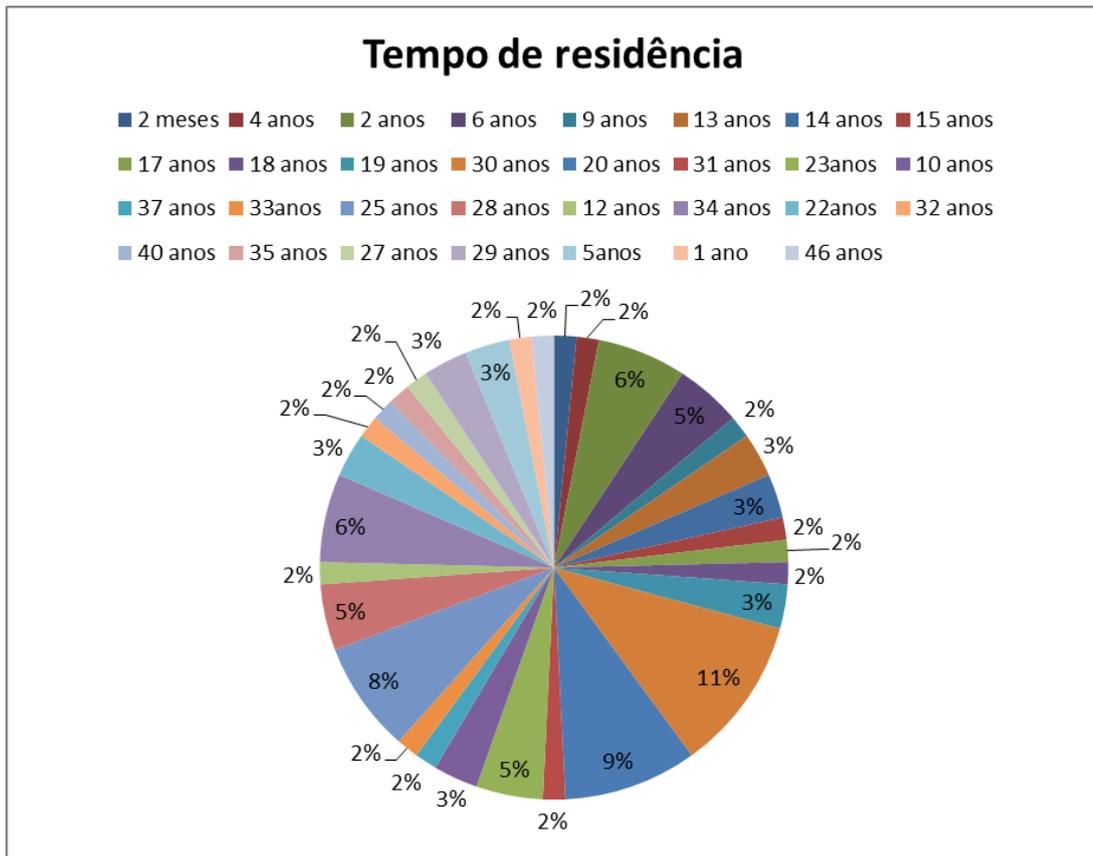
Gráfico 04: Residência Anterior.



Fonte: Questionários da pesquisa em campo 01 /2015.
 Por: Eliane Campos.

Quanto ao tempo de permanência e residência na favela do timbó observou-se que o tempo mínimo foi de dois meses e o tempo máximo de 46 anos o mesmo pode se conferido no gráfico abaixo.

Gráfico 05: Tempo de residência no Timbó.



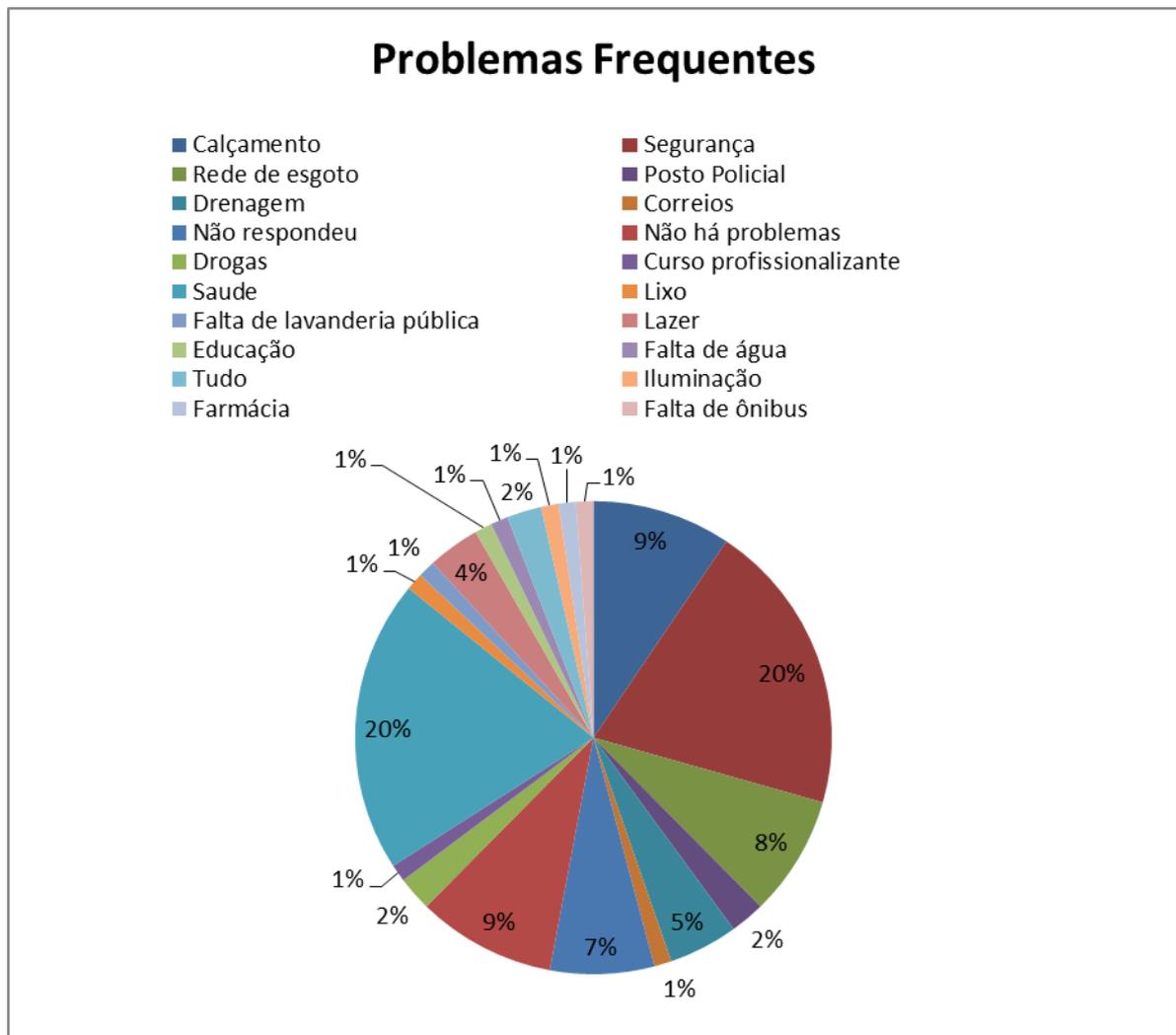
Fonte: Questionários da pesquisa em campo 01/2015.
Por: Eliane Campos.

Quando perguntado aos moradores se gostavam de morar no Timbó foi respondido que 45% acham bom, 22% gostam, 11% acha ótimo, 7% não gosta, 5% gosta muito, 4% adora, 2% acha tranquilo 1 % respondeu que ama; pode melhorar; acha calmo; legal.

Sobre as reuniões de moradores em associação 81% disse que não participa, 15% disse que participa e 4% respondeu as vezes.

Ainda sobre problemas existentes na favela os moradores revelaram diversos, porém os que mais afetam a vida dos moradores é a falta de segurança e saúde de acordo com o gráfico 06 a seguir.

Gráfico 06: Problemas existentes na favela.



Fonte: Questionários da pesquisa em campo 01/2015.
Por: Eliane Campos.

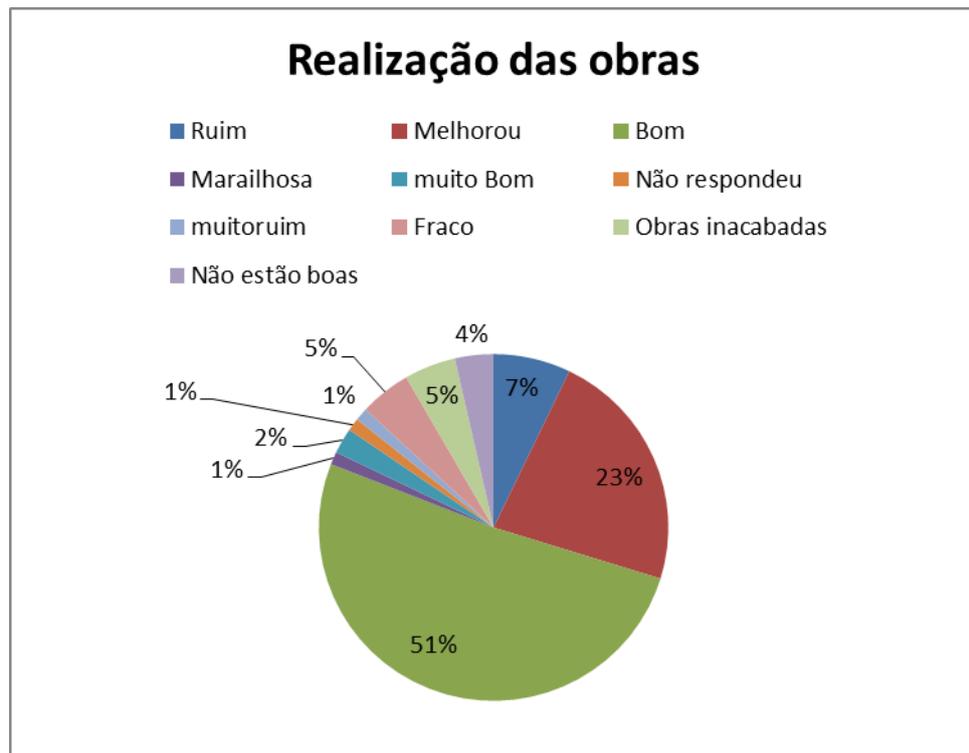
Quando perguntado se sentem vontade de sair do Timbó 70% respondeu que não, 27% disse que sim e 1% respondeu que as vezes; não sabe; e não respondeu.

Sobre discriminação sofrida por pessoas do próprio bairro e de outros 56% responderam que sentem discriminação, 33% disse que não sofre discriminação, 6% não respondeu, 3% disse que não sabe e 1% respondeu que não muito; as vezes.

Na pergunta sobre o atendimento médico 72% disse que tem dificuldades, 23 % disse que não tem dificuldades, 3% disse que tem um pouco e 1% respondeu que tem muita dificuldade; e 1% também disse que o atendimento é precário.

A opinião sobre as obras realizadas na favela também apresentam diversas opiniões onde pode ser percebido no gráfico a seguir.

Gráfico 07: Opinião sobre as obras de urbanização realizadas no Timbó.



Fonte: Questionários da pesquisa em campo 01/2015.

Por: Eliane Campos.

No que diz respeito sobre perfil do domicílio na primeira pergunta foi conferido que 75% das casas estão localizadas em ruas pavimentadas e 25% corresponde a ruas não pavimentadas, e destas possuíam 83% de casas geminadas pelos dois lados, 12% com casas isoladas por um dos lados e 5% de casas isoladas.

Verificou-se também que 93% das são feitas de alvenaria, 6% material diverso e 1% de taipa. As casas apresentaram 47% com chão cimentado, 46% com cerâmica, 5% misto que corresponde a cimento e cerâmica e 2% chão batido. A cobertura das casas apresentaram 82% com cobertura de telha, 10% coberta de laje, 7% com telha de cimento amianto e 1% misto. Quanto ao numero de cômodos 47% apresentaram mais de quatro cômodos, 23% apresentaram entre três e quatro, 18% apresentaram de um a dois e 12% apresentaram de dois a três cômodos.

Sobre a forma de aquisição da casa 23% respondeu que a casa foi comprada, 21% disse que foi construída por mão-de-obra familiar, 19% disse que a casa foi construída por obras do governo, 22% disse que foi herdada e 6% disse que foi de outras formas.

Nas perguntas sobre as condições sanitárias 88% dos entrevistados responderam possuir banheiro dentro de casa, 7% disse que o banheiro estava fora de casa e 5 % disse que utiliza banheiro comunitário, ou seja utilizado por mais de uma família.

Sobre o destino das águas domésticas 91% disseram que as águas servidas vão para o esgoto, 6% disse que era canalizada para rua, 2% respondeu que utilizava fossa séptica e 1% afirmou que as águas de uso domésticas são lançadas diretamente no rio. A respeito do abastecimento d'água 93% responderam que a água é fornecida pela CAGEPA e 3% disse que utiliza água de poço artesiano.

Para consumo de água para beber verificou-se que 73% bebem água que vem direto da torneira, 8% disseram que bebe água clorada, 3% filtrada, 1% fervida e 15% responderam outros tipos. Sobre fornecimento de água constatou-se que 39% dos domicílios que participaram da pesquisa possuem medidor de água e 61% não possuem. No fornecimento de energia averigou-se que 92% dos domicílios possuem medidor e 8% não possuem.

Verificou-se também que o destino do lixo é coletado pela prefeitura o que corresponde 86% do recolhimento por domicílio entrevistados, os que jogam o lixo a céu aberto correspondem a 7% e outros tipos também 7 %.

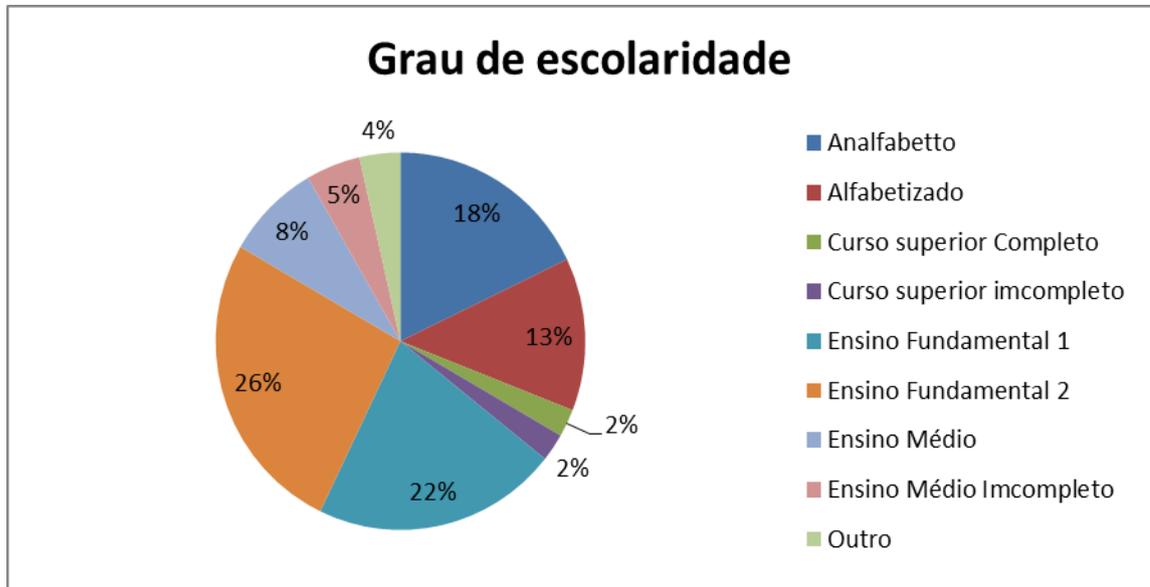
Quanto ao perfil domiciliar na composição das famílias averigou-se que 79% dos domicílios abrigam uma família, 10% abrigam duas famílias, 7% correspondeu a morador único, 2% correspondeu a três famílias, 1% respondeu que abriga mais de três famílias, e 1% respondeu outro tipo.

Sobre a quantidade de crianças menores de quatorze anos presentes no no domicílio 31% respondeu que possuem uma criança, 38% responderam que não tinham crianças, 15% responderam que tinham duas crianças, 7 % disse que tinham 3 crianças, 6% declarou que tinham quatro crianças, 3% respondeu outro tipo. Sobre crianças menores de quatorze anos que frequentam a escola 53% disseram que não tem crianças nesta faixa etária, 28% respondeu que tem uma criança, 11% disseram que tinham duas crianças, 5% disse que tinham três crianças, 3 % disse que tinha quatro crianças.

Averiguou-se que o grau de instrução escolar dos entrevistados correspondeu que 26% possuem ensino fundamental completo, 22% possuem ensino fundamental incompleto, 18% disseram ser analfabetos, 13% disseram ser alfabetizados, 8% possuem ensino médio, 5% disseram que possuíam ensino médio incompleto, 4% possuem ensino superior

incompleto, 2% disseram que tem curso superior completo e 2% disseram outro tipo, onde pode ser observado abaixo.

Gráfico 08: Grau de instrução escolar.



Fonte: Questionários da pesquisa em campo 01/2015.
Por: Eliane Campos.

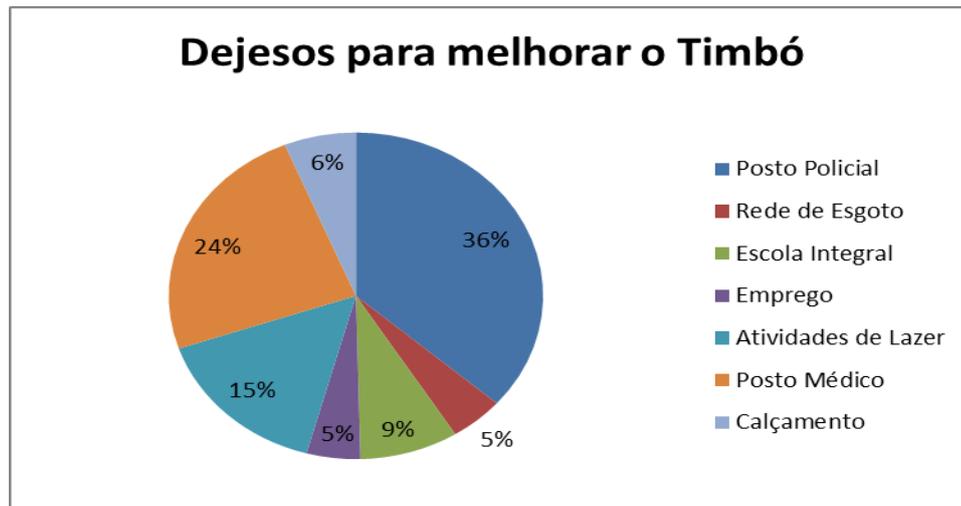
Foi observado que a renda familiar é composta por bolsa família que correspondeu a 5% dos entrevistados, 3% disseram que tem apoio com dinheiro de parentes, 1% disse que tinha renda de outro imóvel e 89% disseram não possuir renda extra.

Averiguou-se que 65% dos entrevistados possuem procedência da zona urbana e 35% da zona rural antes de chegarem ao Timbó.

Constatou-se que 83% dos moradores sabem da existência de associação de moradores, 14% sabem do grupo de jovens da igreja católica, e 5% não responderam. Ainda afirmaram que 83% não participam das reuniões, 14% participam das reuniões, 2% disse que participam das eleições e 1% respondeu outro tipo.

Na pergunta “o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida da comunidade?” Ficou evidente que o anseios dos moradores são principalmente posto policial com 36% e posto médico com 24%, com o gráfico a seguir pode ser conferido desejos dos moradores para melhorar a favela do Timbó

Gráfico 09: Desejos para melhorar o Timbó.



Fonte: Questionários da pesquisa em campo 01/2015.
Por: Eliane Campos.

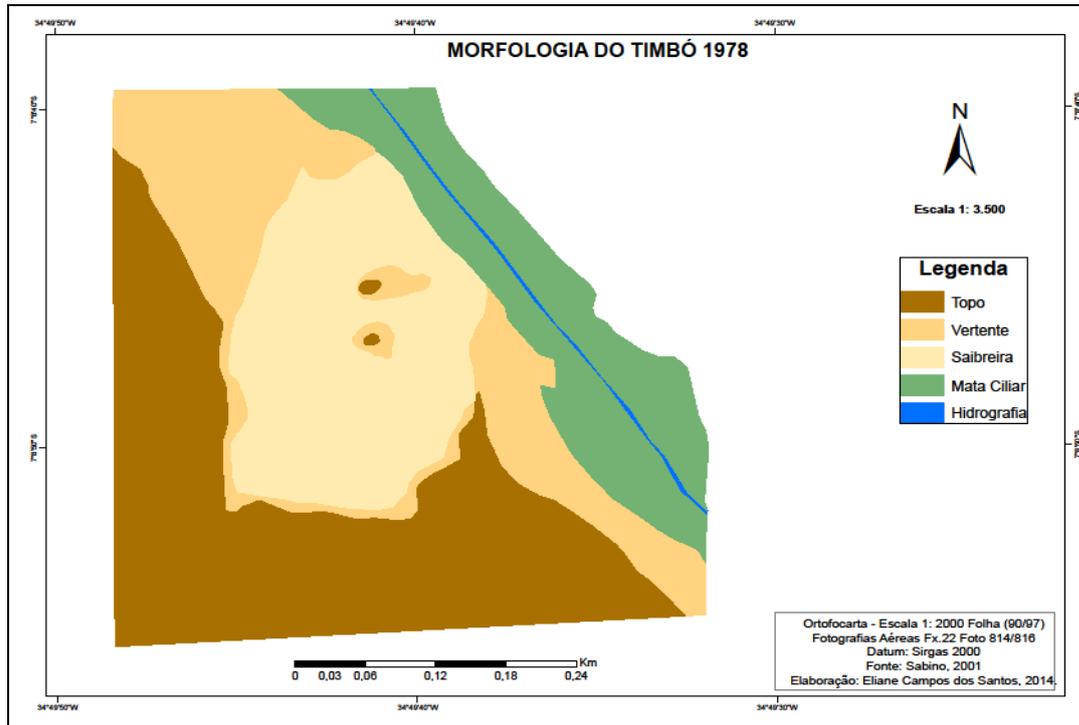
2.3 Ocupação e uso do solo da favela do Timbó.

As transformações fisiográficas do modelado natural da encosta do Timbó, nas últimas décadas do século XX, sofreram inúmeras alterações. Ao analisarmos a ortofocarta de uso e ocupação de solo de 1978 (figura 02, p. 28), percebemos que a área não apresentava nenhum tipo de moradia, percebe-se ainda que em seu entorno já havia sido desmatado em grande parte para cultivo, ao redor da saibreira encontravam algumas trilhas e caminhos, já que a jazida era utilizada pela prefeitura para exploração do material, a vegetação típica do relevo tabuleiros estava presente ao redor da saibreira, e nas margens do rio Timbó a mata ciliar onde já podia ser observado de forma inicial a degradação.

De acordo com a ortofotocarta de 1978, a encosta apresentava uma área em formato semicircular. E com o passar dos anos devido à exploração do saibro, a superfície do terreno que era semiplana, passou a ter uma grande declividade, transformando o modelado para o aspecto de um L, devido aos desmatamentos e as escavações na encosta, como observa Sabino (2001) que “destaca-se a encosta do Timbó, com declividade acentuada entre o topo e a base. Alonga-se em formato de “L””.

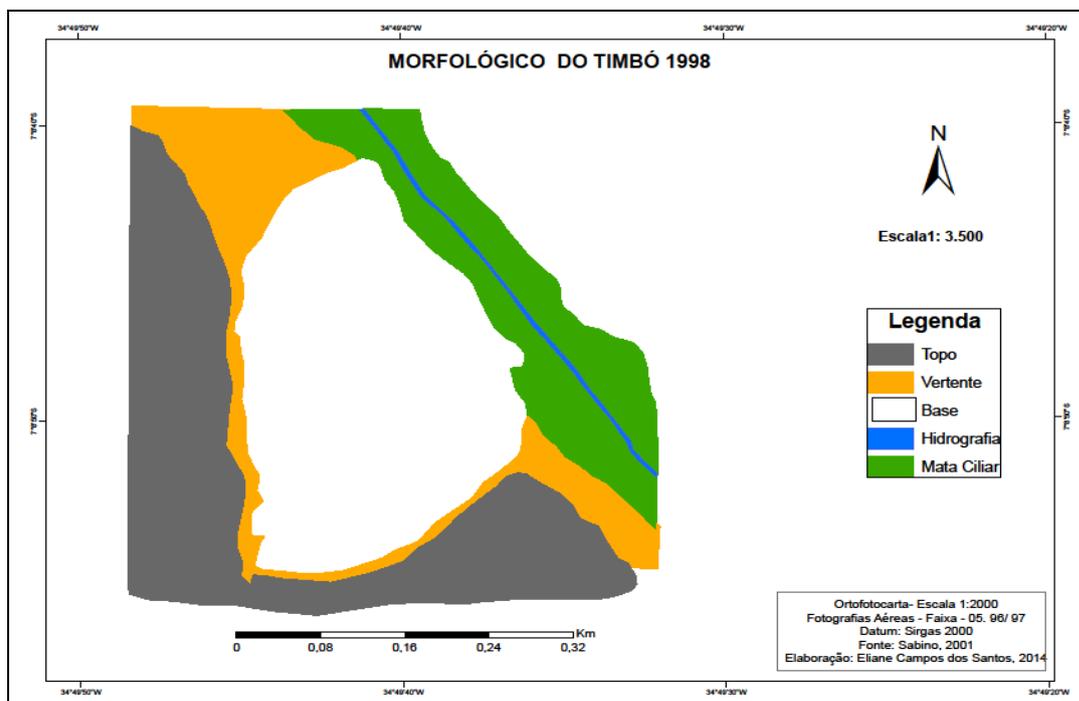
Com base nas informações cartográficas da prefeitura de João Pessoa, SEPLAN e da pesquisa de (Sabino, 2001), foi possível realizar a confecção dos mapas morfológicos de 1978 (mapa 03) e 1998 (mapa 04), onde constata-se a modificação do modelado do terreno.

Mapa 05: Morfologia do Timbó em 1978.



Fonte: Genilda Maria Sabino.
Por: Eliane Campos dos Santos /2014.

Mapa 06: Morfologia do Timbó em 1998.

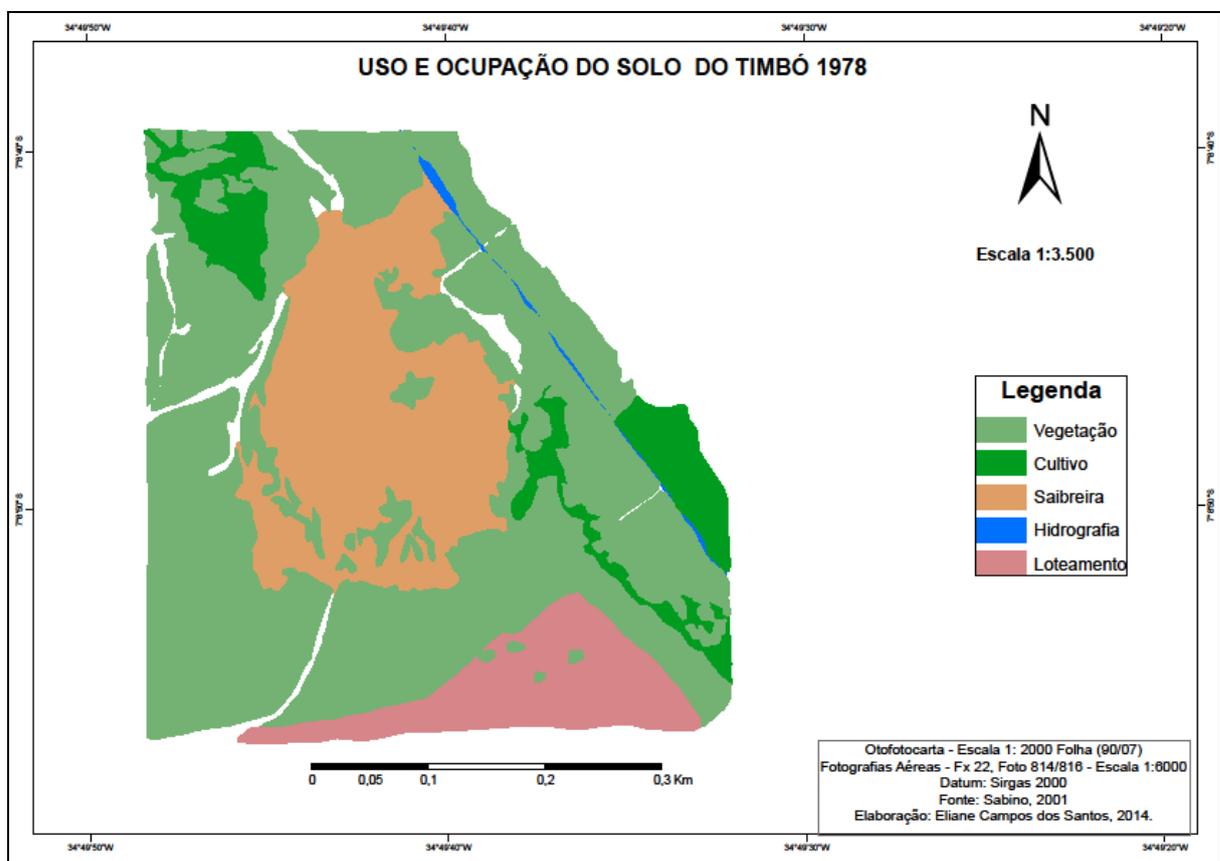


Fonte: Genilda Maria Sabino.
Por: Eliane Campos dos Santos /2014.

De acordo com os relatos dos moradores obtidos nas entrevistas a ocupação do terreno correu de forma gradual. Durante a década de 1980 começavam a chegar os primeiros moradores, ainda que a parte de cima estivesse mais próxima do bairro, a parte de baixo era mais atrativa devido à proximidade com rio Timbó, já que no início a água do rio era limpa e fundamental, com a mesma era realizada as atividades domésticas diárias e muitas mulheres completavam a renda familiar com o serviço de lavadeiras, utilizando-a. A luz elétrica só foi posta no final de 1988 em alguns pontos, e os próprios moradores faziam as ligações pra suas casas.

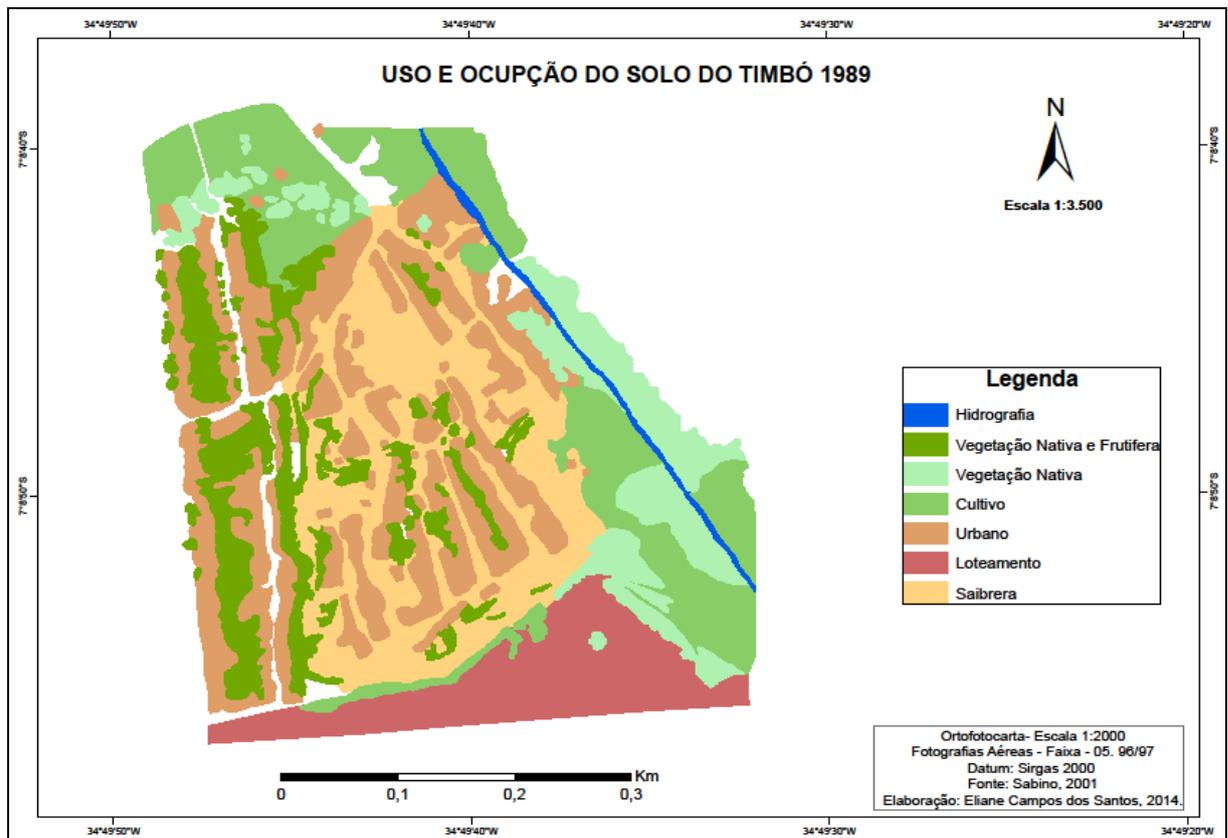
Entre as décadas de 1980 e 1990, as mudanças já eram significativas, com o declínio da exploração do saibro e as chegadas das de novas famílias, a antiga jazida vai recebendo outra dinâmica. A expansão era inevitável surgiam às primeiras quadras e aberturas de ruas de modo desordenado caracterizando o espaço da favela. O processo de mudanças da morfologia e construções das casas é resgatando, as modificações serão interpretadas nos Mapas de Uso e Ocupação do Solo de 1978 e 1989.

Mapa 07: Uso e ocupação do solo 1978



Fonte: Genilda Maria Sabino.
 Por: Eliane Campos dos Santos /2014.

Mapa 08: Uso e ocupação do solo 1989.



Fonte: Genilda Maria Sabino
 Por: Eliane Campos dos Santos /2014.

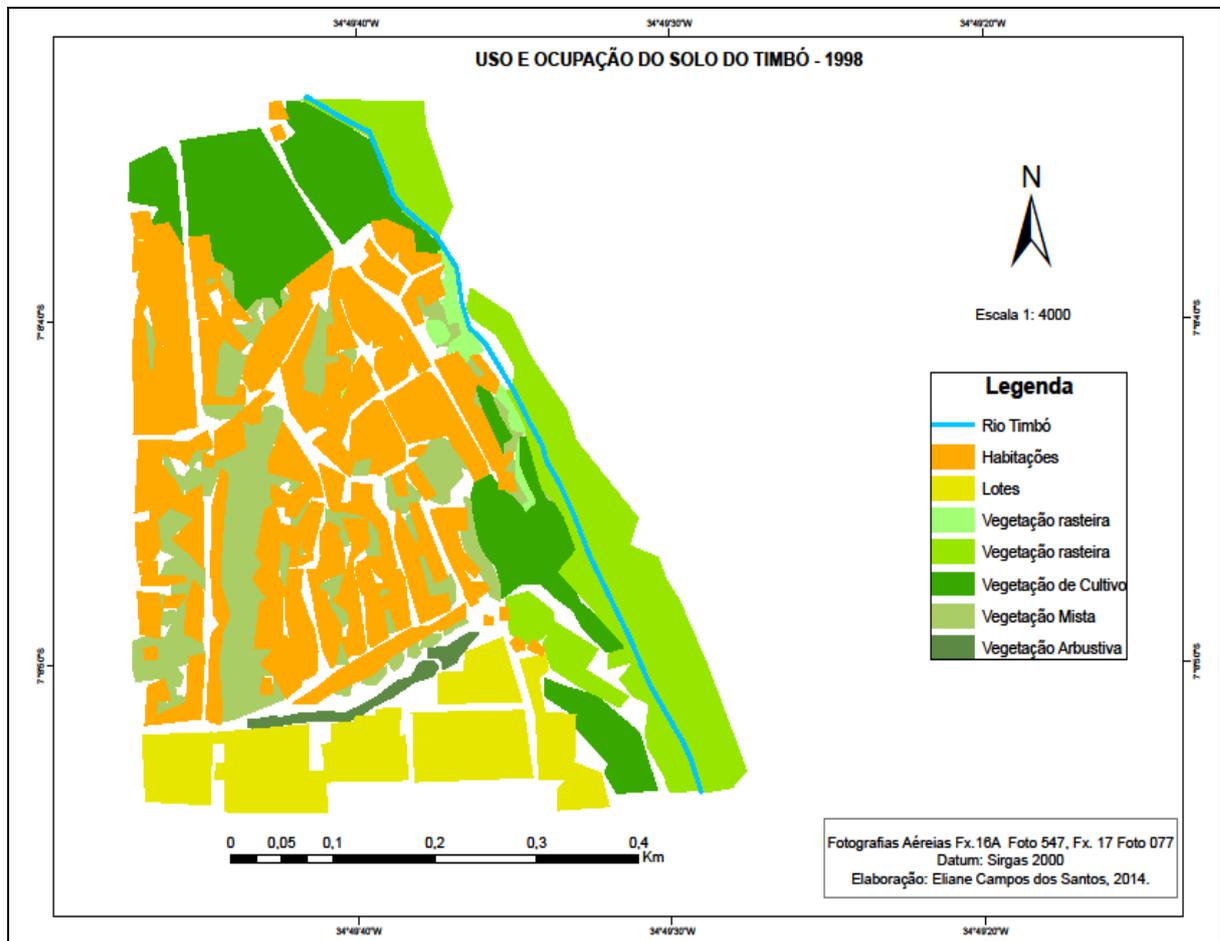
Naquele período a favela apresentava marcas significativas das alterações, a saibreira passou a ter outra função, de moradia. A situação muito precária pela ausência de serviços e infraestrutura. A disposição das casas acompanhava a forma física do terreno e seus elementos naturais como: árvores de grande porte e córregos fazendo com que as ruas e casas fossem irregulares.

Os moradores conviviam com esgoto a céu aberto, e o lixo era deixado em alguns pontos para ser recolhido pela prefeitura, no entanto o difícil acesso servia de pretexto para o não recolhimento, quando demoravam a recolher, os próprios moradores incomodados com o mau cheiro o queimavam tudo se tornava mais difícil na época das chuvas onde as pessoas ficavam apreensivas com enchentes e deslizamentos.

As transformações na favela continuaram ocorrendo, cada vez mais chegava novas pessoas e logo marcavam um terreno em seguida estava erguido o pequeno cômodo com

folhas de maderite, zinco e papelão. Desta forma ocorre mais uma modificação espacial aumentando o adensamento de casas, visualizado no mapa 08 a seguir:

Mapa 09: Uso e ocupação do solo 1998.



Fonte: Genilda Maria Sabino.
Por: Eliane Campos dos Santos /2014.

2. 4 A favela do Timbó e as chuvas.

Com todo esse processo de sucessivas transformações na favela e contínua chegada de moradores os problemas de saneamento, lixo, se agravam cada vez mais, principalmente em época de chuvas, pois os alagamentos e deslizamentos aos poucos assustavam os moradores devido às escavações na base da encosta para construções irregulares. Estes fatores de risco se dão também em partes aos próprios moradores que abriam valas pra despejar

dejetos e as águas servidas na própria encosta. Na época de chuvas as famílias que moravam próximo do rio sofriam com constantes enchentes.

Como é sabido a época de frequência de chuvas na cidade de João Pessoa ocorre durante os meses de abril a julho com destaques de maiores índices no mês de junho. Dessa forma diante dos problemas constantes por falta de saneamento e agravação destes pelas chuvas a comunidades de moradores do Timbó busca resposta diante à prefeitura de João Pessoa.

As promessas de melhoria na favela do timbó se iniciam em 2007 “os representantes da Prefeitura de João Pessoa fizeram um balanço geral da administração municipal e garantiram que serão realizadas melhorias na localidade e que já existe um orçamento aproximado de três milhões de reais só para a área”. (câmara municipal de João Pessoa, 2007). Onde secretário de Infraestrutura, Fred Pitanga garantiu que seriam realizadas obras na favela, a exemplo de pavimentação e dragagem do rio Timbó ainda no ano de 2007.

Em julho de 2008 Ricardo Coutinho assina contratos com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que preia construção de 1.700 casas, dentre as obras estavam as de pavimentação e drenagem do Timbó.

Em março de 2010, a Prefeitura Municipal de João Pessoa se comprometeu em resolver a problemática existente. Esse fato se deu ainda quando Ricardo Coutinho era prefeito, ao todo 198 casas de 39,40m² seriam construídas para retirar as famílias de áreas de risco de inundação, desmoronamento e soterramento, contanto com as obras de saneamento incluindo drenagem e pavimentação das 11 ruas, e a contenção da encosta. O projeto foi apresentado na comunidade no dia 15 de março de 2010. A Prefeitura iniciou as obras das construções das casas no dia 13 de setembro de 2010 com o prefeito Luciano Agra devido ao afastamento de Ricardo Coutinho para campanha eleitoral que disputava seu primeiro mandato de governador do Estado da Paraíba. No entanto as obras ficaram paradas por quase dois anos tornando alvo de vandalismo e foram prejudicadas com roubo de portas janelas telhas entre outros, servindo até para o tráfico de drogas.

A autorização para o reinício das obras foi assinada pelo prefeito Luciano Agra no dia 19 de junho de 2012, mesmo ano em que favela sofreu bastante com enchentes prejudicando os moradores, muitos perderam quase tudo o que possuíam e as obras de

urbanização e infraestrutura e das novas casas também foram afetadas como pode ser observado nas fotografias a seguir:

Fotografia 06: Favela do Timbó junho de 2012.



Por: Facebook Comunidade Timbó.

Fotografia 07: Favela do Timbó junho de 2012.



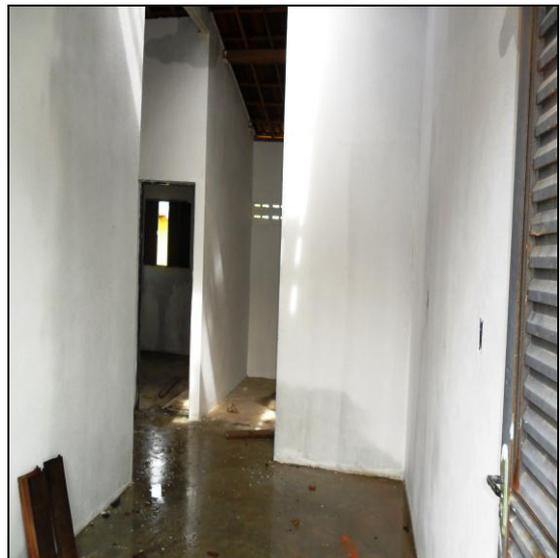
Por: Facebook Comunidade Timbó.

Fotografia 08: Casas interditadas em 06/2012.



Por: Acervo da Autora. 06/2013.

Fotografia 09: Casas danificadas pela chuva.



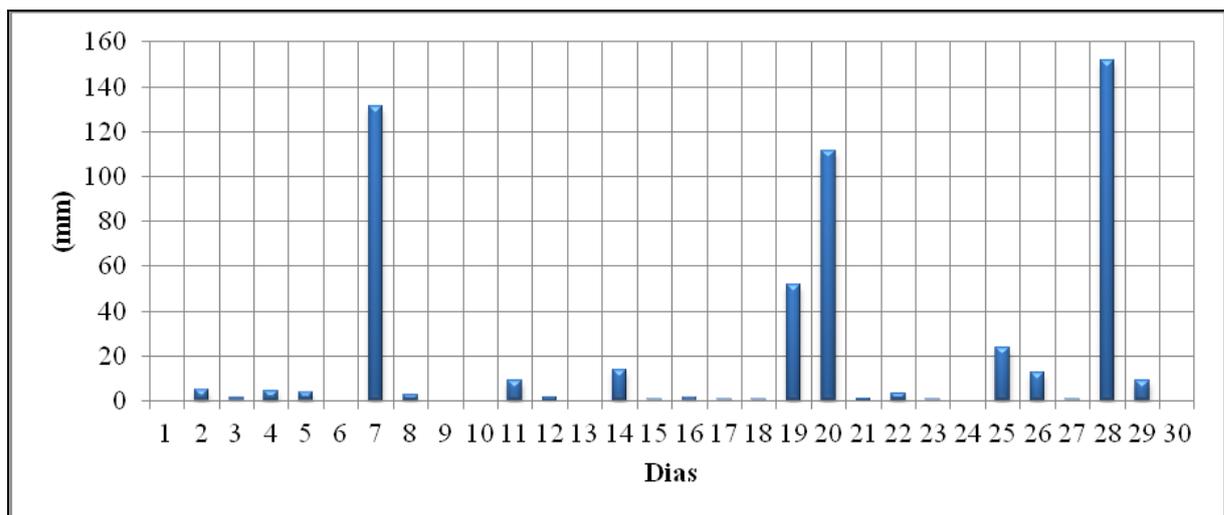
Por: Acervo da Autora. 06/2013.

De acordo com a pesquisa realiza por Silva 2014:

O ano de 2012 foi considerado um ano de índices pluviométricos abaixo da média histórica. Com base nos dados da Estação Meteorológica de João Pessoa/INMET, choveu um total anual de 1.668,6 mm. No mês de junho choveu 538,1 mm, sendo que a média de 32 anos (1981 a 2012) para o mês é de 338,3 mm. [...] Os eventos extremos ocorridos no mês de junho de 2012 se configuram como um caso especial, pois ele foi o único mês que registrou três eventos de grande intensidade na série em estudo. (SILVA, 2014, p. 52, 53).

Ainda conforme Silva (2014), o gráfico abaixo apresenta a distribuição das chuvas durante o mês de junho de 2012, nos dias 07, 20 e 28 com chuvas de 131,0 mm; 111,4 mm e 151,6 mm respectivamente.

Gráfico 10 - Precipitação do mês de junho de 2012, evidenciando os episódios dos dias 07, 20 e 28/06/2012.



Fonte: Estação Meteorológica de João Pessoa/INMET.
Organização: Natieli Tenório da Silva.

Algumas reportagens mostram que os problemas no Timbó se agravavam durante o período de chuva.

✓ Dia 19/06/2012: A comunidade do Timbó ficou marcada; as chuvas que caíram na terça-feira deixaram varias famílias desabrigadas e em desespero, vejam as imagens. M. M. Patrícia Silva. Creditos: Blog Informativo Timbó em Ação.

✓ Dia 19/06/2012: Mesmo com casas alagadas em João Pessoa, moradores se negam a sair. Dez casas estão alagadas na Comunidade do Timbó, em João Pessoa. Defesa Civil disponibiliza abrigos provisórios, mas famílias resistem. Por: Krystine Carneiro. Credito: Blog

✓ Dia 12/03/2013: PMJP inicia remoção de 41 famílias de área de risco no Timbó.

✓ Dia 13/06/2013: Moradores do Timbó entram em confronto com Guarda Municipal e homem morre ao levar choque de cerca elétrica. Comunidade do Timbó vive dias de apreensão devido ao risco que enfrenta com a barreira, que nas últimas horas apresentou pontos de deslizamentos. Créditos: Produção TV Correio.

✓ Dia 08/09/2014: Defesa Civil Nacional diz que locais de JP correm alto risco de inundação nesta terça-feira. Por Halan Azevedo. Créditos: Portal Correio.

Passado o período chuvoso as obras de infraestrutura reiniciaram mudando mais uma vez o cenário da favela, para os moradores do Timbó as obras eram sinal se melhorias e felicidades a seguir o mosaico fotográfico retrata os acontecimentos durante o final do ano de 2012 e início de 2013.

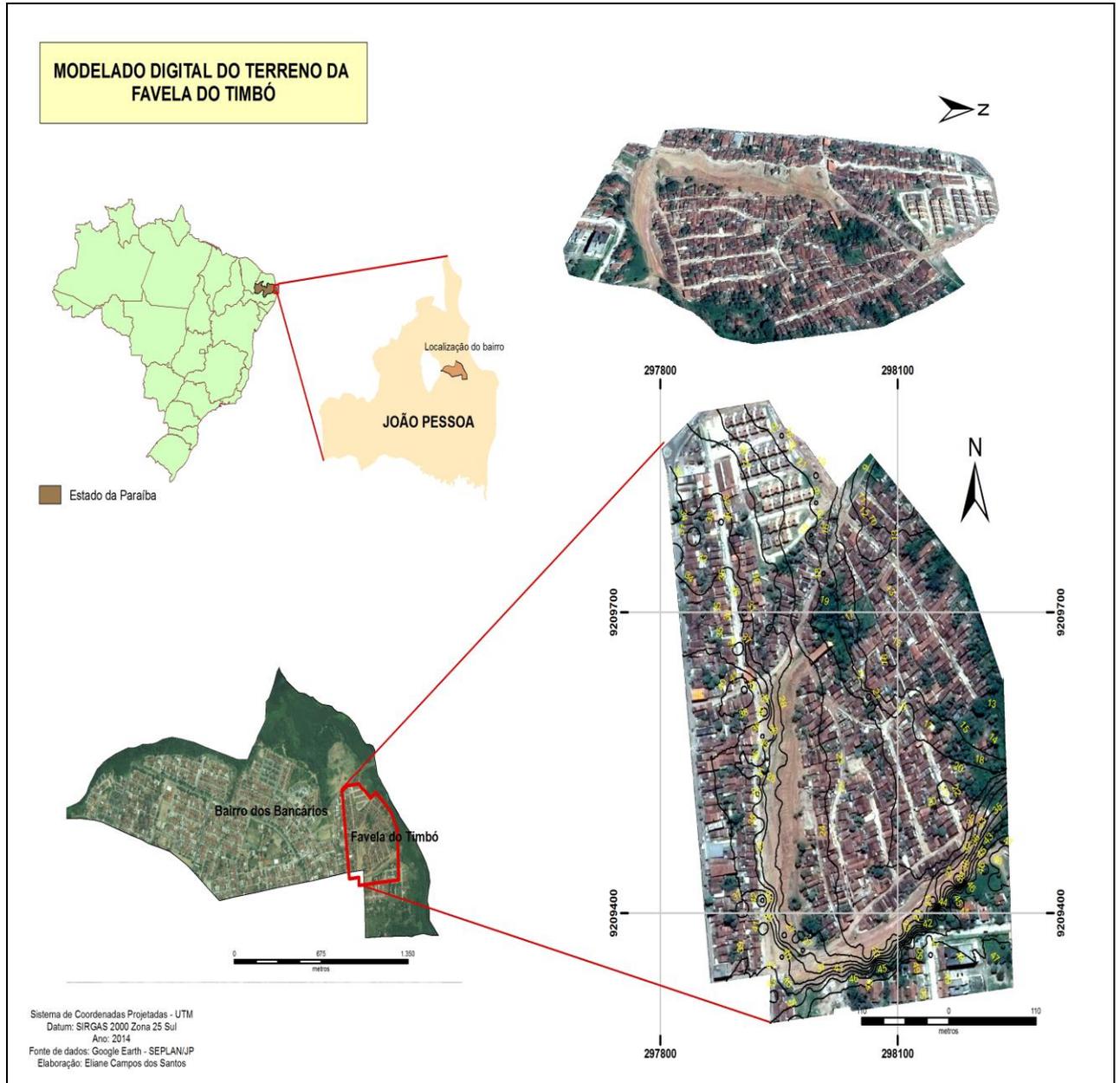
Mosaico 03: Obras de infraestrutura no Timbó.



Fonte: Acervo da Autora em visita de campo entre 2012/2013.

O mapa do modelado tridimensional abaixo apresenta as mudanças no relevo da favela durante as obras.

Mapa 10 : Modelado Tridimensional.



Fonte: Imagens Google Earth 2014.

Por: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, Eliane Campos dos Santos /2014.

A figura do modelado tridimensional ampliada nos permite visualizar com mais clareza a dimensão da obra realizada na favela.

Figura 08: Modelado tridimensional da favela do Timbó.



Fonte: Imagem Google Earth 2014.

Por: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, Eliane Campos dos Santos /2014.

No entanto em 2013, mais um fato veio para agravar a situação da favela, no período em que as obras estavam em andamento, principalmente a de remoção parcial do talude ⁵ e contenção da encosta, obra esta que mais chamava atenção devido a sua complexidade Por se tratar de uma material com bastante argila, pois as moradias estavam rente os paredões e no topo.

Nesta etapa o talude se encontrava desnudo completamente, sem nenhum tipo vegetação. Com o período chuvoso se aproximando alguns moradores temeram ocorrer algum deslizamentos, de forma que realizaram uma reunião com os engenheiros entre outros

⁵ Talude natural é aquele que foi formado naturalmente pela natureza, pela ação geológica ou pela ação das intempéries (chuva, sol, vento, entre outros). Talude artificial é aquele que foi construído pelo homem. Encontramos taludes artificiais nas minas a céu aberto, nas barragens de reservatório de água, nas laterais de estradas e ruas, na escavação de um vala para assentamento de tubo de água e até nos fundos das casas construídas em local em aclive (terreno subindo) ou declive (terreno descendo).

responsáveis da empresa CAENG CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, a mesma realizava de esgotamento sanitário e pavimentação na favela, porém os encarregados por esta etapa asseguraram que não haveria nenhum risco.

No entanto com as constates chuvas no mês de junho de 2013, o solo totalmente encharcado e desnudo não conseguiu ficar estável e veio a baixo invadindo as casas juntamente com a lama veio à inundação causada pela chuva, destruindo parcialmente alguns cômodos das residências mais próximas da base do talude. Como pode ser verificado abaixo no mosaico:

Mosaico fotográfico 04: Deslizamento e transtornos causados pela chuva.



Fonte: Acervo da Autora em visita de campo dia 13/06/2013.

As famílias mais atingidas perderam praticamente todos os móveis e eletrodomésticos como pode ser verificado abaixo no mosaico.

Mosaico fotográfico 05: Transtornos causados pela chuva.



Fonte: Acervo da Autora em visita de campo dia 13/16/2013.

O desespero tomou conta das pessoas pois muitos viram todo seu esforço e trabalho para conseguir comprar seus bens perdidos em uma noite, o dia 13 de junho ficou marcado para os moradores do Timbó, alguns em desespero invadiram as novas casas que estavam sendo construídas, houve muito tumulto e uma pessoa morreu devido a desentendimentos

para habitar uma nova casa. Os fatos ocorridos se tornaram notícias nos meios de comunicação.

✓ Dia 13/06/13. Desabrigados invadem apartamentos no Timbó e entram em confronto com guardas. Polícia já foi acionada e se encontra no local para acalmar nos ânimos.

✓ Dia 13/06/2013. Chuva faz desabrigados em JP: 40 famílias negam auxílio aluguel e invadem casas populares.

As imagens do mosaico abaixo retratam os acontecimentos:

Mosaico fotográfico 06: Transtornos causados pela chuva.



Fonte: Acervo da Autora em visita de campo dia 13/06/2013.

Após os acontecimentos moradores que não tinham onde ficar, foram alojados no Centro de Treinamento São José Operário, que fica na própria favela e no ginásio da Escola Municipal Olívio Ribeiro Campos que fica nas proximidade, outras foram para casas de parentes e muitos tiveram apoio do aluguel social pela prefeitura municipal de João Pessoa. Passado o período das chuvas a rotina começa a se estabelecer para os moradores da favela do Timbó em clima de insatisfação, pois o prazo de 45 dias para entrega das novas casas se expandiu, sendo entregue finalmente apenas no dia 14 de janeiro de 2014.

Contudo as obras de infraestrutura ainda continuam, grande parte dos moradores que perderam suas moradias ainda esperam para receber suas novas casas e os problemas de esgotamento sanitário e infraestrutura ainda não foram sanados completamente.



Favela do Timbó/Conjunto Novo Timbó, 2014. Fonte: Acervo da Autora.

3 Capítulo III – POLITICAS PÚBLICAS PARA HABITAÇÃO SOCIAL NA ZEIS TIMBÓ E SUA REQUALIFICAÇÃO.

O presente capítulo apresenta de forma incipiente, mas de valor esclarecedor algumas políticas públicas voltadas para habitação social, apresentando direitos baseados na Constituição Federal, foca pontos importantes do plano diretor da cidade de João Pessoa e faz uma pequena análise deste sobre a ZEIS Timbó juntamente com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH e aborda a requalificação urbana na favela.

Com o crescimento e consolidação das moradias irregulares nas cidades, o poder público passou a desenvolver programas para melhorar a condição de habitação das ocupações informais. Inicialmente, os governos municipais atuavam através de intervenções físicas, ou seja, de obras, para a implantação de serviços públicos e construção de novas moradias. Atualmente os avanços nas legislações permitiram que os governos atuem também na regularização fundiária de favelas localizadas em áreas públicas. Uma forma de garantir o avanço destes programas é através das Políticas Públicas.

Segundo Teixeira 2002, p. 3 apud TUDE, FERRO E SANTANA, 2010, p.12 - 13), Políticas Públicas:

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA 2002, p. 3 apud TUDE, FERRO E SANTANA, 2010, p.12 – 13).

A Constituição Federal de 1988 é o pilar de todas as leis federais e municipais que possibilitam a regularização fundiária de áreas públicas.

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) regulamenta o Capítulo da Política Urbana da Constituição, definindo as diretrizes e os instrumentos que podem ser utilizados pelas prefeituras para a organização das cidades. A regularização fundiária, a concessão de uso

especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso são instrumentos definidos no Estatuto da Cidade.

O Plano Diretor orienta o desenvolvimento da cidade, estabelecendo diretrizes para as políticas públicas municipais como a regularização fundiária é uma das estratégias definidas no Plano Diretor para a política de habitação o Plano Diretor definiu também as Zonas Especiais de Interesse Social ZEIS, em que a prioridade é a urbanização, a regularização fundiária e a produção de moradias populares as Zonas Especiais de Interesse Social.

Para que a regularização aconteça, a ocupação deve ser: anterior a 30 de junho de 1996, ou, quando a área estiver demarcada como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, anterior a 30 de junho de 2001; consolidada, ou seja, bem servida de infraestrutura, com abastecimento de água, de energia elétrica, coleta de esgoto, coleta de lixo e moradias com bom padrão construtivo; segura, ou seja, não apresentar situações que coloquem em risco a vida dos moradores.

De acordo com Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º incisos XXII; é garantido o direito de propriedade, XXIII a propriedade atenderá a sua função social; Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ainda na Constituição Federal em seu Art. 182 determina ser o município, através do Plano Diretor, quem estabelece critérios para aplicação da função social da propriedade urbana, ordenando a cidade de forma a garantir o bem-estar dos seus habitantes e seu desenvolvimento. Os Artigos 182 e 183⁶ do capítulo de política urbana da Constituição Federal tem a intenção de pôr fim às desigualdades criadas pela política de urbanização brasileira.

Segundo o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que garante o direito à cidade para todos e objetiva estabelecer diretrizes gerais da política urbana no Brasil e assuntos relacionados a esta, em seu Art. 39 dispõe que:

“A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à

⁶ Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no Art. 2º desta Lei⁷.”

Conforme o Estatuto da Cidade 2001:

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

§ 5º (VETADO)

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Brasil 2001).

Dessa forma o Plano Diretor é uma lei municipal que deve ser elaborada com toda participação da sociedade. É esta lei que organiza o crescimento e o funcionamento do município.

De acordo com o Estatuto da Cidade, o plano diretor deve reconhecer características especiais de algumas partes do seu território, fazer mediante a criação de zonas especiais, áreas para abrigar moradias populares. Sua função é reservar terrenos ou prédios vazios para moradia popular, facilitar a regularização de áreas ocupadas e a regularização de cortiços.

O Plano Diretor Municipal também pode delimitar as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS para demarcar territórios ocupados por povos indígenas e comunidades

⁷ Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

tradicionais, como quilombolas, ribeirinhas e extrativistas, de modo a garantir seus direitos; demarcar áreas que apresentem risco à vida e à saúde, como as sujeitas a inundações e deslizamentos; e demarcar áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico.

O Plano Diretor da cidade de João Pessoa (2009), em seu Art. 2º tem como objetivo assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano e preservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente e promover o bem estar da população. Em seu capítulo III a respeito Das Zonas Especiais em seu Art. 32 define Zonas Especiais como porções do território do Município com destinação específica e normas próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo, compreendendo: I - Zonas Especiais de Interesse Social; II - Zonas Especiais de Preservação.

Neste momento destaca-se a importância das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para inclusão da política habitacional social como instrumento que pode ser utilizado para a regularização de áreas ocupadas, destiná-las para habitação de interesse social, e assegurar o direito de moradia digno.

ZEIS é a sigla de Zona Especial de Interesse Social, sendo dividida em 3 grupos: ZEIS 1: são as áreas referentes às vilas e favelas. ZEIS 2: são as áreas consideradas livres para a implantação de novos conjuntos habitacionais de interesse social pelo poder público. ZEIS 3: corresponde às áreas de conjuntos habitacionais populares mais antigos produzidos pelo poder público até o começo da implantação da política municipal de habitação.

Para PMJP (PARAÍBA, 2009, p.12; 13), o Plano Diretor da cidade de João Pessoa define em seus Art.33; Art.34; que:

Art. 33. Zonas Especiais de Interesse Social são aquelas destinadas primordialmente à produção, manutenção e à recuperação de habitações de interesse social e compreendem:

I - terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou por assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em se promover a urbanização ou a regularização jurídica da posse da terra;

II - glebas ou lotes urbanos, isolados ou contíguos, não edificados, subutilizados ou não utilizados com área igual ou superior a 1.000 m²;

III - edificações de valor para o Patrimônio Histórico que abriga ocupação plurifamiliar subnormal.

Art. 34. O Poder Executivo deverá elaborar plano de urbanização para as Zonas Especiais de Interesse Social, que estabelecerá:

I - padrões específicos para o parcelamento, uso e ocupação do solo e para as edificações;

II - as formas de participação da iniciativa privada, em especial dos proprietários de terrenos, dos promotores imobiliários e das associações de moradores, na viabilização do empreendimento;

III - a fixação de preços e forma de financiamento, transferência ou aquisição das unidades habitacionais a serem produzidas.

Parágrafo único - Os proprietários de lotes ou glebas em Zonas Especiais de Interesse Social poderão apresentar propostas de plano de urbanização compatíveis com as diretrizes fornecidas pelo Poder Executivo. (Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2009. p.12;13).

Conforme PMJP (PARAÍBA, 2007, p. 11) o Plano para Instituições de Zonas de Interesse Social – ZEIS do município de João Pessoa foram definidos como critérios de reafirmação do status de ZEIS:

- ✓ Grau de consolidação/tempo de ocupação superior a 12 anos;
- ✓ Ausência ou precariedade dos serviços de infraestrutura básica;
- ✓ Uso predominantemente (90%) residencial, com tipologia habitacional de baixa renda;
- ✓ Densidade habitacional acima de trinta (30) residências por hectare;
- ✓ Ausência de regularização fundiária;
- ✓ Predominância de renda média familiar abaixo de três (3) salários mínimos;
- ✓ Não está localizada sob viadutos e/ou redes de alta tensão; sobre gasodutos, troncos de água e/ou esgoto, em locais passíveis de deslizamento, inundação e outros riscos ou áreas non aedificandi⁸; e
- ✓ Possuir características próprias distintas dos parâmetros urbanísticos vigentes nas zonas urbanas tradicionais.
- ✓ Dentro do universo das setenta e sete áreas de estudo foram definidas, como diretrizes gerais do Prognóstico:
 - ✓ Manter as unidades habitacionais e equipamentos já existentes e promover a recuperação e/ou produção de novas unidades;
 - ✓ Assegurar o direito à permanência por meio da regularização fundiária da posse da terra através de instrumentos cabíveis, mediante lei específica;
 - ✓ Garantir a segurança das famílias e da comunidade com ações de remanejamento dos assentamentos em áreas de risco ou non aedificandi.

As ZEIS também possibilitam que as prefeituras façam obras de infraestrutura nas áreas de proteção ambiental ocupadas há tempos e que terminaram por virar bairros sem saneamento básico, aumentando a destruição do meio ambiente. Parte da população é

⁸ Faixa de terreno ao longo de estrada ou cursos d'água onde, por disposição legal, é vedado edificar.

transferida e a parte que fica conquista melhores condições de moradia, o que diminui a poluição da área.

Ainda de acordo com PMJP (PARAÍBA, 2007, p. 13), o Plano para Instituições de Zonas de Interesse Social – ZEIS os assentamentos ou conjunto de assentamentos foram classificados em quatro grupos de ZEIS, apresentados abaixo:

- ✓ Grupo 1 – Alto risco para a população: Mais de 30% da área do assentamento em situação de risco à saúde humana;
- ✓ Grupo 2 – Médio risco para a população: Até 30% da área do assentamento em situação de risco à saúde humana;
- ✓ Grupo 3 – Áreas de Preservação/Conservação Ambiental: áreas localizadas em Áreas de Preservação Permanente ou áreas de fragilidade ambiental;
- ✓ Grupo 4 – Baixo risco para a população:
 - Grupo 4 A – Regularização no sentido amplo;
 - Grupo 4 B – Regularização da situação fundiária (titularidade).

A partir das análises realizadas pela prefeitura municipal de João Pessoa foram identificados setenta e sete assentamentos ou conjunto de assentamentos, com as características propostas para ZEIS em classificação distintas verificadas a baixo.

Tabela 02 – Grupos de ZEIS.

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE ASSENTAMENTOS
GRUPO 1	18
GRUPO 2	9
GRUPO 3	8
GRUPO 4 A	37
GRUPO 4 B	3
DESCONTINUIDADES	2
TOTAL	77

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa 2007.

De acordo PMJP (PARAÍBA, 2007, p. 17), o Plano Para Instituições de Zonas de Interesse Social (2007), conceitua-se ZEIS como “zonas urbanas específicas, destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social e visam incorporar os assentamentos informais à cidade legal”.

Assim foram estabelecidos critérios de reafirmação do status de ZEIS como:

Grau de consolidação/tempo de ocupação superior a 12 anos;
 Ausência ou precariedade dos serviços de infraestrutura básica;
 Uso predominantemente (90%) residencial, com tipologia habitacional de baixa renda;
 Densidade habitacional acima de trinta (30) residências por hectare;
 Ausência de regularização fundiária;
 Predominância de renda média familiar abaixo de três (3) salários mínimos;
 Não estar localizada sob viadutos e/ou redes de alta tensão; sobre gasodutos, troncos de água e/ou esgoto, em locais passíveis de deslizamento, inundação e outros riscos ou áreas non aedificandi; e
 Possuir características próprias distintas dos parâmetros urbanísticos vigentes nas zonas urbanas tradicionais. (PMJP, 2009, pg. 17).

Segundo o Plano Para Instituições de Zonas de Interesse Social – PIZIS realizado pela prefeitura municipal o “critério adotado para a subdivisão dos grupos de intervenção nas ZEIS de João Pessoa foi o de grau de risco cotidiano em que se encontram as populações moradoras dos assentamentos”. E subdividiu os grupos em:

- ✓ Grupo 1 – ZEIS localizadas em áreas de maior risco;
- ✓ Grupo 2 - ZEIS localizadas em áreas de médio risco;
- ✓ Grupo 3 - ZEIS localizadas em áreas de preservação/ conservação ambiental;
- ✓ Grupo 4 - ZEIS localizadas em áreas de menor risco

A PMJP classificou as diretrizes específicas de acordo com cada grupo:

Grupo 1 – assentamentos em áreas de maior risco

Os assentamentos deste grupo além de apresentarem irregularidades de ordem urbanística, de infraestrutura e de legalização da posse da terra, apresentam 30% ou mais da área delimitada pela poligonal da ZEIS inseridos em áreas que oferecem alto risco à saúde de seus ocupantes:

- risco geológico (deslizamentos ou erosões);
- risco de inundação;
- risco de contaminação (solo, água ou ar); ou,
- elevada vulnerabilidade social pelo alto índice de violência, tráfico de drogas, dentre outros.

Grupo 2 – assentamentos em áreas de médio risco

Os assentamentos deste grupo além de apresentarem irregularidades de ordem urbanística, de infraestrutura e de legalização da posse da terra, apresentam entre zero e 30% da área delimitada pela poligonal da ZEIS inseridos em áreas que oferecem alto risco à saúde de seus ocupantes:

- risco geológico (deslizamentos ou erosões);

- risco de inundação;
- risco de contaminação (solo, água ou ar); ou,
- apresentam elevada vulnerabilidade social pelo alto índice de violência, tráfico de drogas, etc.

Grupo 3 – assentamentos em áreas de preservação/conservação ambiental

Este grupo é constituído de assentamentos que além de apresentarem irregularidades de ordem urbanística, de infraestrutura e de legalização da posse da terra, ocupam parcialmente Áreas de Preservação Permanente - APPs ou unidades de conservação ambiental sem, no entanto, oferecerem riscos iminentes de deslizamento, erosão, inundação e outros para a saúde humana.

Grupo 4-A - assentamentos que demandam regularização urbanística e fundiária

Os assentamentos deste grupo apresentam irregularidades de ordem urbanística, de infraestrutura e de legalização da posse da terra sem, no entanto, oferecerem riscos iminentes de deslizamento, erosão, inundação e outros para a saúde humana, nem estarem localizados sobre áreas de preservação/ conservação ambiental. (PMJP, 2009, p. 23 a 27).

O grupo dois de assentamentos em áreas de médio risco citado acima traz em sua formação a favela do Timbó como observado na tabela abaixo:

Tabela 03 – Tabela de assentamentos do Grupo 2 - médio risco

ASSENTAMENTOS/CONJUNTO DE ASSENTAMENTOS	CARACTERÍSTICA
Asa Branca	15% da área com risco de inundação.
Cafofo/Liberdade	5% área com risco de deslizamento.
Citex	10% da área com risco de inundação; 2% área com risco de deslizamento
Jardim Bom Samaritano	10% área com risco de inundação e com risco de deslizamento.
Lagoa Antônio Lins	10% área com risco de inundação.
Renascer	10% área com risco de inundação.
Santa Clara	15% com risco de deslizamento.
São Luís	20% área com risco de inundação
Timbó I, Timbó II	20% área com risco de inundação

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa 2007.

Dessa forma a favela do Timbó é classificada como ZEIS e está incluída no grupo 2 de médio risco que é caracterizada principalmente pelas inundações.

Diante das problemáticas que envolvem a favela a classificação como ZEIS reforçou para que as decisões fossem tomadas para obras de urbanização.

A obra de urbanização da favela do Timbó foi dividida em duas partes, inicialmente as construções das novas habitações para retirar as famílias de áreas de risco na primeira fase do projeto, a segunda fase seria as obras de saneamento incluindo drenagem e pavimentação das onze ruas, e a contenção de desmoronamento dos taludes.

A obra de construção das casas foi realizada através da pareceria do Governo Federal e PMJP, o projeto previa 198 imóveis; pelo programa Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH que objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios. O projeto possuía valor total: R\$ 2.871.000,00, com recurso federal de R\$ 1.584.000,00 e contrapartida: R\$ 1.287.000,00.

O PSH é operado com recursos provenientes do Orçamento Geral da União – OGU⁹ e conta, ainda, com o aporte de contrapartida proveniente dos estados, Distrito Federal e municípios, sob a forma de complementação aos subsídios oferecidos pelo Programa. De acordo com a prefeitura o investimento total foi de R\$ 13 milhões em toda a comunidade, onde R\$ 4 milhões foram aplicados na construção de 136 unidades habitacionais. E ainda estão sendo investidos R\$ 9 milhões em pavimentação, drenagem, saneamento e contenção de barreira com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb).

No entanto as obras ainda não foram finalizadas e os problemas ainda persistem principalmente no que diz respeito ao saneamento básico e calcamento das ruas (mosaico 07).

⁹ O OGU é formado pelo Orçamento Fiscal, da Seguridade e pelo Orçamento de Investimento das empresas estatais federais. Existem princípios básicos que devem ser seguidos para elaboração e controle do Orçamento que estão definidos na Constituição, na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Mosaico fotográfico 07: Condições atuais no Timbó II.



Fonte: Acervo da Autora em visita de campo dia 19/12/2014.

Na tentativa de solucionar os problemas de esgotamento sanitário, a ligação do esgoto doméstico ficou localizada na frente ou dentro da própria casa (mosaico 08), de forma que por algum tipo de irregularidade no projeto a canalização não suportou a demanda de entrada da carga, e nos locais dos boieiros e nos pontos de ligação o esgoto transborda constantemente. Nos períodos de chuvosos a situação piora, por que o esgoto se junta com a água da chuva, ponto em risco a saúde dos moradores principalmente as crianças.

Sobre a pavimentação algumas ruas já se encontram com vários buracos onde o calçamento está se desfazendo, e algumas já estão completamente cobertas de lama devido a grande quantidade de arenito que escorre dos taludes no período de chuva.

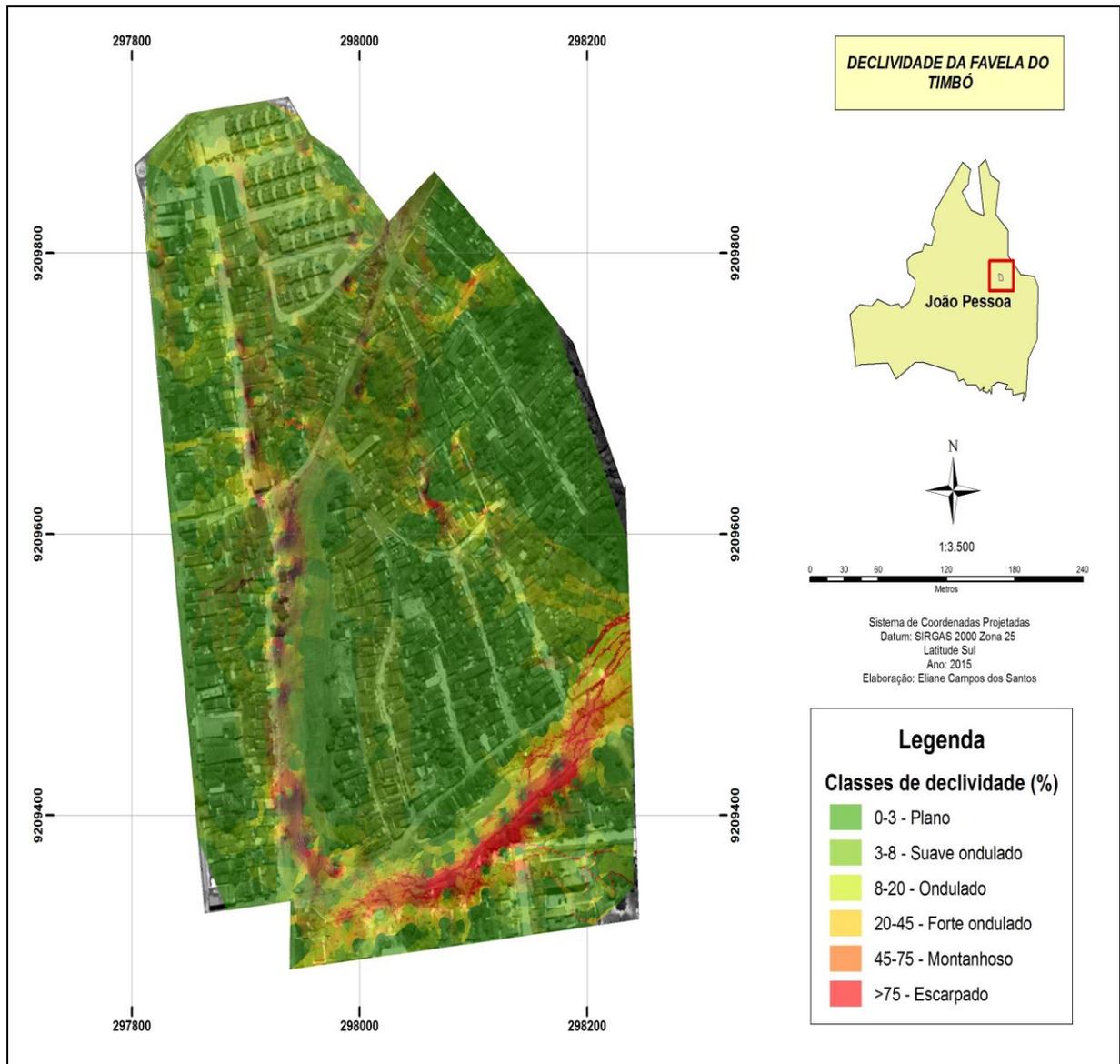
No que refere as obras de contenção dos taludes, algumas áreas apresentam pontos fortes que indicam perigo, devido à falta de inclinação suave, fato este que pode agravar futuros deslizamentos juntamente com a falta de vegetação nesta parte.

A Rua Rosa Lima dos Santos é a mesma em que o muro de contenção não existe, indicando uma carência no projeto desta obra, pois de acordo com pontos de GPS recolhidos no local alguns destes apresentam altitude acima de 50 metros em relação ao nível do mar, em base local com altitude de aproximadamente 30 metros com relação a cota mínima do rio Timbó, onde a declividade põe em risco essa área, devido ao seu material argiloso e a falta de proteção vegetal nos períodos chuvosos. Este fato pode ser conferido com o mapa abaixo:

A geração do mapa temático de classes de declividade se mostrou uma técnica importante na detecção de áreas críticas para deslizamento de encostas, da paisagem e análises de terreno para o contexto urbano, bem como, na identificação de áreas suscetíveis à ocorrência de inundações.

O mosaico de imagem tridimensional foi utilizado como dado de base e a classificação da declividade das formas de relevo adotada como referência foi a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e EMBRAPA (Plano 0 a 3%, Suave ondulado 3 a 8%, Ondulado 8 a 20%, Forte ondulado 20 a 45%, Montanhoso 45 a 75% e Escarpado > 75%).

Mapa 11: Declividade do Timbó.



Fonte: Imagens Google Earth 2014.

Por: Francisco Vilar de Araújo Segundo Neto, Eliane Campos dos Santos /2015.

O mapa de declividade do Timbó apresenta inúmeros pontos com declividade maior que 75% principalmente na encosta da Rua Rosa Lima dos Santos, o que ainda representa risco de deslizamento. De forma que seria necessária uma nova vistoria dos engenheiros responsáveis para a construção de uma barreira de contenção na parte a leste da encosta, na última visita de campo no dia 07/01/2015 pode ser percebido que a mesma continua sem cobertura vegetal no local indicado e que já são notados alguns princípios de deslizamentos.

3.1 REQUALIFICAÇÃO URBANA HABITACIONAL NA FAVELA DO TIMBÓ.

A requalificação habitacional está associada à concessão de crédito para aquisição da moradia própria, por meios de programas habitacionais nas três esferas: municipal, estadual e federal, levando para as favelas o processo de urbanização e melhorando da qualidade de vida no lugar.

O termo de requalificação urbana ainda se faz recente dentro da ciência geográfica seus primeiros trabalhos datam da década de 1980. Neste trabalho a requalificação urbana está associada ao quadro social e as questões econômicas.

Para Moreira 2007, requalificação urbana significa:

recuperar o sentido da ubiquação residencial das populações, através de múltiplas ações e medidas, que vão da infraestrutura à valorização da imagem interna e externa passando pelas provisões dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego. Todos os caminhos da nova rua, da nova aldeia deverão levar à Metrópole sem trauma (s) de regresso. A estratégia deve levar a acções que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela nossa vivencia, pelo patrimônio – o que se herdou e importa valorizar, como também o que também deve construir no espirito do tempo. (MOREIRA 2007, p.180).

Segundo a mesma autora o conceito de requalificação urbana “abrange as alterações, desenvolvidas de forma integrada das características da área que está em transição devido a um processo de declínio. Inclui aspectos de carácter econômico, social, ambiental e físico”.

Dessa forma o objetivo da requalificação econômica seria a criação de novas condições adequadas a uma atividade rentável, desenvolvendo atividades e empregos aos habitantes da área marginal em torno do setor econômico produzindo a inclusão dos habitantes do lugar.

A requalificação social tem como objetivo cortar o círculo da pobreza em certas áreas urbanas, alterando a percepção social local. Já a requalificação ambiental e física considera a percepção do próprio lugar pelos moradores entorno refletindo em seu comportamento, assim a requalificação ambiental e física visa à qualidade de vida como um

objetivo final na requalificação do espaço vivido, por isso o nível de infraestrutura está ligada com a qualidade urbana.

Assim a requalificação urbana pode ser entendida como técnicas de recuperação econômicas, com criação de emprego, e melhor infraestrutura dos espaços públicos e habitacionais.

A requalificação na favela do timbó foi proporcionada por meio de programas federal com recursos do PSH e municipal com recursos Fundurb. Graças à lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004 o PSH se “torna acessível à moradia para os segmentos populacionais de renda familiar alcançados pelas operações de financiamento ou parcelamento habitacional de interesse social”, como está disposto no Art. 2 desta lei.

A requalificação urbana é entendida como um instrumento de intervenção estatal que deve ser aplicado para solucionar os problemas das cidades. Assim ela possui função de redefinir e requalificar diversas áreas da cidade desde as mais antigas como as de risco de decadência, de abandono e de degradação existentes no espaço urbano. No mosaico 09 pode ser visualizado a remoção das casas em áreas de risco.

Mosaico fotográfico 08: Remoção das casas em áreas de risco.



Fonte: Acevro da Autora em visita de campo 2012/2013.

A ausência de planejamento urbano fez com que a segregação e a desigualdade social produzissem as favelas, muitas delas em áreas de risco como é o caso do Timbó.

Mosaico 09: Conjunto Novo Timbó.



Fonte: Acervo da Autora em visita de campo 2013/2014.

O programa PSH contribuiu para uma nova realidade, as ações de requalificação valorizaram não apenas o ambiente de moradia, mas a qualidade de vida. A execução de obras beneficiou e reconstrução das casas e a segurança dos moradores das áreas de risco.



Favela do Timbó, 2014. Fonte: Acervo da autora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A história da habitação social contada através dos programas federais no Brasil para suprir a falta de moradia digna, deixa claro que o surgimento das favelas é produto do crescimento urbano em ritmo acelerado principalmente nas últimas cinco décadas, o que proporcionou o surgimento das favelas, entretanto as várias tentativas do governo por meio desses programas federais, com caráter social voltado principalmente para a população de baixo poder aquisitivo não conseguiu combater o déficit habitacional.

No século XX principalmente na década de 1980, intensificou-se o processo de favelização, com instalações em vales, margens de rios e mangues, entre os conjuntos habitacionais, como também em outros espaços públicos das cidade. Foi justamente neste período que surgiam e se intensificavam as favelas brasileiras e paraibanas como é o caso da favela do Timbó.

A área da favela do Timbó é considerada ZEIS de acordo com o Estatuto das Cidades, conforme o Plano para Instituições de Zonas de Interesse Social da cidade de João Pessoa, a favela do timbó está inserida no grupo 2 que corresponde aos assentamentos em área de médio risco. Segundo o código de urbanismo a área está incluída na Zona Residencial ZR-3, que corresponde a zona residencial do bairro dos Bancários. É caracterizada como ZEP - 2 Zona Especial de Grandes Verdes de acordo com a Lei 2.101 de 31/12/75 e 2.699 de 07/11/79, de acordo com estas o solo da área é destinada para parques e relocação de famílias de baixa renda.

A favela do Timbó por mais de quatro décadas conviveu com a precariedade e a falta de infraestrutura, e principalmente a falta de condição digna de moradia. As diferenças percebidas entre o Timbó I e Timbó II reafirma a segregação existente entre os próprios moradores, no caso dos questionários aplicados no Timbó I e principalmente na Rua Abelardo dos Santos, rua esta que divide a favela do bairro Bancários, os moradores dizem não pertencer à favela e deixam claro que não possuem contatos com os moradores da parte de baixo. De fato as construções e condições da maioria das casas no Timbó I (de cima) são muito superiores em relação ao Timbó II (de baixo), as casas são mais amplas, muitas apresentam segundo piso e ótimos padrões de construção.

No contexto sobre as obras realizadas na favela a satisfação por grande parte dos moradores é imensa, os projetos de urbanização beneficiou os moradores com pavimentação, esgotamento sanitário e coleta regular de lixo, retirou e relocou os moradores das áreas de

risco, porém de acordo entrevistas realizadas, ficou constatado que os serviços garantidos pela prefeitura foram realizados com melhor qualidade no Timbó I (de cima) devido a melhor estrutura das ruas. Outro ponto a ser tocado de forma informal nas entrevistas e relatado pelos moradores foi o descaso com rio Timbó, os moradores alegam que estava no projeto de desassoreamento do rio para que na época chuvosa os moradores da Rua Antônio Camilo dos Santos não tivessem preocupações futuras com enchentes. De fato o projeto exposto durante as licitações e o que foi falado na imprensa apresenta como um dos pontos justamente o desassoreamento do rio, no entanto até este momento não foram realizadas estas obras.

Por possuir maior concentração de casas e ruas irregulares no Timbó II (de baixo), algumas ruas e becos ainda não foram favorecidos totalmente pelas obras, a coleta de o lixo para alguns ainda se trata de um problema, devido à pequena largura das ruas, muitos moradores tem que se deslocar até os coletores que ficam por trás do Conjunto Novo Timbó, tornando uma distancia considerável, sobre este ponto alguns moradores reclamaram que o carro que recolhe o lixo dos coletores atrasa e por muitas vezes o lixo fica acumulado.

Seria necessário conscientizar a população dos riscos sobre contaminação com lixo, realizar palestras, incentivar a coleta seletiva, colocar mais coletores em diferentes pontos.

Sobre as obras de saneamento algumas nos revelam que não houve modificações significativas como é o caso da Rua Antônio Camilo Monteiro nesta são encontrados pontos de esgoto a céu aberto, ainda nesta mesma rua moradores tiveram que deixar suas casas em decorrência do alagamento provocado transbordamento pelo esgoto, a mesma não foi totalmente calçada, ainda em outros locais problemas com boieiros e pontos de ligação de esgoto com vazamentos constantemente. Na Avenida Nossa senhora de Fátima as obras estão paralisadas, no entanto devido à quantidade de areia e paralelepípedos deixados na rua, a mesma ficou inassinável para caros e motos.

A respeito das casas que foram condenadas pela devesa civil ou atingidas pelo deslizamento das encostas 60% foram construídas, porém os que ficavam a margem da encosta da Rua Rosa Lima dos Santos, ainda não sabem a previsão para começo das construções.

No que diz respeito à obra de contenção dos taludes é necessária à manutenção de algumas partes onde a vegetação plantada não se ramificou, sendo um solo composto principalmente de arenito seria indispensável à aplicação de um adubo antes de um novo replantio, e ao menos uma vez por semana fazer o aguamento, pois a área mais afeta na parte final da Rua Rosa Lima dos Santos já apresenta sinais de deslizamentos.

De acordo com a análise dos questionários percebeu-se que os moradores estão insatisfeitos com a condição de acesso a saúde, principalmente os moradores do Timbó II, em geral a relocação do posto de saúde para fora da favela, dificulta ainda mais um serviço que segundo os moradores já é precário. Este problema poderia ser resolvido com a construção de um posto nos terrenos sem ocupação vizinhos a favela na Rua Rosa Lima dos Santos ou na Rua Eugênio Carneiro Monteiro. Outro problema também apontado pelos moradores é a falta de lazer, para as crianças, este problema seria também resolvido com a construção de uma praça nos mesmos lugares apontados para construção do posto de saúde.

Assim esperamos que as ideias apresentadas nesta pesquisa possam ajudar os moradores do Timbó.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Luciana Medeiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no Conjunto Mangabeira**, João Pessoa – PB. 2006. 196 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada – Da Contribuição De Marc Bloch À Constituição De Um Moderno Campo Historiográfico**. História Social nº13. Campinas 2007. p. 07–21.

BRANDÃO. Paulo Baqueiro. **Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos**. GeoTextos, vol. 8, n. 1, jul. 2012. p. 167-185.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Secretaria Nacional de Habitação**. Déficit habitacional no Brasil 2008. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.habitatbrasil.org.br/media/5547/d_ficit_habitacional_no_brasil_2008.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2014.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm >. Acesso em: fevereiro de 2014.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil**.. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Análise Social, Vol. XXIX (3.º), 1994 (n.º 127), p. 711-732. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf> >. Acesso em março de 2014.

CALEFFE. Herivelto Moreira. Luiz Gonzaga. **Metodologia de Pesquisa para o Professor Pesquisador**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CARNEIRO, Krystine. RAMOS Catiana. **Blog Meio Ambiente da Paraíba**. Disponível em: <<http://pmapb.blogspot.com.br/search?q=timb%C3%B3>>. Acesso em junho de 2014.

Comunidade Timbó. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/ComunidadeDoTimbo?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em março de 2013.

Prefeitura de São Paulo. **Cartilha de orientação sobre o Programa de Regularização Urbanística e Fundiária.** Disponível em:
 <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/regulariza%C3%A7%C3%A3o%20fun%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em novembro de 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2002.

CORREIO. **Moradores do Timbó entram em confronto com Guarda Municipal e homem morre ao levar choque de cerca elétrica. Comunidade do Timbó vive dias de apreensão devido ao risco que Correio.** Portal TV Correio. Disponível em: <
<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/cidades/tempo/2013/06/13/nws,225324,4,64,noticias,2190-moradores-timbo-entram-confronto-guarda-municipal-homem-morre-levar-choque-cerca-eletrica.aspx>>. Acesso em junho de 2013.

CORREIO. **Defesa Civil Nacional diz que locais de JP correm alto risco de inundação.** Disponível em:
 <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/servicos/plantoes/2014/09/08/nws,246044,43,313,noticias,2190-defesa-civil-nacional-diz-locais-correm-alto-risco-inundacao-terca-feira.aspx>>. Acesso em outubro de 2014.

DAVES, Mike. **Planeta Favela.** - Londres: Boitempo, 2006.

DANTAS, Maria Auxiliadora Clemente. **A comunidade do Timbó (João Pessoa –PB): análise socioambiental e qualidade de vida.** Universidade Federal do Pernambuco. UFPE Recife, 2004. (Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais).

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:
 <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 14 março 2014.

DEMO. Pedro. Pesquisa: o que é? In: DEMO. Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1991. Atlas. 1985. pg. 11-36.

FAC - Fundação de Ação Comunitária. **Relatório da Pesquisa Aglomerados Subnormais: Diagnósticos e Sugestões**. João Pessoa, 2002.

FAC - Fundação de Ação Comunitária. **Agglomerados Subnormais nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Bayeux e Santa Rita**. João Pessoa. 2002. Disponível em: <<http://www.fac.pb.gov.br/index.php>>. Acesso em: fevereiro 2014.

FIPLAN - Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba. **Relatório da pesquisa Populações de Baixa Renda: Origem e Aspirações**. João Pessoa, 1983.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fevereiro 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Censo Demográfico 2010 Aglomerados Subnormais**. Primeiros resultados Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2014.

Informativo Timbó em ação. Disponível em: <<http://informativotimboemacao.blogspot.com.br/>>. Acesso em junho 2013.

JAPIASSÚ. Hilton. MARCONDES Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3ª ed. Rio de Janeiro 2001.

JEUDY Henri Pierre. JACQUES Paola Berenstein. **Corpos e Cenários Urbanos**. Salvador. UFBA, 2006.

LADEIRA NETO, José Francisco. **Mapa de declividade em percentual do relevo brasileiro**. Serviço Geológico do Brasil. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/gestao/mapa_declive/nota_tecnica_mapa_declive.pdf>. Acesso em janeiro de 2015.

LEFEBRE. Henri. **O Direito À Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

Morais, Jaiane Rodrigues de. **A POLÍTICA HABITACIONAL EM JOÃO PESSOA/PB: uma análise sobre a implementação do Conjunto Residencial Monte Cassino**. João Pessoa. 2011. (Pós-graduanda lato sensu em Gestão Pública Municipal – UFPB).

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes - Requalificação urbana : alguns conceitos básicos. Artitextos. ISBN 978-972-9346-03-3. Nº 5 (Dez. 2007), p.117-129. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802>>. Acesso em março de 2014.

MOURA, Dulce. Guerra, Isabel. SEIXAS, João. FREITAS Maria. **A Revitalização Urbana Contributos para a Definição de um Conceito Operativo**. Disponível em: <http://home.fa.ulisboa.pt/~fs/FCT_2009/URB%20REHABILITATION/PAPER%2004%20_%202006_RevitalizacaoUrbana.pdf>. Acesso em julho de 2014.

Nascimento. Ana Caroline Aires Vieira do. **A CONSTRUÇÃO DO INFORMAL: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa – PB**. 2012. 259 p. ((Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ORRICO, Kesia da Costa. **O solo urbano do Bairro Bancários a questão da especialização da ocupação**. 36 p. Universidade Federal da Paraíba. (Monografia graduação) – UFPB/CCEN. 2004.

PANDOLFI, Dulce Chaves. GRYNSZPAN, Mario. **A favela fala: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2003.

PITA, Ana Luiza Lima Rodrigues. **Segregação Urbana e Organização Socioespacial: um estudo da comunidade do Timbó, em João Pessoa**. João Pessoa. 2012. 213 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, 2012.

Portal da cidade João Pessoa. **Fotos Antigas**. Disponível em: <<http://paraibanos.com/joaopessoa/fotos-antigas.htm>>. Acesso em março de 2013.

Prefeitura Municipal De João Pessoa. **Plano Diretor**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/plano-diretor/>>. Acesso agosto de 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 1991.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o Movimento Higienista (1854-1912)** - João Pessoa: UFPB, 2009.

SABINO, Genilda Maria. **Dinâmica de uso e ocupação do solo e agravantes ambientais no Timbó, João pessoa** – PB 2001. 119 p. (Dissertação de Mestrado em Geografia - PRODEMA). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

SANTOS, Jocélio Araújo dos. **Análise dos riscos ambientais relacionados às enchentes e deslizamentos na favela São José, João Pessoa – PB.** 2007. 112 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

SANTOS. Milton. **Manual de Geografia Urbana.** 3.ed São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

SANTOS. Milton. **Por uma geografia nova.** 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS. Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS. Milton. **Manual de Geografia Urbana.** 3.ed São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

SOUZA. Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano.** 7ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2013.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SEDES. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.** Prefeitura Municipal de João Pessoa. 2014.

SPOSATI; Aldaíza Ramos Frederico. KOGA, Dirce. CONSERVA, Marinalva. CONSTANTINO Silveira Jr. GAMBARDELLA, Alice. **Topografia Social de João Pessoa.** Cedest/IEE/PUCSP. 2009

SEPLAN. **Secretaria de Planejamento.** Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/diretorias/estudos-realizados/>>. Acesso em: fevereiro de 2014.

SEPLAN. **Secretaria de Planejamento.** Disponível em: <<http://geo.joaopessoa.pb.gov.br/digeoc/htmls/foto.html>>. Acesso em: fevereiro 2014.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. **Sobre a Análise do Discurso.** FATEC, Ourinhos, SP. Revista de Psicologia da UNESP, 4(1), 2005.

SILVA. José Borzacchiello da. Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA. Maria Patrícia Silva. **A comunidade do Timbó ficou marcanda; as chuvas que caíram na terça-feira deixaram varias famílias desabrigadas e em desespero.** Blog Informativo Timbó em ação. Disponível em: <<http://informativotimboemacao.blogspot.com.br/>>. Acesso em junho 2013.

SILVA, Natieli Tenório da. **Precipitações diárias intensas na cidade de João Pessoa, Paraíba .** UFPB. João Pessoa, 2014. (Monografia de graduação) – UFPB/CCEN. 2014.

SILVA, Ana Marina Ribeiro. **Requalificação Urbana: O exemplo da intervenção Polis em Leiria.** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. (Dissertação de Mestrado em Geografia), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

SILVA, Thallita Isabela. RODRIGUES, Sílvio Carlos. **Tutorial De Cartografia Geomorfológica Arcgis 9.2 E Envi 4.0.** Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009. 63p. Disponível em: <<http://www.rga.ggf.br/tutorialgeo.pdf>>. Acesso em novembro de 2014.

SOUSA, Alberto. **Do Mocambo à Favela - Recife 1920-1990.** João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

SOUZA. Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano.** 7ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** 15ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional.** Ensaios FEE, Porto Alegre. 1991. p. 265-271. 12(1) IS -0000 1148- 1. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/1424/1788>>. Acesso em março de 2015.

TUDE, João Martins; FERRO, Daniel; SANTANA, Fabio Pablo de A. **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.144 p. IESDE Brasil S.A. Disponível em: <http://minhateca.com.br/bruno_diu/Livros/João+Martins+Tude+-+Políticas+Públicas,66405427.pdf>. Acesso em março de 2014.

VELOSO, Fernando A. VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973):** uma análise empírica. Revista Brasileira de Economia. vol.62 nº.2. Rio de Janeiro Apr./June 2008.

APÊNDICE
QUESTIONÁRIO

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
 Centro de Ciências Exatas e da Natureza
 Departamento de Geociências

ENTREVISTADO

Nome (opcional): _____

Idade: _____

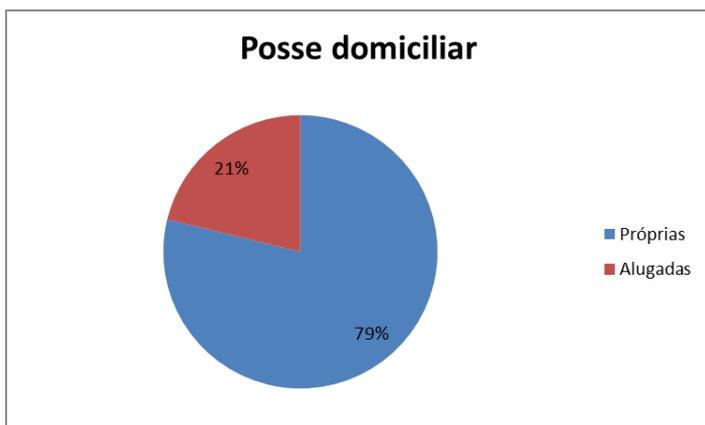
Data: __/__/____

Onde nasceu: _____

I. OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO

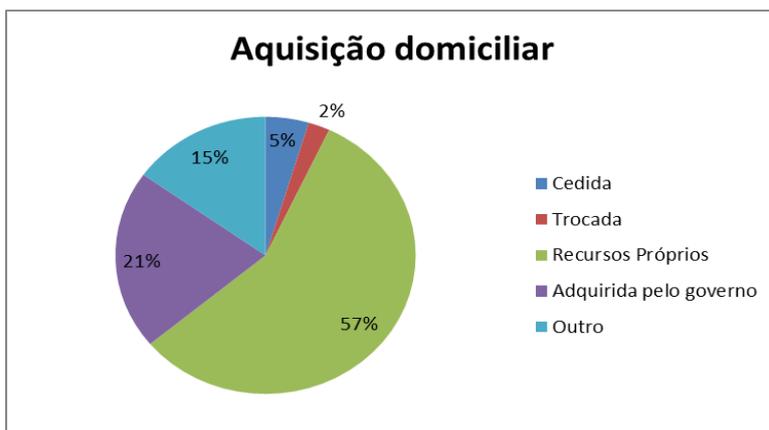
1. Esta casa é:

a. (67) Própria B. (18) alugada



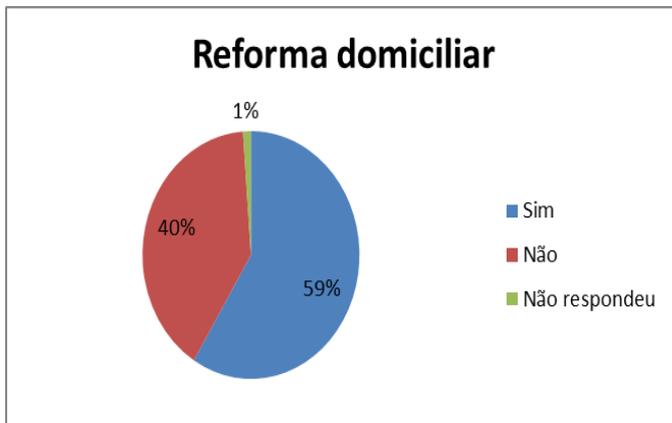
2. Como adquiriu?

a. (49) Recursos Próprios b. (18) Adquiriu por meios de programas c. (4) Cedida d) trocada (1) e) outro 13.



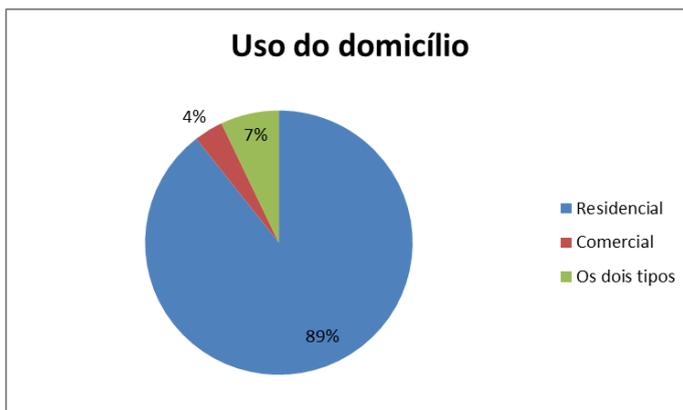
3. Já fez reformas na residência?

a. (34) Não b. (50) sim nada 1



4. Tipo de utilização

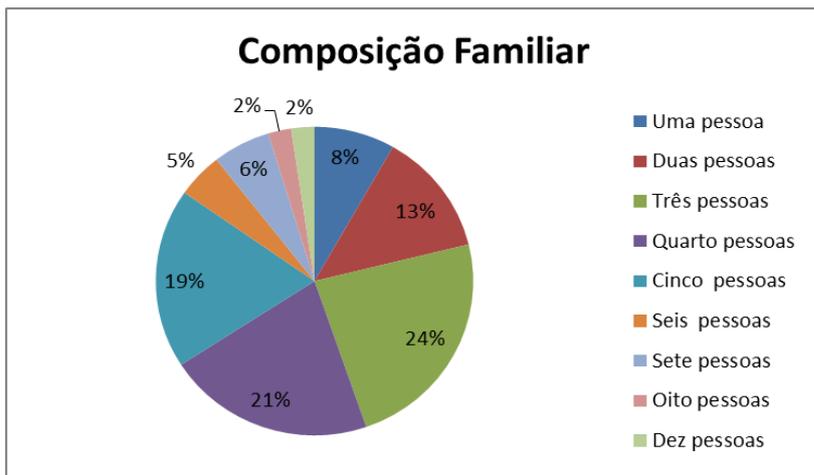
a. (76) Residência b. (3) Comercial c. (6) Os dois



II Características da Ocupação

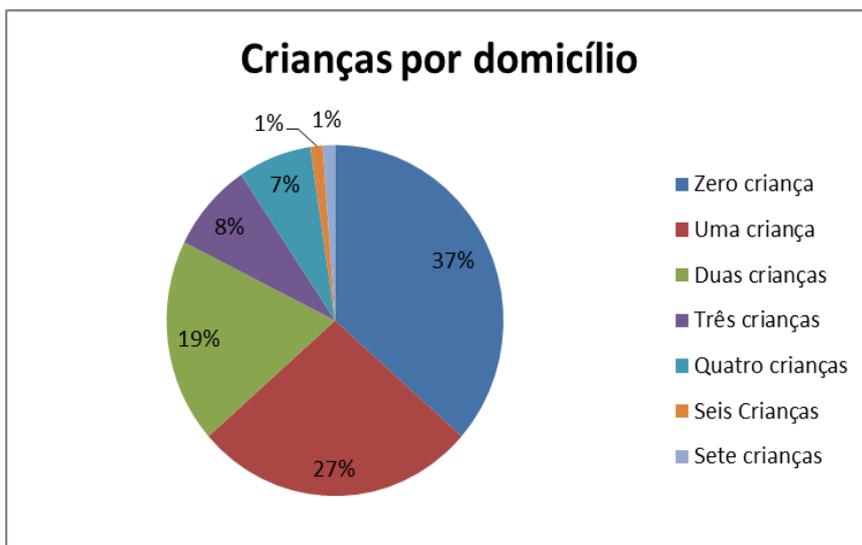
1. Composição da Família total?

6 pessoas 4 questionários, 1 pessoa = 7 questionários, 10 pessoas = 2 questionários, 8 pessoas = 2 questionário, 7 pessoas = 5 questionários. 5 pessoas = 16 questionários, 3 pessoas 20 questionários, 4 pessoas = 18 questionários, 2 pessoas 11 questionários.



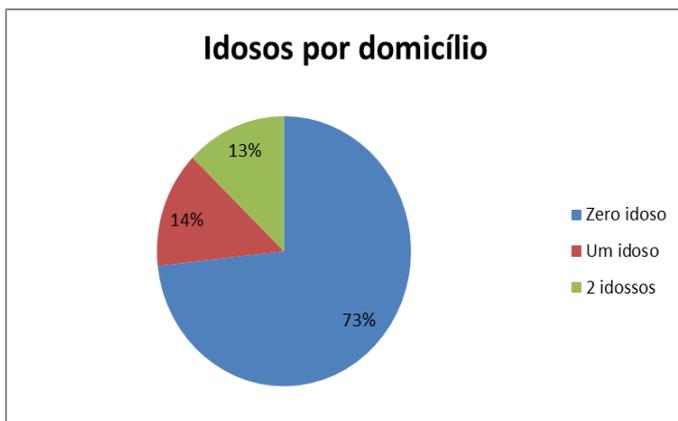
2. Quantas crianças?

0 crianças = 31 questionários, 1 criança = 23 questionários, 2 crianças = 16 questionários, 3 crianças = 7 questionários, 4 crianças = 6 questionários, 6 crianças = 1 questionário, 7 crianças 1 questionário



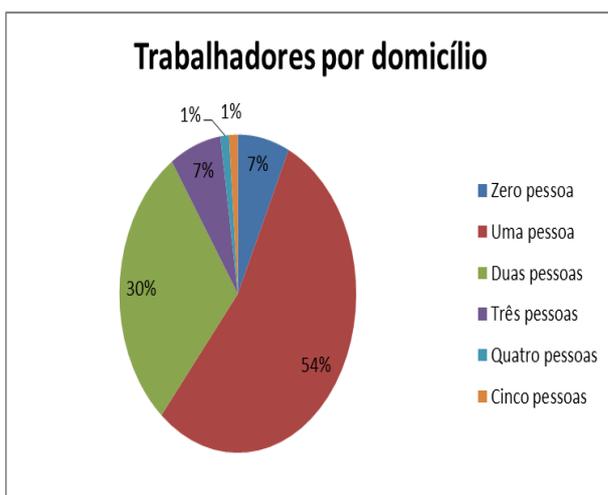
3. Quantos idosos?

0 idoso = 63 questionários, 1 idoso = 12 questionários, 2 = idosos 11 questionários.



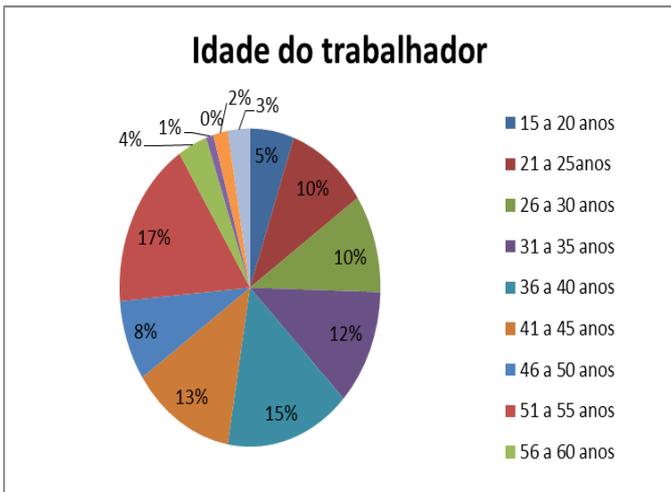
4. Quantas pessoas trabalham?

Zero pessoas = 6 questionários, 1 pessoa = 46 questionários, 2 pessoas = 25 questionários, 3 pessoas = 6 questionários, 4 pessoas = 1 questionário 5 pessoas = 1 questionário.



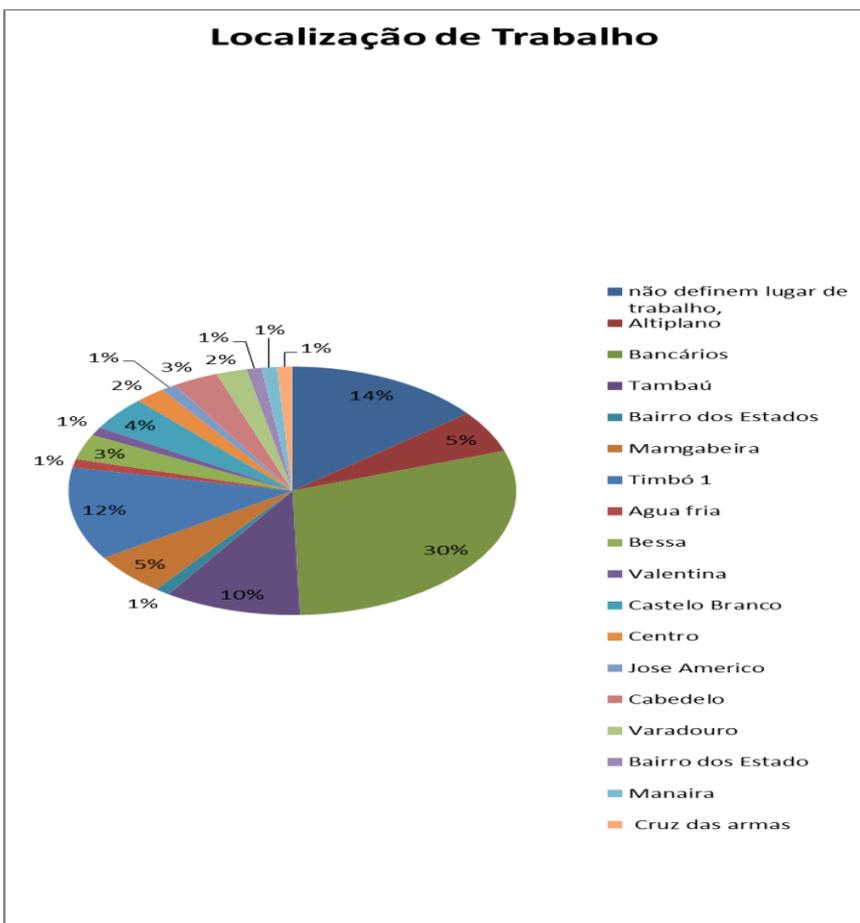
5. Qual a idade do trabalhador?

15 a 20 = 6; 21 a 25 = 11; 26 a 30 = 11; 31 a 35 = 13; 36 a 40 = 17; 41 a 45 = 14; 46 a 50 = 9
51 a 55 = 19; 56 a 60 = 4; 61 a 65 = 1; 66 a 70 = 0; 71 a 75 = 2; 3 entrevistados não responderam



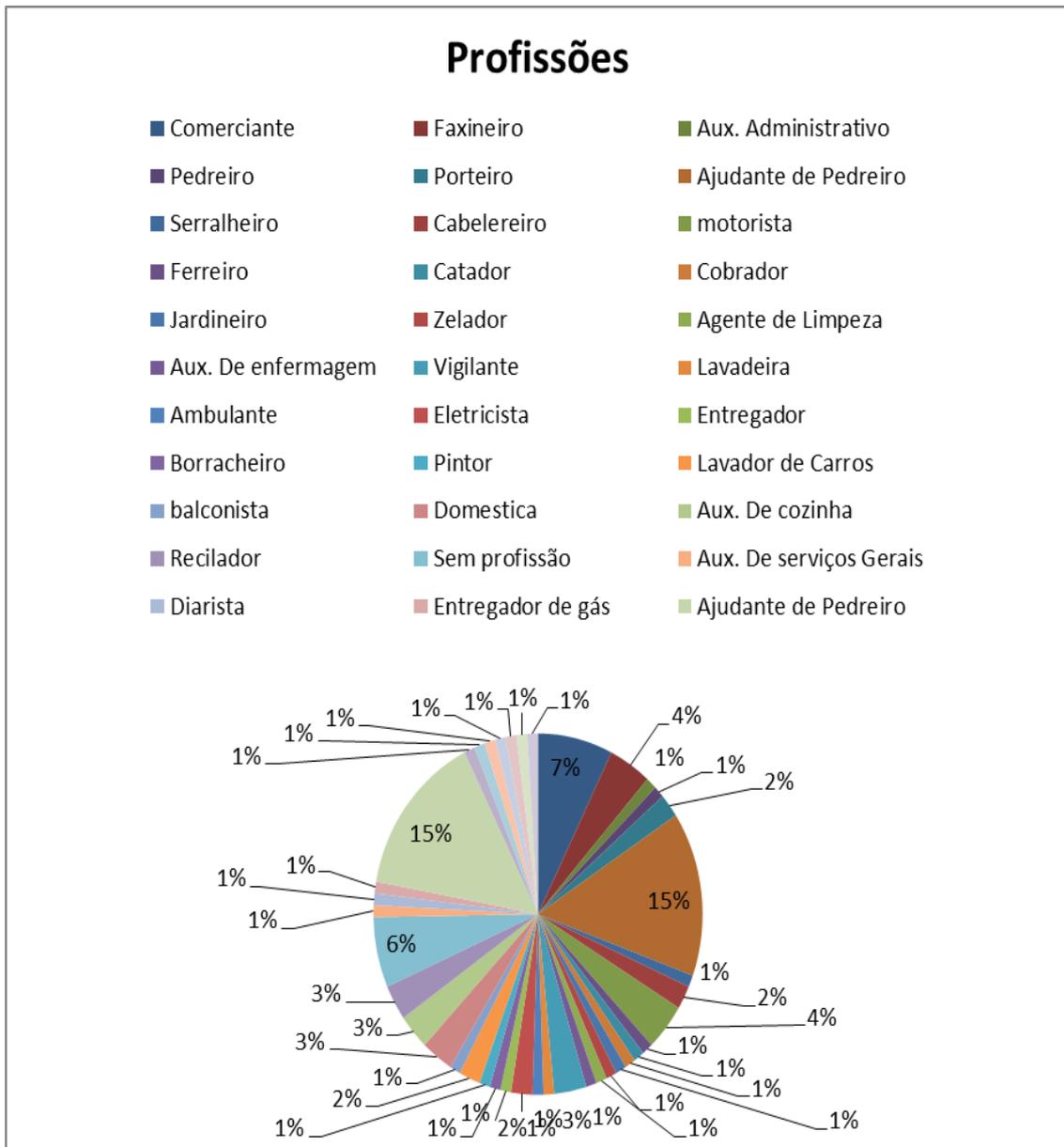
6. Em que bairro Trabalha?

13 questionários não definem lugar de trabalho, Altiplano 5; Bancários 9; Bairro dos Estados 1; Mamgabeira 5; Timbó 11; Agua fria 1, Bessa 3; Valentina 1; Castelo Branco 4; Centro 2; Jose Américo; 1 Cabedelo; 3 Varadouro; 2 Bairro dos Estado 1; Manaíra 1; Cruz das armas 1.



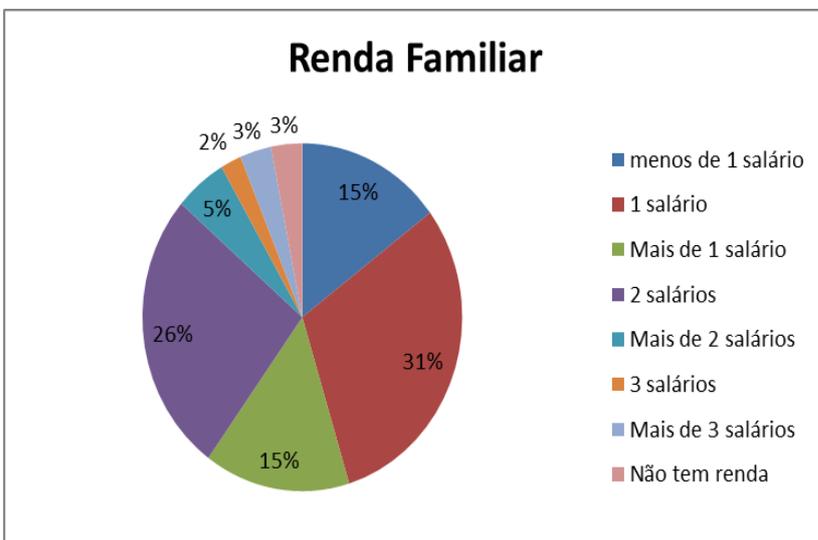
7. Qual a profissão?

Comerciante 7, faxineiro 3, pedreiro 8, Aux. administrativo 1, porteiro 2, ajudante de pedreiro 14, Serralheiro 1, cabelereiro 2, motorista 4, ferreiro 1, catador 2, cobrador 1, jardineiro 1, zelador 1, Agente de limpeza 1, Aux. de enfermagem 1, vigilante 3, lavadeira 1, ambulante 1, eletricista 2, entregador 1, borracheiro 1, pintor 1, lavador de carros 2, balconista 1, domestica 3, aux.de cozinha 1, sem profissão 6, Reciclador 3, cozinheira, faxineira, serviços gerais, diarista, entregador de gás, pedreiro, ajudante de marceneiro, serviços gerais 2, mestre de obras, mecânico 1, garçom 1, almoxarife 1, agricultor 1, marmoreio 1.



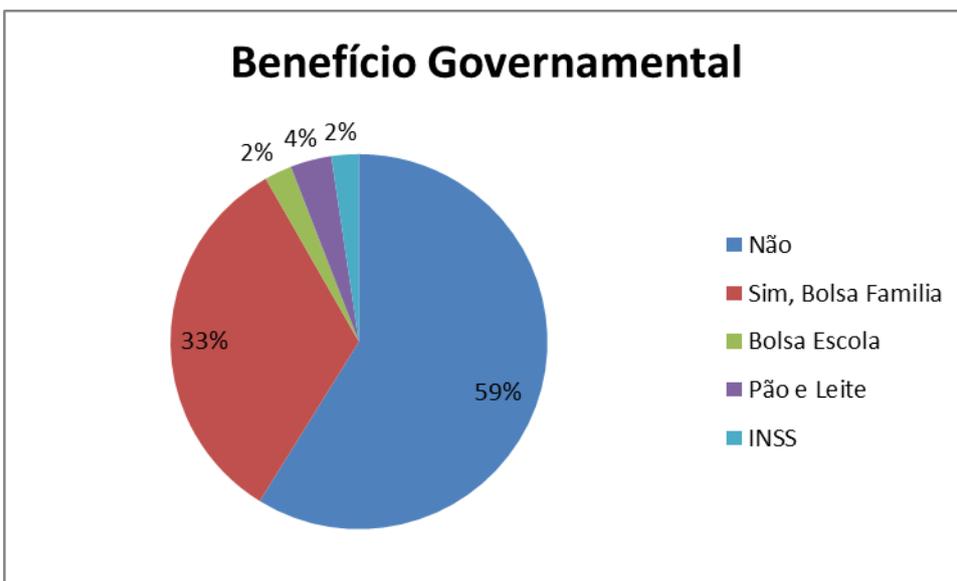
8. Qual a renda familiar?

Menos de um salário = 14, 1 salario = 29; Mais de salario 14, 2 salários =25; mais de 2 salários =5, 3 salários = 2 ;mais de 3 salários = 3; Não tem renda 3



9 - A família participa de algum projeto municipal, estadual ou federal? Qual?

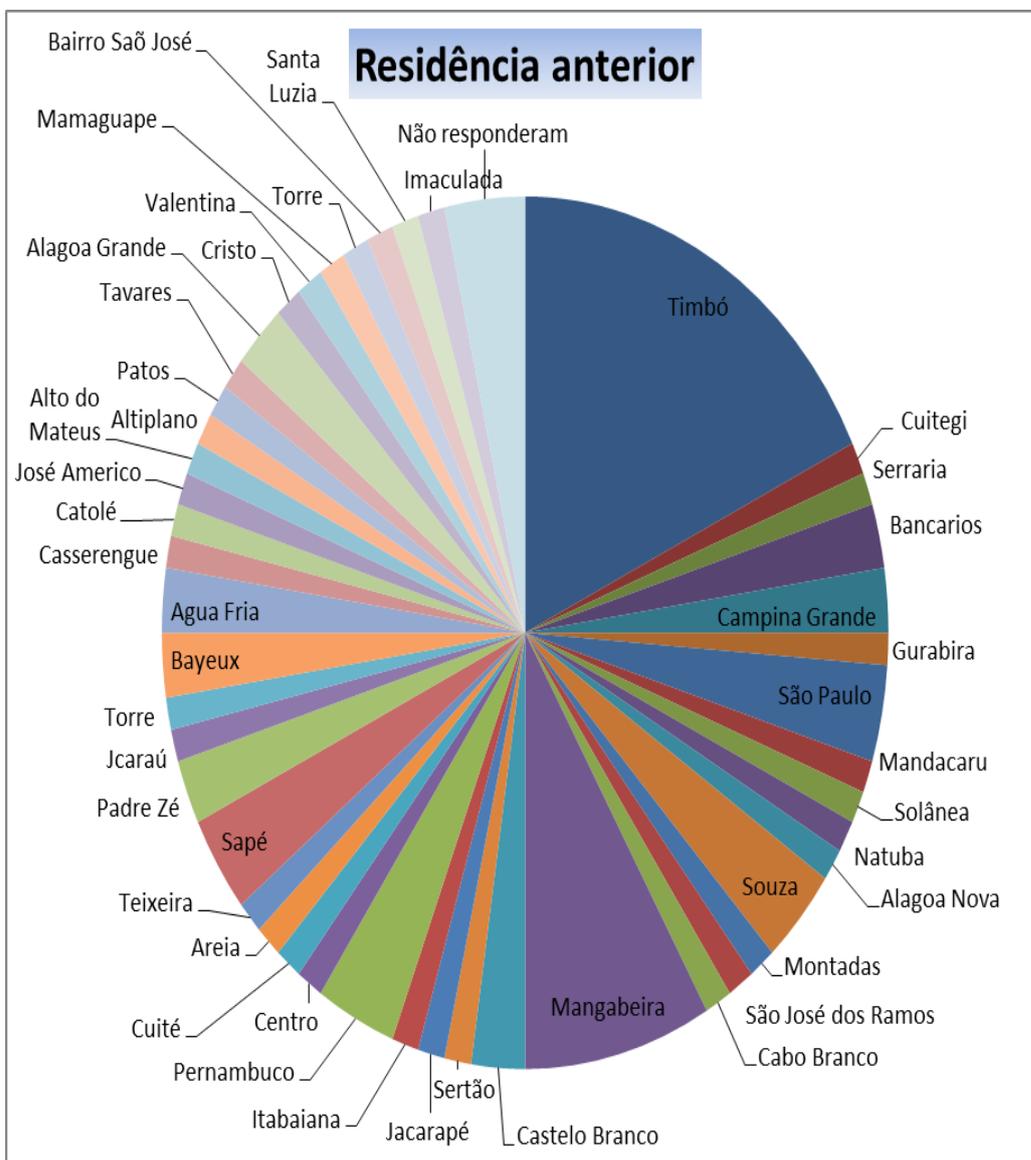
Não 50, Sim 28. Bolsa Família 28, Bolsa Escola 2, Pão e Leite3, INSS(beneficio assistencial 2).



III Procedência

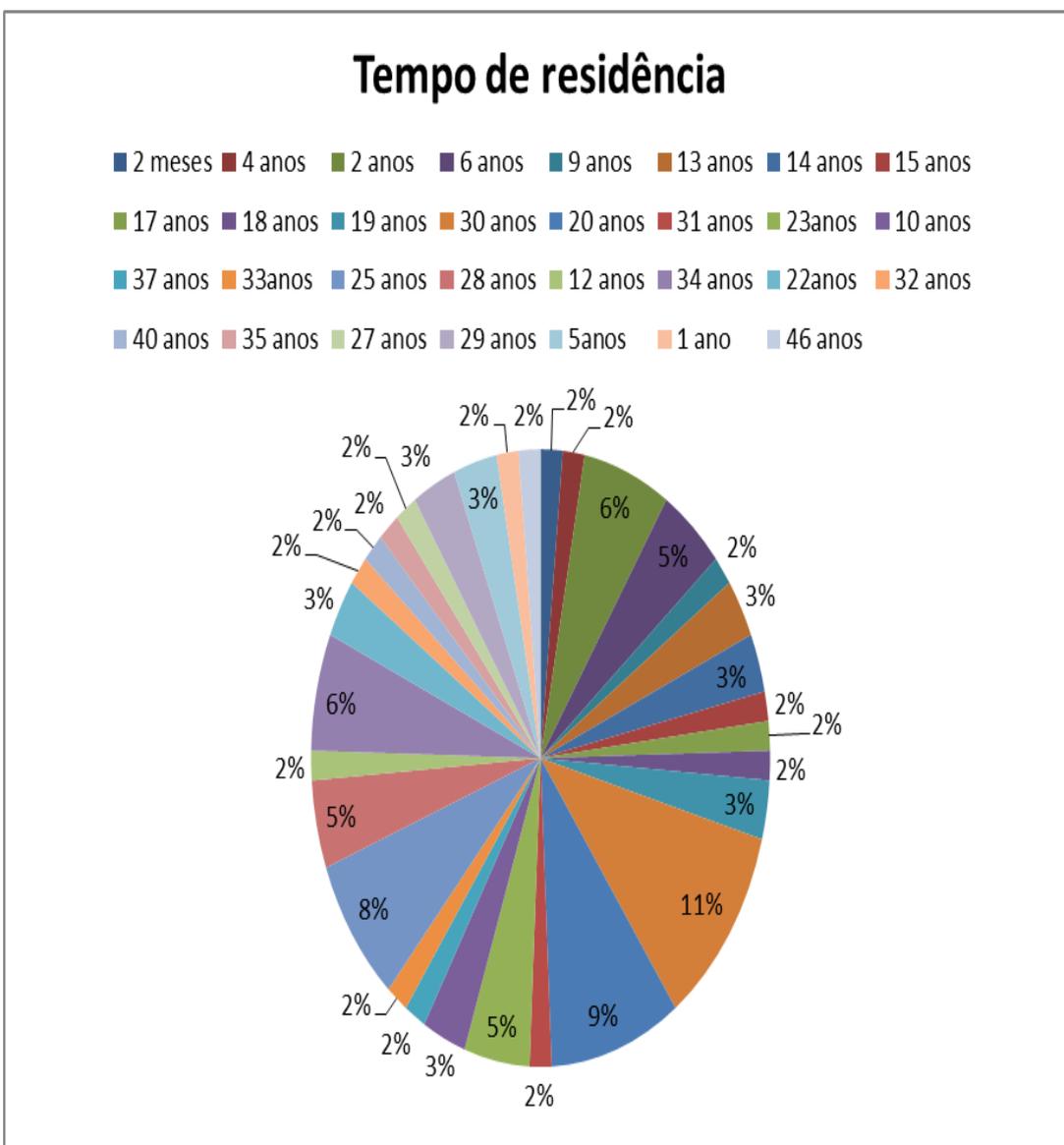
1. Onde morava antes de chegar no Timbó?

Timbó 15, Cuitegi, Serraria, Renascer 2, Bancários 2, Campina Grande 2, Guarabira, São Paulo 3, Mandacaru, Solânea, Natuba, alagoa nova, Souza3, montadas, São José dos Ramos, Cabo Branco 2, Mangabeira 7, Castelo Branco2, Sertão, Jacarapé, Itabaiana; Pernambuco 3;Centro , Cuité, Areia 3; Teixeira, Sapé, Padre Zé 2, Jacaraú, torre, Bayeux 2, Água fria, Casserengue, Catolé, José Américo, Alto do Matheus, Altiplano, Patos, Tavares, Alagoa grande 2, Cristo, Valentina, não respondeu 2, Mamanguape , torre, agua fria, Bairro São José, sapé 2 , santa Luzia, Não respondeu, Imaculada.



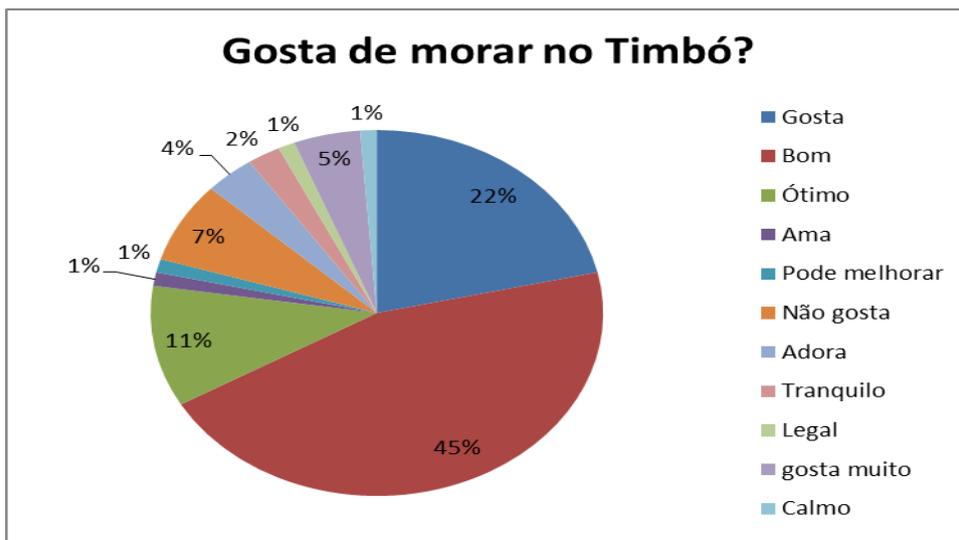
2. Quanto tempo morra no timbó?

2 meses-1 ; 4 anos-1; 2 anos-4; 6 anos-3; 9 anos-1; 13 anos-2; 14 anos-2
 15 anos -1; 17 anos-1; 18 anos -1; 19 anos -2; 30 anos -7; 20 anos -6; 31 anos-1
 23anos-3; 10 anos-2; 37 anos-1; 33anos-1; 25 anos -5; 28 anos -3; 12 anos -1
 34 anos-4; 22anos-2; 32 anos-1; 40 anos-1; 35 anos-1; 27 anos-1
 29 anos-2; 5anos-2; 1 ano -1; 46 anos-1.



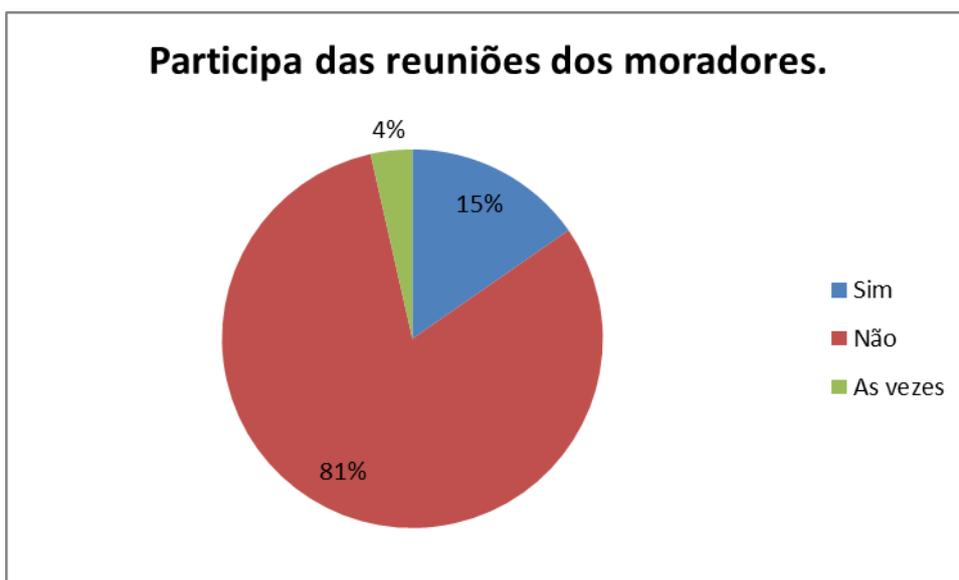
3. O que acha de morar no Timbó?

Gosta =18, Pode melhora r= 1, Bom = 38, Ótimo = 9, Ama =1, Não gosta=6, Adora =2,
 Tranquilo =2, Legal =1; Gosta muito= 4, Calmo 1, Adora =1.



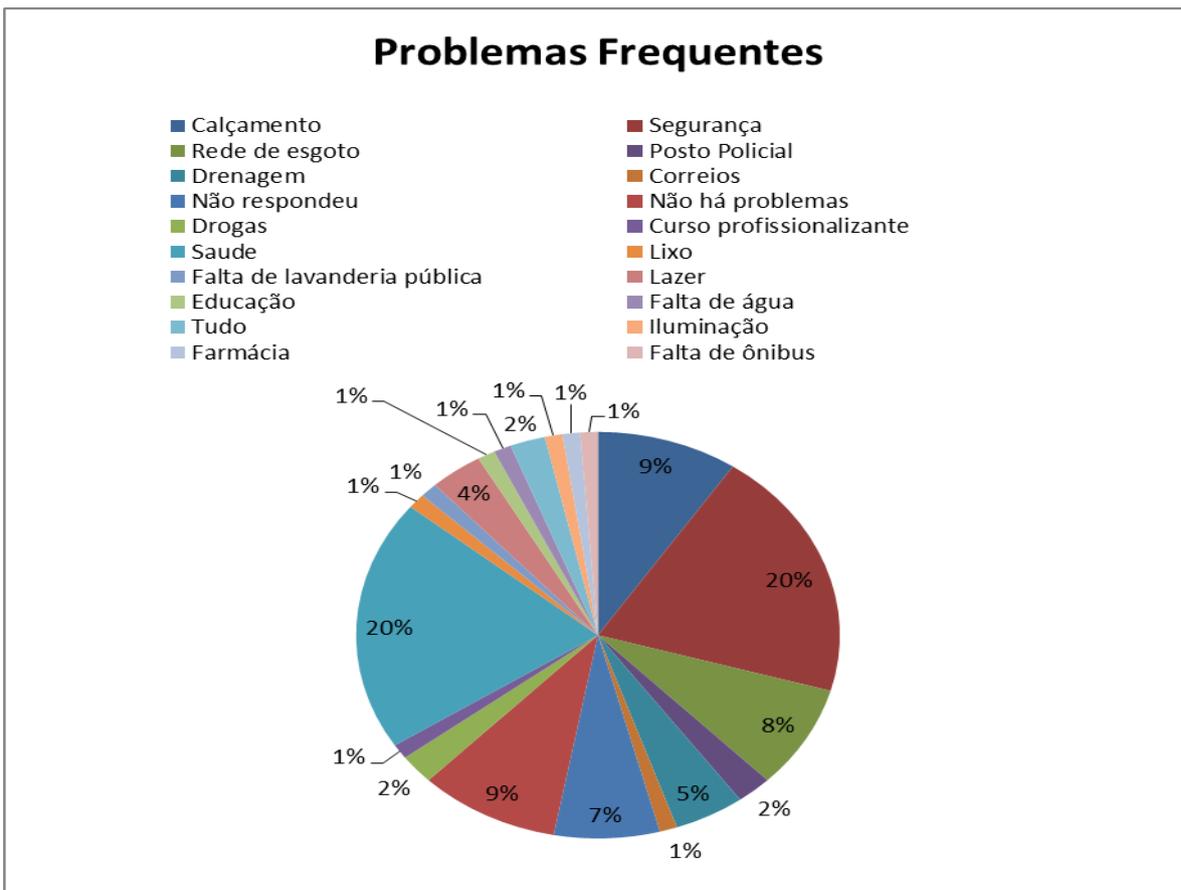
4. Você participa das reuniões da associação dos moradores?

Sim =13. Não 69, às vezes =3.



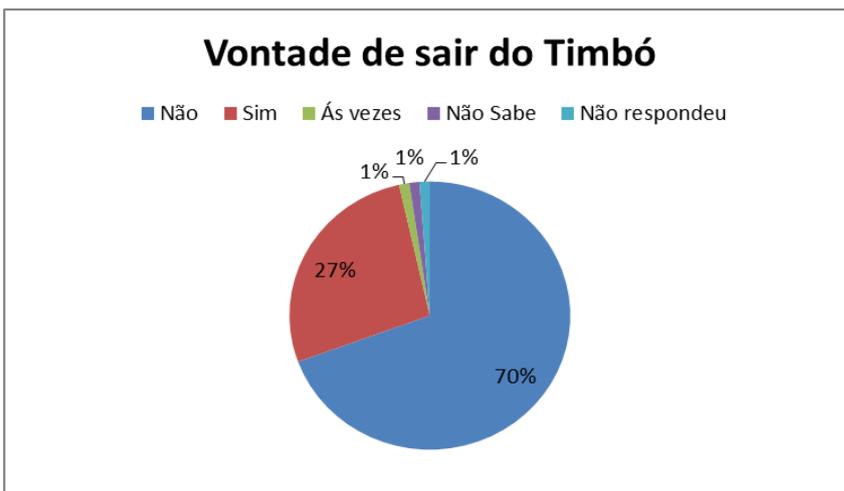
5. Quais os problemas existentes?

Falta de Calçamento = 8, Segurança =17, Curso Profissionalizante =1, Rede de esgoto =7, Posto Policial 2, Drenagem 4, Correios 1, não respondeu= 6, não há problemas = 8, Drogas = 2, Saúde= 17, Lixo =1,Lavanderia pública, Infraestrutura = 6, Retirada da cozinha comunitária , Lazer =3, Falta de água = 1, Educação = 1, Tudo = 2. Iluminação =1, Farmácia =1, Falta ônibus = 1.



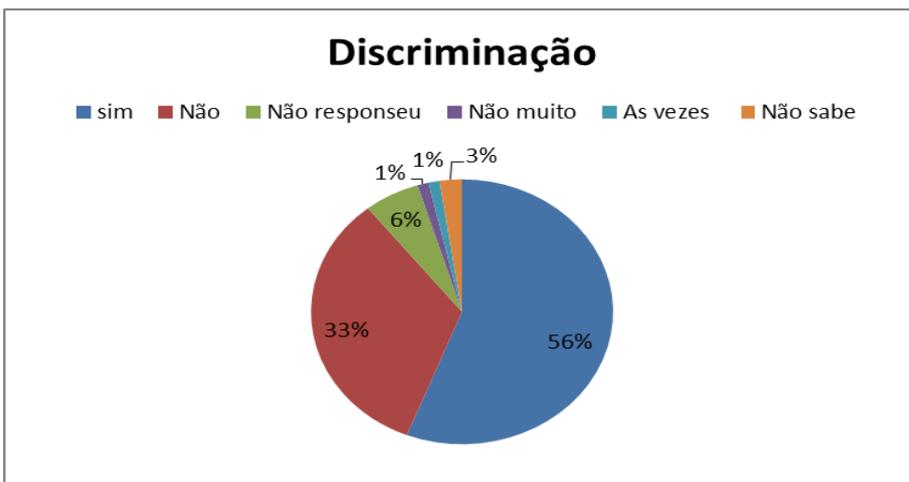
6. Você tem vontade se sair do Timbó?

Não = 59, sim 23, às vezes =1, não sabe =1, não respondeu= 1



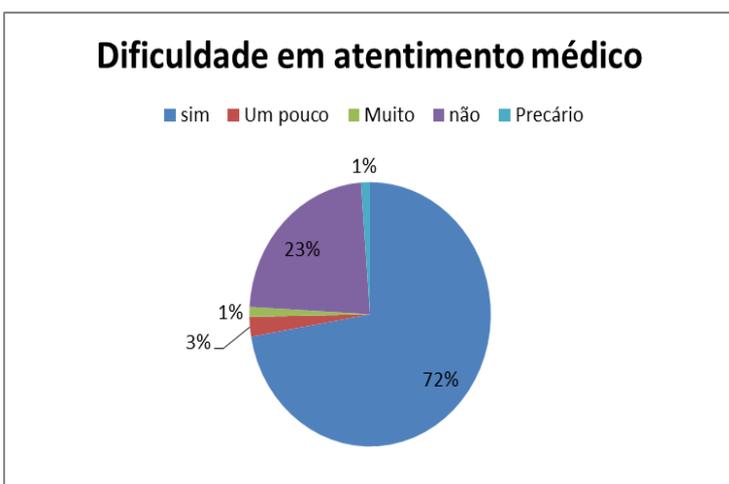
7. Você acha que há discriminação com os moradores do Timbó por pessoas do entrono?

Sim= 47; não = 28, não respondeu 5, não muito = 1, às vezes = 3. Não sabe 2.



8. Quando precisa de atendimento médico encontra dificuldades?

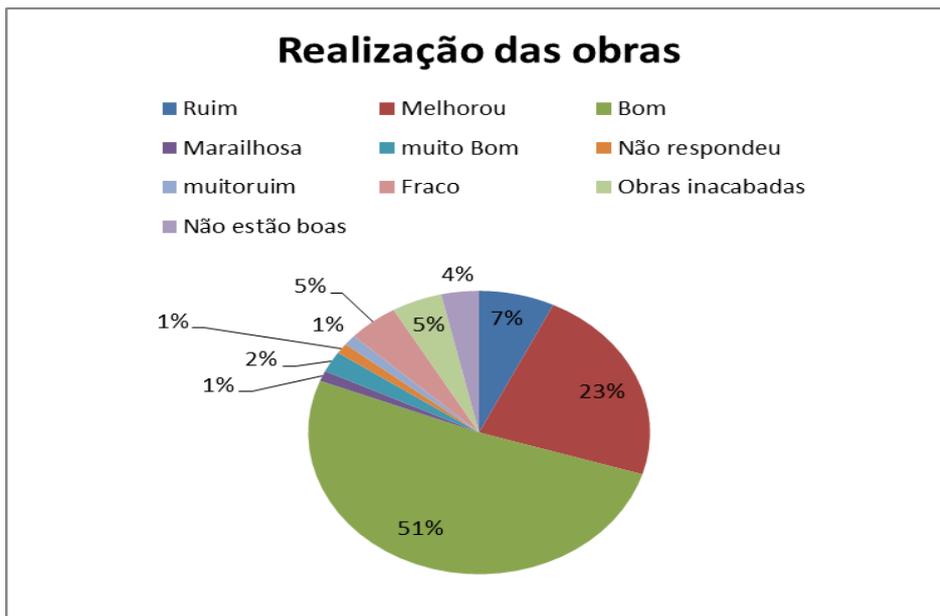
Sim= 60, um pouco =2, muito1, não 19, às vezes 2, precario1



9. Qual a sua opinião sobre as obras realizadas no Timbó?

Ruim = 6; melhorou = 19, bom= 43, maravilhosa = 1, muito bom = 2,

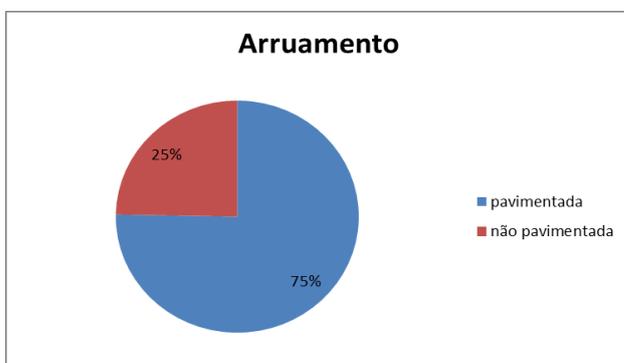
Não respondeu =1, muito ruim = 1, Fraco = 4, obras inacabadas = 4, não tem, não estão boas=3.



PERFIL DO DOMICÍLIO

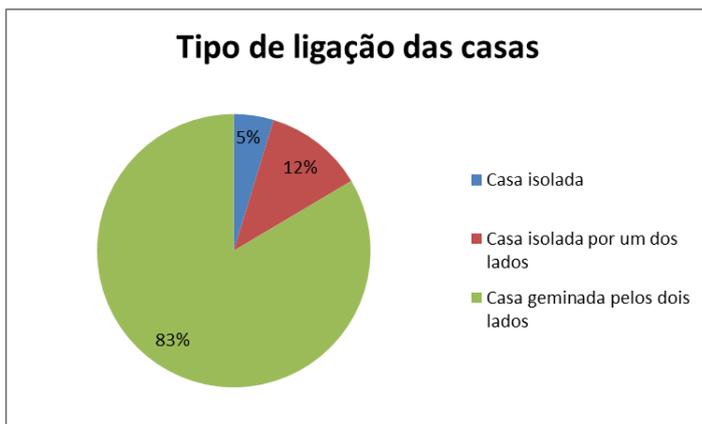
1 - Condições de arruamento na favela.

– Rua pavimentada = 64 – Rua não pavimentada= 21



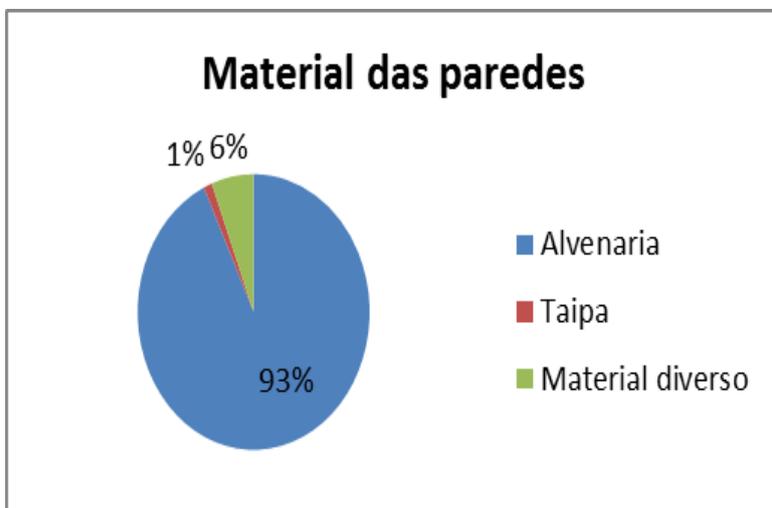
2 - Tipo de posição do domicílio.

– Casa isolada= 4; – Casa geminada por um dos lados =10; – Casa geminada pelos dois lados = 71.



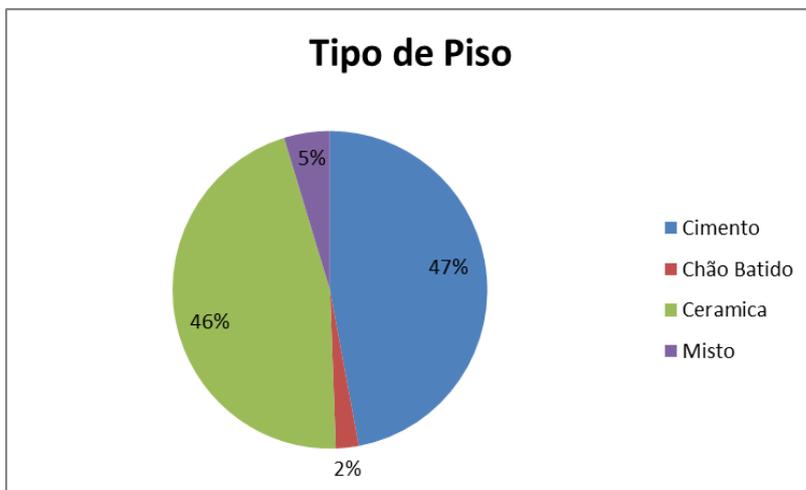
3 - Material predominante na parede do domicílio.

Alvenaria 79; Taipa=1; Material diversificado = 5



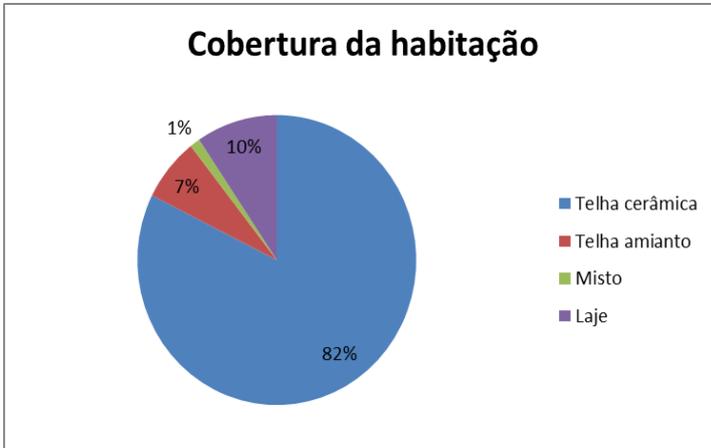
5 – Material predominante do piso.

- Cimentado= 40 – Chão batido= 02 – Misto= 4 ; 03 – Cerâmica 39



6 – Cobertura do domicílio.

–Telha cerâmica= 70; – Telha (amianto) = 6; –Misto=1, laje =8



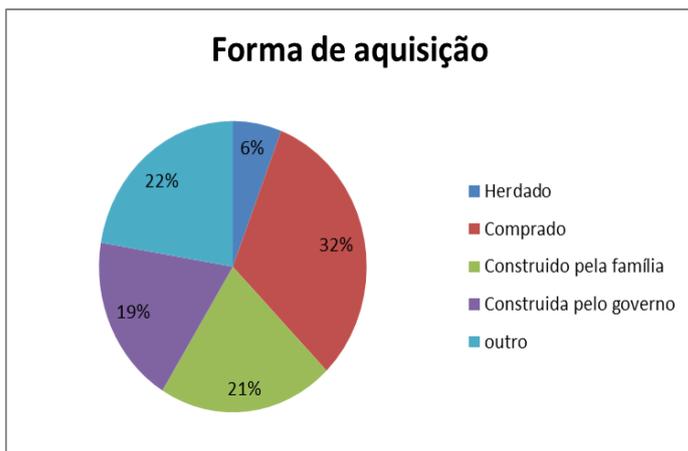
6 - Número de cômodo do domicílio.

Um à dois= 15 – Dois à três=10 – Três à quatro= 20 – Mais de quatro= 40



7- Forma de aquisição do domicílio.

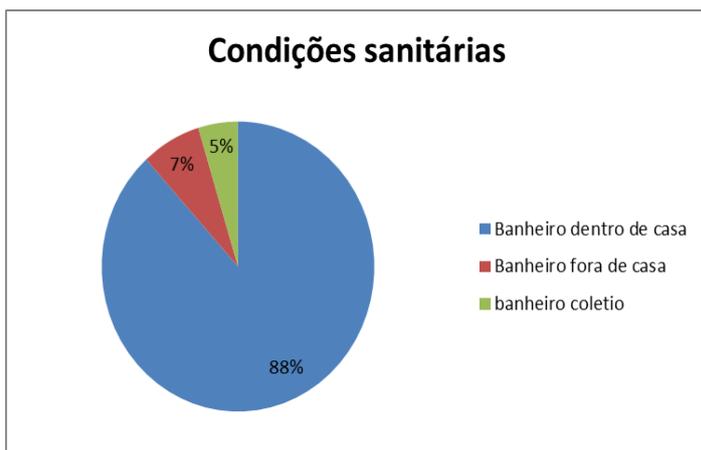
– Herdado 5 – Comprado = 27 – Construído pela família =18
 Construído por instituições do governo=16 – Outro=19



CONDIÇÕES SANITÁRIAS

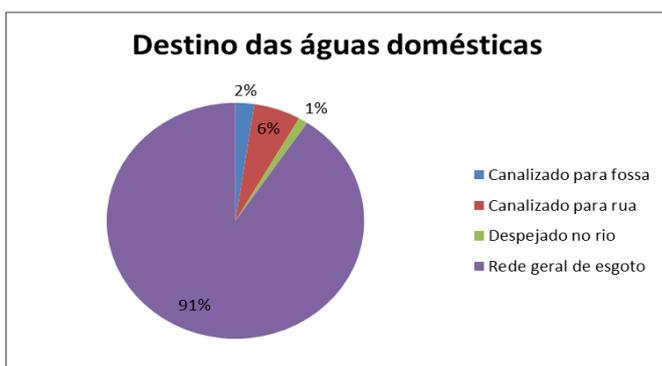
8 – Instalações sanitárias:

Banheiro dentro de casa=75 – banheiro fora de casa=6 banheiro coletivo= 4



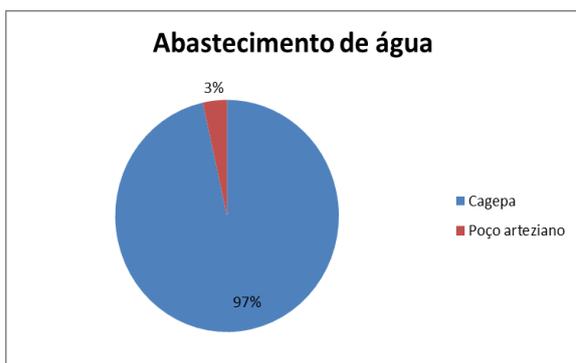
11 - Qual o destino das águas de uso doméstico?

Canalizado para fossa 2, Canalizado para rua = 5, Despejado no rio = 1, Rede geral de esgoto = 77.



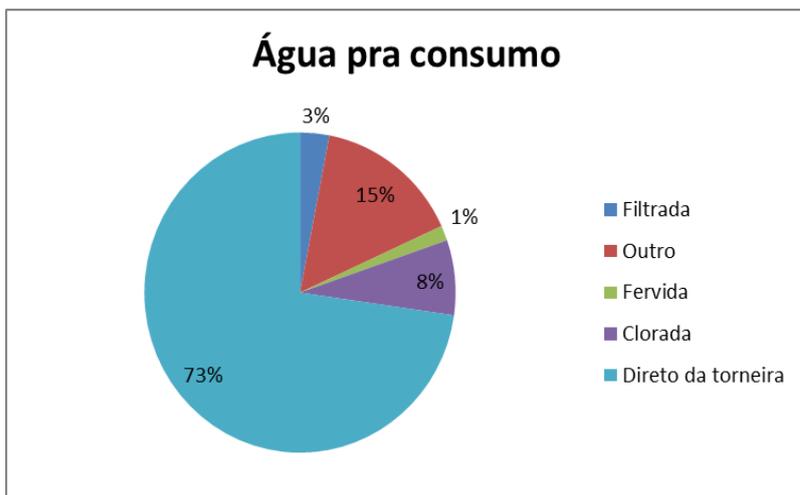
12 – Natureza do abastecimento doméstico de água

- Rede pública (GAGEPA) = 82 - Poço artesiano = 3



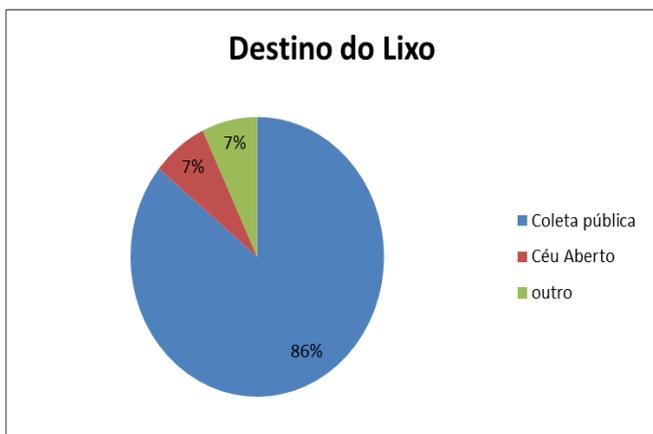
13 – Tratamento de água no domicílio para consumo

- Filtrada=21 - Fervida 1 – Clorada = 5 – Direto da torneira =48 – Outro=10



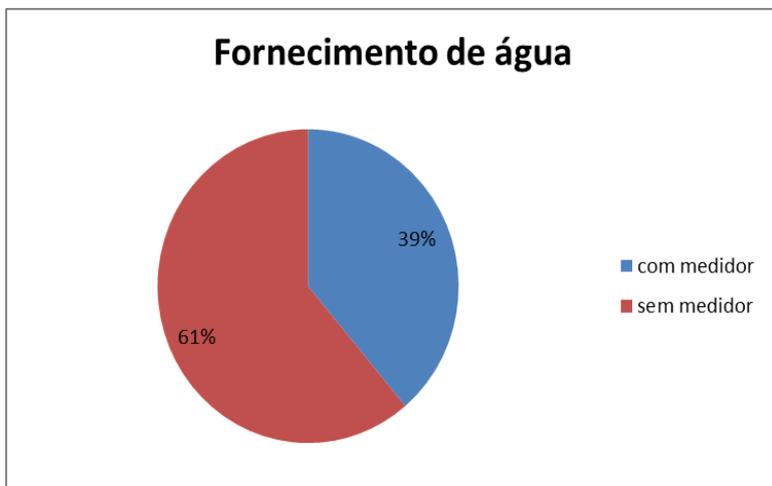
14 – Destino do lixo doméstico

- Coleta pública= 73 - Céu aberto= 6 - Outro= 6



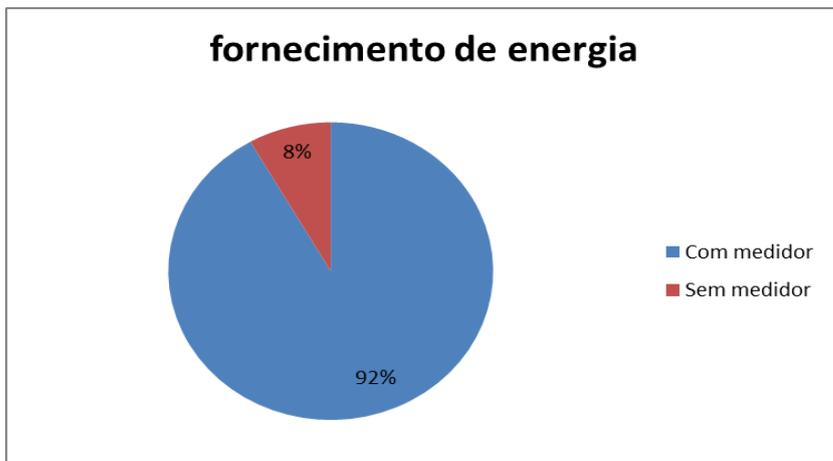
15 – Fornecimento de água no domicílio residencial.

Com medidor = 33 - Sem medidor= 52



16 – Fornecimento de energia elétrica residencial.

Com medidor = 78 - Sem medidor= 7

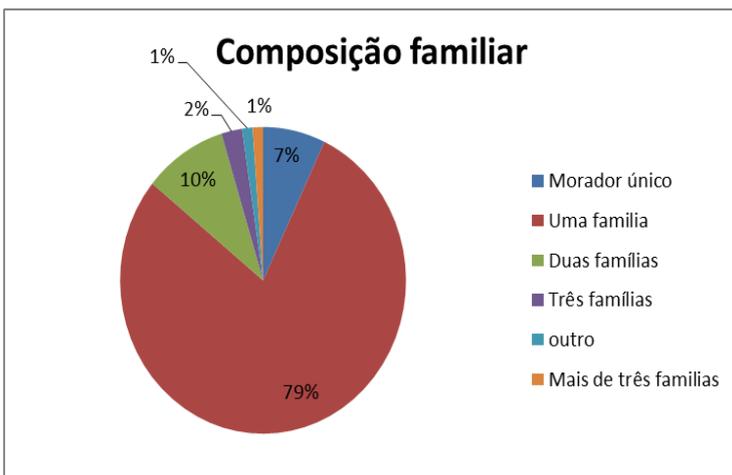


PERFIL DA UNIDADE FAMILIAR

17 – Composição familiar.

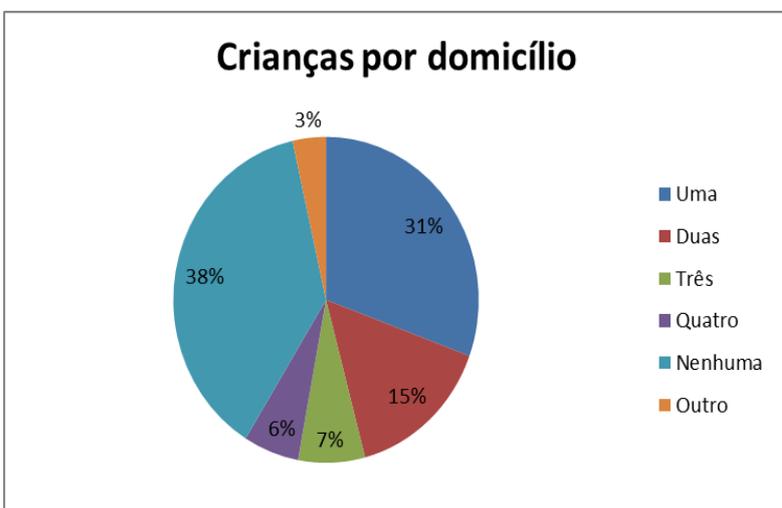
– Morador único=6 - Uma família=67 - Duas famílias=8 - Três famílias=2 -

Mais de três=1, outro=1



18 – Quantas crianças menores de 14 anos residem no domicílio?

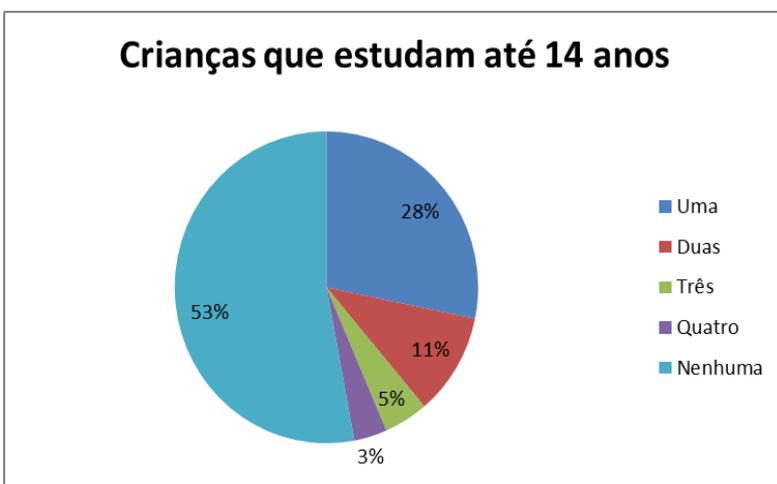
– Uma= 26. Duas=13; Três= 6; Quatro = 5, outro=3, Nenhuma =32.



19 – Quantas crianças menores de 14 anos estudam?

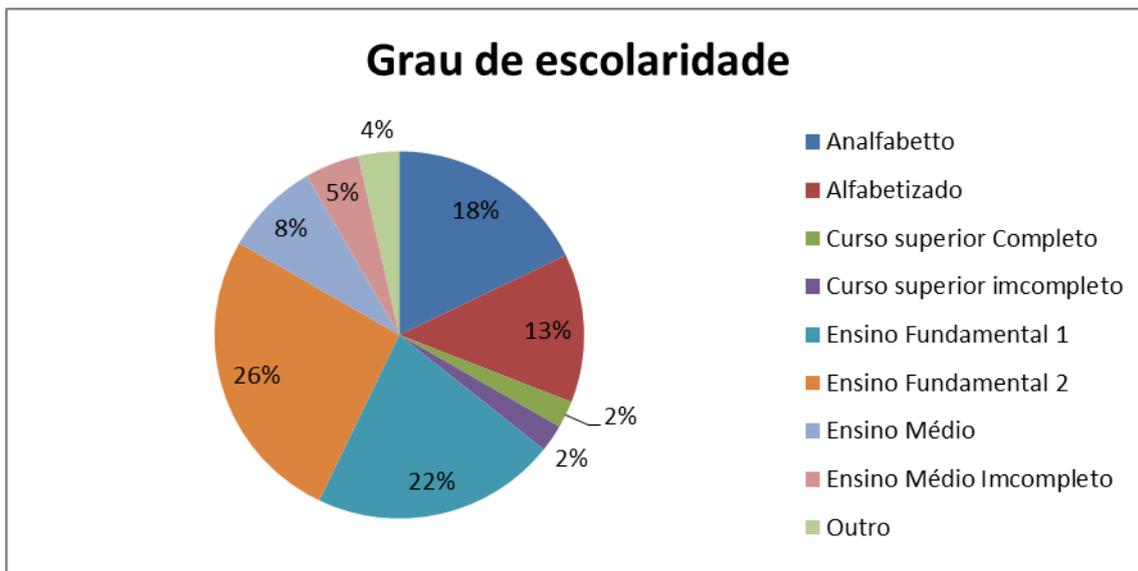
00 – Uma =24 01 – Duas= 9 02 – Três= 4 03 – Quatro =3

Nenhuma= 3



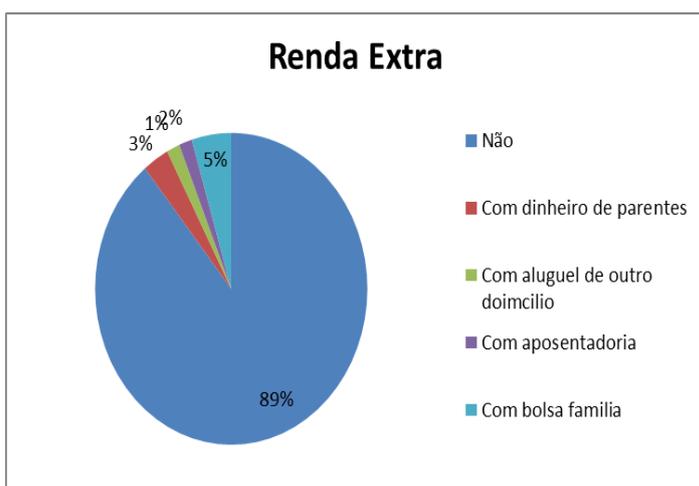
20 - Qual o grau de escolaridade do entrevistado?

Analfabeto=1, Alfabetizado=11, Ensino fundamental (1) completo=18,
 Ensino fundamental 2 incompleto=22, Ensino Médio incompleto =4 ; Ensino Médio completo
 7, – Curso superior incompleto 2, Superior completo 2, Outro 3



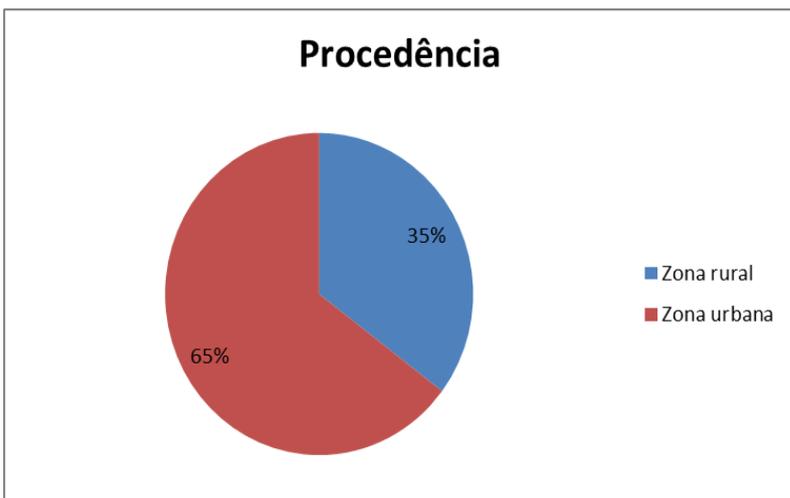
21 - A renda familiar é completada?

– Não 57, – Com dinheiro enviado por parentes = 2, Com aluguel de outro domicílio =1
 Com aposentadoria de parente = 1, Com bolsa escola 21, Bolsa família 3.



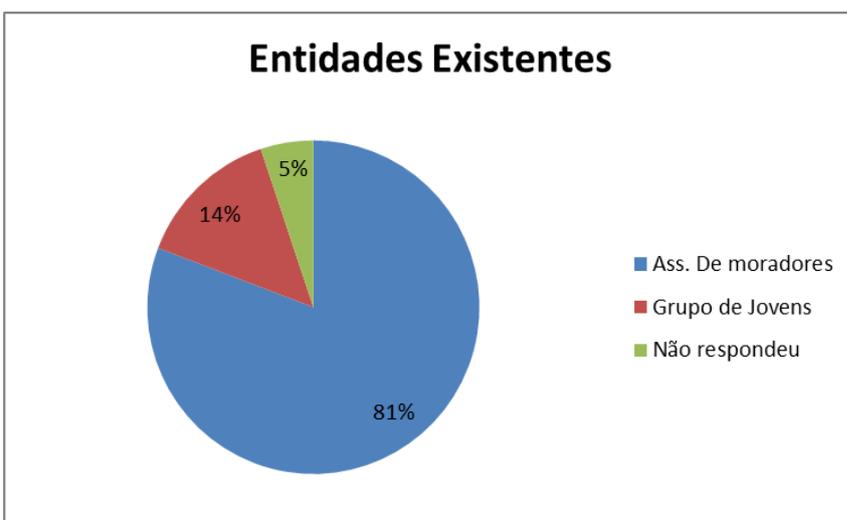
22 – Antes de residir nesse município onde morava?

– Zona rural =30 – Zona urbana = 55



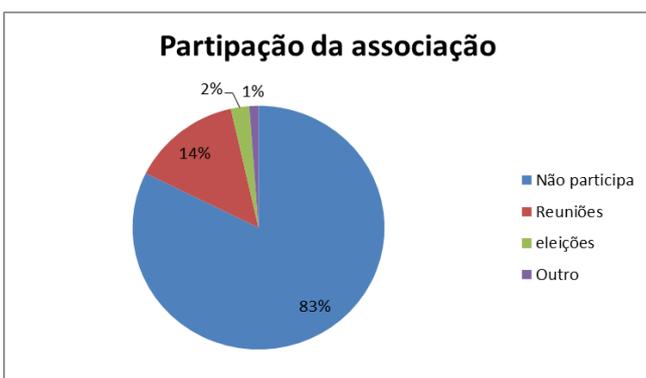
23- Que tipo de entidade existe aqui?

Ass. De moradores ou comunitária =63, Grupos de jovens = 11, Não respondeu =4

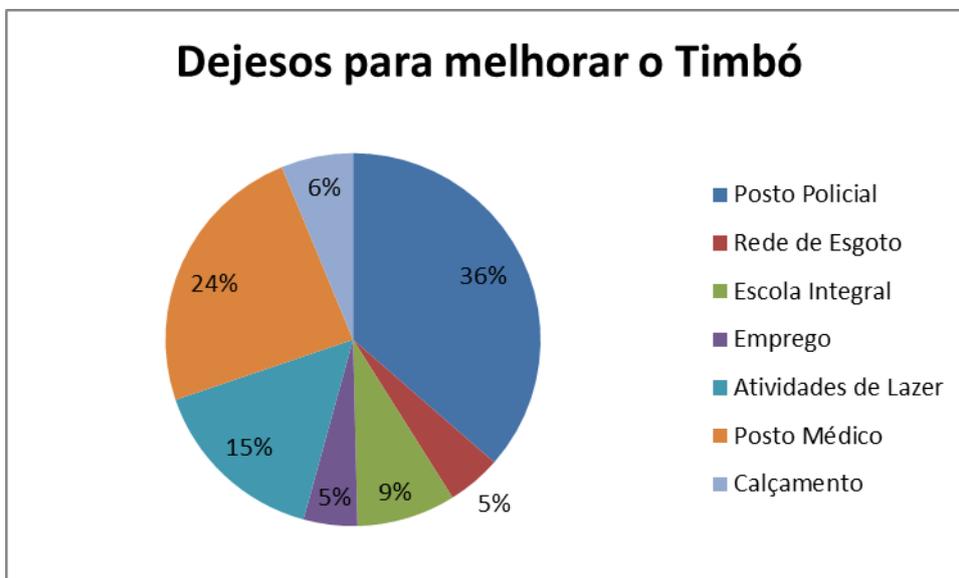


24- De que forma o Sr. (a) participa da associação de moradores?

Não participa 70, Reuniões 12, Eleições 2, Outro 1.



25 – O que o Sr. (a) acha que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida da comunidade?



Posto policial = 47, Calçamento = 8, Rede de esgoto = 6, Escola Integral = 11 Posto médico = 31, Emprego = 6, Atividades recreativas para crianças e adolescentes = 20.